

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

PATRÍCIA PETERLI PARTICHELLI

SAMBAS DE MARIAS E SOCORROS:
Conversas entre a vida que pede passagem e o Programa
de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA

VITÓRIA
2012

PATRÍCIA PETERLI PARTICHELLI

SAMBAS DE MARIAS E SOCORROS:

Conversas entre a vida que pede passagem e o Programa de
Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Institucional, da
Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Psicologia Institucional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lilian
Rose Margotto

VITÓRIA
2012

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO

PROF^a DR^a LILIAN ROSE MARGOTTO
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

PROF^a DR^a ELIZABETH MARIA ANDRADE ARAGÃO
Universidade Federal do Espírito Santo
Co-orientadora

PROF^a DR^a GILEAD MARCHEZI TAVARES
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

PROF^a DR^a CECILIA MARIA BOUÇAS COIMBRA
Universidade Federal Fluminense
Membro externo

Vitória, _____ de _____ de 2012.

“Aos profissionais do PROVITA, pela
persistência.
Aos usuários do PROVITA, pela
resistência”.

Agradecimentos ou do que essas linhas foram compostas

Escrevo-lhes com doçura. Foi o que me restou nesse tempo de idas e vindas. Idas sem volta. Idas. Escrevo-lhes feliz – a alegria imensa de dividir inquietações que não devem ser somente minhas. Escrevo-lhes para dividir provocações: escrever, para mim, é quase que uma forma egoísta de dizer ao mundo que o que sinto não é só meu. Para que o que me ponho a dizer ecoe em algum canto de sala ou coração. E não ensurdeça ninguém! – Temo os ouvidos tapados, não os surdos.

Eu só me proponho a escrever, porque quero que o que escrevo sirva para alguma coisa, até mesmo que sirva para ser reescrito – não vejo demérito. Se a palavra – a dura palavra – conseguir dançar e abrir buracos para outras canetas fazerem nascer novas linhas, será viva. Servirá. Escrevo para viver mais, e há quem acredite nisso e se arrisque a ler as minhas mais tímidas ou escrachadas linhas. Há quem leia por amor – às linhas ou a mim, nunca se sabe. Às vezes me faço ou desfaço em linhas. Quando me invento em linhas é como se a página virasse: faço-me outra.

Como agradecer quando não se sabe ao certo a quem se deve agradecer? Há os que possuem nome, há os que passaram como o vento e deixaram seus cheiros. Há os que insistem em não passar, que duram. Que mudam no tempo, mas permanecem. Tenho muito a agradecer. Tanto que nem sei. Tantos que nem sei. Alguns me chamam pelo nome, alguns não sabem o meu nome. De outros, não sei o nome. Todos, porém, estão em algum ponto desta minha pele suada de esforços para não perder a elasticidade. Que enrugue, que envelheça, que espiche, mas que não endureça! – Porém nem sempre saio ilesa ao concreto, confesso.

A quem me permitiu alegrias, eu agradeço. A quem, sobretudo, me permitiu ser triste, eu agradeço. A quem não cortou minha língua para que eu não dissesse, eu agradeço. E principalmente a quem não tampou os ouvidos quando o que eu dizia me parecia importante, eu agradeço.

Esta pesquisa é muito importante para mim. E todos os meus esforços nesse tempo de construção foi de que ela também parecesse importante para os profissionais, os usuários, os gestores dos Programas de Proteção, o homem que passa na rua, a criança que acaba de nascer, o velho que ora para

que chova no sertão. Espero que sirva. Ela não fala de meia dúzia de umbigos, ela fala de nós. Do mundo em que vivemos, que construímos coletivamente.

E devo agradecer.

Preciso começar por ele, que é o homem da minha vida. O navegador dos meus mares mais remexidos, a pessoa mais simples e mais rica que conheço: meu pai. Que tem por nome Almirante. Duvido alguém ter um pai de nome Almirante! A vida é linda, pai. A sua vida vale em moedas do amor que eu tenho para te dar a cada piada que conta, a cada história que você faz ser verdade, a cada dia ao seu lado. A cada churrasco que temos a sorte de poder comer, meu velho gaúcho. A cada dia, naquilo que me dói ou que me alegra, você me faz querer transformar esse tempo que passamos trocando afetos com o mundo no que de melhor eu conseguir ser – para o mundo. Eu te amo com um amor que me extrapola. Obrigada por se interessar por mim, pelo que eu escrevo, pelo que eu sou ou não sou. Obrigada por contar histórias. Que triste seria a vida sem histórias para contar! Você tem histórias para três vidas inteiras: você é o pai mais bonito da cidade! Você tem muita vida. Eu te amo.

E tem ela, que eu precisaria de três vidas inteiras para falar do meu amor. Ela borda cada dia com as próprias mãos: inventa mundos. Ela tem energia para acender uma avenida e ainda trocar as lâmpadas. Minha mãe, que de tanto comer doce, se tornou a pessoa mais doce do mundo. Que de tanto precisar ser forte, não deixou de ser sensível. Que eu amo mais a cada invenção: ela faz casca de coco virar morada de passarinho, tira de sutiã virar suspensório, ela remenda a vida e muito pouco joga fora. Alma sertaneja, regada a molho de tomate: ensaia malícias e inocências. Ela é linda. Mãe, te amo.

Aos usuários do PROVITA, eu agradeço a cada encontro. A cada encontro com a vida e a morte que carregam em seus olhares, em suas línguas que desmontam especialismos e nossas burras certezas. Agradeço por me incomodarem e fazerem nascer essa pesquisa, que nada mais é do que transformar em linhas a vida pela qual reivindicam cotidianamente. Não falo por vocês, que fique claro. Vocês sempre falaram, berraram, e continuam a urrar ou sussurrar – cada canção pede um tom. Falo pelo que pude produzir a partir do que falam, do que falo, do que falamos juntos. Foi com muito respeito que me pus a escrever e costurar as histórias, que são também minhas. Estão em

meu corpo, se fizeram carne e escrita-viva. Agradeço por me fazerem a cada dia amar ainda mais a profissão que escolhi e que luto com a mesma carne que me ponho a escrever para que não se torne miserável, não torne a vida miserável. A vocês, que se enfiaram pela pele do que resolvi chamar de Maria do Socorro, agradeço pelos sambas, cachaças e chinelos perdidos. Pelos escapes e normas quebradas. Pela beleza que conseguem reluzir nessa vida obra-aberta. Seguimos juntos.

Agradeço a ela que é rainha e de tão grandiosa se ri das coroas. É rainha em outros tons. Danem-se os saberes que insistem nos saltos e nas vestes de grife. Ela veste chita, pouco importa, já que tem a pele de ouro. Ela que é imensa, forte como uma rocha, sensível como a pele de um homem bem velhinho. Ela é um monstro do lago – com um lacinho delicado enfeitando a cabeça. Um dragão a se mover neste mundo e dentro de mim. Nunca passa sem deixar suas marcas e um punhado de alegrias. Continua oscilando, desde o tempo em que me ajudou a produzir o trabalho de conclusão de curso, entre tirar e pôr meus pés do chão. Continua – e sempre mais – participando ativamente da minha formação, tornando-a cada vez mais simples, mais próxima da grama rastejante do que dos arranha-céus. Karina, eu te levarei pela vida – e não te largo.

E tem ela. Que a dor me deu de presente: pari uma amiga. Uma companheira das histórias loucas, de ficar invisível nos sonhos, de poder se salvar com os pés dentro de uma mala. Aquela que aprendeu a xingar para libertar-se de Deus. Que xingar a levaria para o hospital, pequena criança maliciosa num mundo inocente. Não é inocência. É a humildade de saber a importância de um gafanhoto, de uma folha ou de Deus. De deus. Dos deuses que existem para quem os quiser. Carlinha, meu amor, te agradeço por me pegar pela mão. Pela poesia que não precisa rimar. Pela amizade. Obrigada.

Alê, amada. Essa sua luz me contagiou desde lá, de quando te vi *cariocando* pelas vielas do mestrado. Quero outras vidas com você, para depois dessa. Ou para antes, se os tempos mudarem. Quero essa vida contigo – é o que temos por enquanto. Obrigada pelo respeito, pelo carinho. Pelos olhinhos de enxergarem o que tenho de menor e mais importante.

E o que falar para uma loira que pisa nos meus calos, que me amassa e desamassa, que me dá a cama e o café, o colo e o Rio de Janeiro inteiro? Que

me empresta os amigos – e eu aceito? Wi – que não consigo chamar de Billy –, minha querida, minha flor, obrigada pelo interesse, pela força, pela energia. Pela Lapa. Por estarmos perto. Do seu jeito, do nosso jeito – o jeito que a gente pôde. E pode.

Preciso falar dela, que é força bela e viva neste mundo. Sensível e suave. Forte. Tudo isso junto, aqui no meu coração. Ela me deu a mão. O braço. Os livros. As idéias e o tempo. Cris, obrigada pela atenção, pelo que mexe em mim com uma delicadeza assustadora. Pela beleza e leveza. E pela força. Pela inspiração.

Ane, força que nunca passa. Que está sempre lá, aqui, acolá. Que eu sempre recorro. Agradeço pela minha formação, que nunca se encerra e que você vem colocando o seu tempero a cada etapa. Obrigada, mesmo.

Como chegaria até aqui se não fosse por ela? Lilian, minha orientadora, eu te agradeço por ter me aceitado no mestrado. Por acreditar nessa pesquisa, por defender comigo a importância que ela tem. Por acreditar em mim enquanto aluna, enquanto pesquisadora. Pelas apostas exitosas ou frustradas: tudo isso é pesquisar, tudo isso é viver. Muito obrigada.

Beth Aragão, que tem uma força que não deixa pedra sobre pedra por onde passa. Você vibra, você desmonta. Você me desmonta. E eu te agradeço muito, muito, por me fazer de um tamanho que eu nem tenho. Por dizer: *“ligue para mim que eu te falo o que você tem que ouvir!”* – e me deixar furiosa. Você é linda, é bela, é forte. Eu te respeito e admiro muito.

Agradeço ao Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos, especialmente nas pessoas de Pedro Bussinger e Bruno Alves, por me permitirem acessar os documentos para realizar esta pesquisa.

Aos colegas de trabalho, equipe do PROVITA/ES, obrigada pelo crescimento que me proporcionam diariamente. Especialmente a Esther, pela confiança indispensável para que toda pesquisa aconteça e ao Karol, por afirmar uma forma de exercer o direito com doçura. Verônica e Isaias, agradeço pelas histórias que carregam em seus corpos, livros vivos e importantes para o PROVITA.

Gilead, Gigi, obrigada por ter aceitado fazer parte dessa pesquisa comigo. Por colocar seus pontos, suas pontuações. Por me deixar doendo pós-qualificação. Eu precisava mexer as linhas, remexer as ancas. A Maria do

Socorro veio com dor e beleza. Tem linhas suas no seu rebolado. Obrigada, com carinho.

Cecília Coimbra – trêmula escrevo –, você me quebra as pernas de modo que quase sempre preciso me remontar. E amo. Agradeço por ter aceitado contribuir com essa pesquisa, que muito te quer e te precisa. Obrigada.

Luara, minha artista, minha amiga, obrigada pelo tempo de amizade. Continuo vidrada nas suas lentes, no que mudou em você e nos seus olhares com o tempo que junta ainda mais as nossas peles. Amizade preto-no-branco, literalmente. Eu aprendo com suas lentes. Eu ganho novos mundos com suas fotografias-vivas. Eu te amo, minha *pretinhosidade*.

Dênis, obrigada pela coragem. Pelo braço, pelo ombro e pelos bares. Pelos novos ares. Gabi, a cada dia descubro que você nunca sai do meu coração. Juju, minha louca, só sei dizer que te quero para somar o que a vida nos der. Ruthinha, minha flor, aprendi a respeitar suas linhas, a adorar a sua calma, a admirar sua determinação. Débora, obrigada por ter estado tão perto quanto pôde nesse nosso tempo de mestrado. Aguilar, eu me apaixono por cada olhar que você lança sobre o mundo, por cada conversa ou colo que a gente se dá. Obrigada pela vida que você me injeta, pelo que nossos encontros produzem em mim. Daiane, minha irmã, mais do que nunca eu tenho que dizer que sinto você perto de mim e te preciso: te amo. Hans, meu amigo de ontem e sempre, eu continuo a inaugurar cada momento contigo, a comemorar sua presença em minha vida, do jeito que a gente se embola e não desgruda. Mário César, você é pura poesia e eu amo te versejar. Theo, meu querido, quero para nós uma amizade velha como o vinho que você tenta me ensinar a degustar.

Aos demais amigos-irmãos: obrigada pelo amor, pela ausência que me tornou forte, pela presença que me tornou mais forte. Pelos colos, cervejas e sorrisos. Como Maria do Socorro, também temos nossos momentos de sambas, suores e cachaças. Por graças, não nos tiraram a beleza de ser gente! Obrigada. Amo e amo vocês.

“... mas, nos estreitos limites a que nos coagem
a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.”
Graciliano Ramos, 1953.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada a partir da experiência da pesquisadora como psicóloga no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Espírito Santo – PROVITA/ES. O trabalho foi produzido a partir de encontros com os usuários e profissionais da política de proteção e pesquisa nos documentos internos do PROVITA/ES. Teve como foco a análise das práticas que constituem o que esse programa compreende enquanto proteção à testemunha ameaçada e os efeitos que tais práticas produzem quando se encontram com a vida singular dos sujeitos protegidos. Os diários de campo produzidos pela pesquisadora, antes e ao longo do processo de pesquisa, foram importante material de análise e permitiram aparecer não somente os modos de funcionamento da instituição, como as resistências e escapes dos profissionais e usuários da política. Colocar em análise esses modos de funcionamento tem o objetivo de produzir novas práticas que abarquem as miudezas da vida e as diferentes histórias dos sujeitos protegidos.

Palavras-chave: PROVITA, discursos, práticas, vida, proteção.

ABSTRACT

SUMÁRIO

EXPLICAÇÃO DA PESQUISA SEM NINGUÉM PEDIR (OU “APERITIVO”)	14
1. O SAMBA-ENREDO: CORPO-PESQUISA	29
1.1. Provocações: de quando se escreve com fome.....	29
1.2. Ó abre-alas: anotações sobre o tom do batuque	41
Passo 1: Marias: as alegorias de quem vive na ponta do pé.....	51
2. NO BARRACÃO: SITUANDO O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS	57
2.1. Experiências internacionais de Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas	57
2.2. O Sistema Nacional de Proteção a Testemunha: uma apresentação formal	59
Passo 2: No sapatinho: Maria-testemunha na avenida do samba.....	75
3. NA AVENIDA: PROCEDIMENTOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NO PROVITA.....	83
3.1. Uma pausa: quando a bateria exige um maestro	85
3.2. Chacoalhando os instrumentos: a possibilidade de outros ritmos.....	98
3.3. Modulando testemunhas: a triagem, o ingresso e as normas de segurança	108
Passo 3: Sobre o gingado	123
4. SOBRE OS PASSOS E OS PASSISTAS: O PROVITA/ES.....	145
4.1. Os processos acompanhados pelo PROVITA/ES e seus acusados	146
4.2. Das testemunhas-passistas atendidas pelo PROVITA/ES.....	149
Passo 4: Maria-cambaleante: o samba não pode parar	157
5. POR NOVOS COMPASSOS: A VIDA PEDE PASSAGEM.....	175
Passo 5: O samba não pode morrer	185
REFERÊNCIAS.....	189
ANEXOS	196

EXPLICAÇÃO DA PESQUISA SEM NINGUÉM PEDIR¹ (OU “APERITIVO”)

Na primeira conversa, apresentamo-nos com um nome pelo qual não responderíamos fora dali. De nós, nada dizemos, exceto o que o corpo deixa escapar. O corpo não mente. O corpo foge. Apresentamos os procedimentos e respondemos as perguntas que vêm timidamente, quase sempre. Pedimos que pense, que decida. Talvez a última decisão que não passe por nós. Pedimos que conte as histórias de sangues e medos, enquanto enquadrados nos critérios que manda a lei. Avaliamos a distância entre sua vida e sua morte e solicitamos que não diga que nos viu, que conversamos ou onde nos encontramos. Na segunda conversa, caso tenha decidido nos encontrar, perguntamos sua história, suas dores, sua escolaridade. Perguntamos do seu passado e do seu presente. E dizemos que gostaríamos que nos falasse o que pensa do futuro. Perguntamos dos seus gostos, dos seus sonhos, das suas expectativas. Da sua casa: se própria ou alugada, se emprestada ou cedida, se de barro ou lajota, de madeira ou cimento, se grande ou pequena. Do seu carro, das suas contas, dos cartões de crédito ou débito, dos seus cadastros, dos seus rastros e registros. Perguntamos dos telefones e dos telefonemas. Da sua renda, dos seus mapas, por onde viu e por onde foi visto. Anotamos os seus medos, suas doenças, remédios e alergias. Listamos os seus móveis, pertences, cachorros e pássaros de estimação. Perguntamos o que fará com a casa, com o carro e a bicicleta. Pedimos que alguém o ajude, resolva as pendências e anotamos o contato. Perguntamos da família, dos irmãos, dos avós e dos parentes doentes. Pedimos que não os informem de sua partida e que não se despeça. Que conte uma história, que invente uma viagem com passagem de ida. Só falaremos qual será o destino no dia da viagem. E no caminho, volta e meia mentimos para onde seguimos ou escondemos os bilhetes das passagens. Queremos saber de quem morreu e de quem goza a vida. Perguntamos das suas bebidas e do quanto bebe, das suas drogas e do quanto se droga, dos seus cigarros e do quanto fuma. Perguntamos a sua religião e o que te diverte. Dos seus filhos e do seu amor por eles. Das pensões em atraso ou não. Irritamo-nos se não nos diz de todos os seus inimigos e desavenças de família. E tendemos a achar que não ama quem não cita. Pedimos que fale do seu trabalho, do seu salário e que peça demissão. Pedimos que fale das suas redes virtuais e que as cancele. E gostaríamos que as suas redes virtuais não fossem reais – que a internet não agregasse os amigos da rua ou os namoricos. Queremos que informe da sua roupa de cama, se possui roupas de frio ou calor, se faz alguma dieta especial ou pratica exercícios. Perguntamos o que levará na bagagem e quanto pesará a bolsa e esquecemo-nos de que o que mais pesa vai no corpo, não na mala. Questionamos os seus processos e crimes. Os seus antecedentes e as suas penas. Queremos que nos conte dos seus vícios e costumes. Feito isso, opinamos se devemos ou não atendê-lo pelos próximos dias, meses ou anos – não sabemos por quanto tempo durarão nossos encontros. Pedimos que você confie. Afirmamos que nossa relação só existe porque deve haver confiança. E que vamos dividir todas as responsabilidades, que trabalharemos em conjunto. Quando decidido que poderá ser acompanhado por nós, escolheremos a sua nova

¹ Ideia retirada do poema chamado “Explicação da poesia sem ninguém pedir”, de Adélia Prado. In: PRADO, Adélia. *Poesia reunida*. São Paulo: Arx, 1991.

cidade, seu bairro e sua rua. Escolheremos a sua casa, o valor do seu aluguel e quase sempre os seus móveis pertencerão a nós. Pediremos que assine um termo se comprometendo a falar de si e a cumprir todas as exigências que o faremos. Avaliaremos quanto será suficiente para comer, o preço do seu gás de cozinha, o valor máximo para sua conta de energia ou água durante o mês. Daremos dinheiro para que vá e volte de ônibus uma vez por semana, para onde possa se divertir. E eventualmente daremos um pouco mais de dinheiro para que busque trabalho. Sabemos da administração do seu dinheiro, quando gasta mais ou se é assaltado. E quando é assaltado, tendemos a achar que você está mentindo. Sabemos quais remédios usa para curar suas dores – as que temos acesso – ou o anticoncepcional receitado. Pediremos as notas fiscais que comprovem seus gastos. Entregaremos um salário mínimo para que use como bem entender. Mas se entender com ele usar suas drogas ou comprar tudo de bala, é certo que conversaremos sobre isso. Acompanharemos as suas consultas médicas e geralmente pediremos para entrar no consultório. Invadimos suas vaginas, seus exames, suas hemorroidas ou tuberculoses. Seus laudos, seus caldos e há pouco tempo, invadíamos também os seus gozos. Suas cachaças, seus lícitos e ilícitos. Suas promessas e dívidas. Decidimos se pode ou não ir à unidade de saúde. E se não pode, pedimos que a cada tratamento apresente três orçamentos e aguarde a aprovação. Pode acontecer de não podermos pagar sua internação ou algum procedimento oneroso, então aí você poderá acessar o sistema público de saúde e precisará mudar de cidade depois, para a sua segurança. Dizemos que deve trabalhar, mas decidimos se pode ou não assinar a carteira de trabalho. E não aceitamos que você trabalhe como segurança ou com armas de fogo, por entendermos que isto é perigoso. A depender do trabalho, decidiremos se poderá ou não atuar: se na cidade onde morava era professor de capoeira, dificilmente continuará sendo na nova cidade. Trabalhamos para que sua cidadania seja respeitada, e justificamos seu voto. Visitamos a sua casa pelo menos duas vezes por mês para entregar-lhe o dinheiro e saber como ele é usado, como a vida tem caminhado ou estancado e semanalmente discutimos o que faremos com isso. O que faremos com ela. Perguntamos dos seus namoros e o que tem falado de si pela vizinhança. E inventamos juntos alguma história para que não fale de onde veio, porque veio e quais circunstâncias o trouxeram até aqui. Se o seu pai foi brutalmente assassinado, inventaremos que morreu do coração. Sabemos da frequência dos seus telefonemas, do tempo de cada ligação, para quem liga e o que fala. E frisamos nossa relação de confiança. Lemos suas cartas e suas entrelinhas. Servimos de correio e fazemos com que elas cheguem até os seus destinatários. Abrimos os seus presentes e cartões de natal antes que os abra. E acreditamos ser para o seu bem. Decidimos se pode ou não rever os seus parentes e quantos serão os parentes. E pode acontecer que decidamos com quais parentes não encontrará. Por quanto tempo encontrará com eles e onde acontecerá o encontro, que é acompanhado por nós. Tendemos a achar que se não fala deles não sente saudade. E geralmente só conversamos sobre a possibilidade de encontro com a família quando somos perguntados se isso acontece. Consideramos uma audiência sempre mais importante do que um encontro com a sua família. Se escolher um curso profissionalizante, discutiremos a relevância deste curso e aprovaremos ou não que o faça com o custo arcado por nós. Decidimos, para o seu bem, depois de quanto tempo poderá usar um telefone celular para fazer ligações somente na nova cidade. E quando poderá ter internet em casa, sem nenhuma rede social ou email. Se não respeita nossa relação de confiança, é preciso que

assuma sua responsabilidade: e pedimos que assine um termo de responsabilização. Se ligar para a sua família ou enviar um presente para suas filhas na antiga cidade, entendemos que isto é gravíssimo e precisará se mudar para uma nova cidade, outra, por onde nunca tenha passado e não conheça nada nem ninguém. Ou pode ser excluído. Apesar da paixão pelas certezas, mudamos você de cidade mesmo com a dúvida da gravidade do acordo quebrado. Assim acreditamos estarem todos protegidos – nós e você. Dizemos que pode sair a qualquer tempo e perguntamos para aonde quer ir, que poderemos decidir pelas suas passagens de ida. Decidimos se pode viajar ou contrair dívidas. E quase sempre o seu carro deve ser comprado em nome de terceiros. Um terceiro que acabou de conhecer, mas entendemos que esta é a sua parte da responsabilidade. Acompanhamos seus processos e audiências com uma escolta fortemente armada e atenta para que preste seu depoimento e contribua com o combate a impunidade e a criminalidade. Mas só continuamos o acompanhando caso compareça e confirme os depoimentos. E nos orgulhamos de mantê-lo vivo. Por fim, quando não nos virmos mais, pediremos que esqueça de que foi uma testemunha protegida”.

Patrícia Peterli Partichelli

27 de agosto de 2012, às 20h55min

Do fundo do baú da memória do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Espírito Santo – PROVITA/ES – esta pesquisa brotou. Como brota uma árvore, uma espinha dolorida ou uma flor.

Do fundo do baú de uma certa história que interessa as cartilhas escolares dos nossos filhos surgiram vozes, braços, pernas e ousadias de pessoas que passaram por esse mundo sem que deixassem seus rastros. Como se tivessem construído suas vidas sobre a areia, essas pessoas sem brilho nem importância, sem fama, glória ou perdão, não deixaram marcas, pegadas ou digitais. Da irrelevância da existência de pessoas que não tiveram lugar nas histórias que interessam às provas dos vestibulares, cujos estudantes vociferam por uma vaga nas universidades brasileiras, esta pesquisa se deu.

Há invisíveis entre nós. Fazendo arte, pedindo esmola, babando no corredor de um manicômio qualquer, deitados numa cama contentando-se em mover os olhos, pulando calçadas em suas cadeiras de roda, depositados nos asilos das cidades. Há uma legião de existências invisíveis que, na penumbra da história narrada por heróis, não tiveram uma cena de participação pela qual pudessem ser lembradas. Fadadas ao esquecimento, ao abandono da memória, seguem invisíveis ou entregues a sua infelicidade e desventura.

Vidas que pisam com milhões de pés sobre esta terra, mas que permanecem na sombra dos acontecimentos históricos importantes.

Até que algo jogue sobre elas um clarão que as faça renascer das cinzas, essas vidas desdentadas, infortunadas, desgraçadas e indiferentes povoarão as sombras da história. “Vidas infames” (Foucault, 1977) que o mundo comporta aos montes. Milhões de vidas que virarão pó. Ou que ao pó já retornaram. Vidas inválidas. Tornadas incapazes, menores, menos humanas. Quando humanas.

No auge da escuridão que as camufla nos acontecimentos que compõem a história oficial – transparente, linear e verdadeira –, se acendeu um foco de luz sobre algumas dessas vidas. E da invisibilidade surgiram olhares competentes para lhes julgarem, vigiarem ou lhes punirem. Ouvirem seus reclames ou seus batiques, seus delírios ou fome alarmante. Vidas que estariam fadadas ao esquecimento, como todas as outras invisíveis, mas que ressurgem num clarão e carimbam a história com ódio ou repulsa, piedade ou tutela.

Foram vidas detidas por uma instituição, aprisionadas pelas condições que lhes foram impostas, maldição das relações de poder, e das quais restaram apenas alguns vestígios, poucas frases, atas apressadas e documentos burocráticos, prontuários médicos, pequenos relatos, fotos e imagens desbotadas de sua má sorte (LOBO, 2008, p.18).

Mas o que faz com que essa luz destaque algumas vidas dentre tantas outras fracassadas, infames e ofuscadas pela história que não se interessa por elas? O que faz com que seus pés afundem na terra e deixem breves pegadas, ou com que sejam notadas mesmo que pontualmente?

Uma mão e um olhar interessado. Exatamente, uma mão e um olhar interessado em vasculhar o que de banal, irrisório ou fabuloso em suas miseráveis existências pôde haver. Estes restos de vidas podem estar em documentos preenchidos por especialistas de toda ordem, que muito tiveram a dizer sobre elas. Delas mesmas restaram frases, pequenas aspas, muitas assinaturas ou gritos estancados entre as linhas apertadas.

O interesse de fuçar documentos para pinçar vidas em suas inglorias, ao acaso, numa “espécie de truque aleatório” (Foucault, 1976, p.83) faz com que

sobre elas seja acesa uma luz que lhes tira da sombra da história na qual sempre estiveram presentes, mas passaram por ela como se não tivessem existido.

Quando encontram com o poder, essas vidas em algum momento saem da invisibilidade. Um encontro que, para além dos relatos dessas vidas infames, traz elementos para pensarmos a história a partir de outros interesses e encontrarmos fragmentos de discursos que nos dão condições de analisar a realidade na qual eles puderam ser afirmados.

Vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornaram pelo efeito de múltiplos acasos [...]. Assim é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória (FOUCAULT, 1977, p.210).

O público atendido pelo PROVITA/ES é, em sua maioria, composto por essas vidas infames. Gente sem legitimidade, que passaria a vida sem ocupar qualquer espaço no clarão da história.

No caso desses *protegidos* pelo PROVITA, eles somente saíram da penumbra porque testemunharam algum crime contra terceiros ou contra eles mesmos. Mas, aliás, que crime não deve nos afetar, mesmo que indiretamente?

O que, no entanto, se coloca como um paradoxo: para que se torne uma testemunha *protegida*, e, portanto, seja *iluminada*, o poder se exerce de modo a invisibilizar outros domínios que compõem a vida dessas pessoas.

É esse poder que barra e que, quando joga luz, transforma essa gente num caso. Num caso que deixa para trás histórias. Essas histórias foram as que eu pincei. Essa vida que pede passagem, que toma forma e que pede para sair do programa, ou que escapa no próprio programa de proteção.

O conceito de poder será utilizado nesta pesquisa a partir de Foucault, que buscou, ao longo de sua obra, analisá-lo enquanto exercício, enquanto prática historicamente constituída, jamais de maneira uniforme, mas local, em constante transformação. Orientados por ele, o foco dessa pesquisa estará muito mais direcionado ao caráter produtor de realidades das relações de poder do que de uma instância negativa, que teria por função reprimir.

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1979, p.08).

O poder, em sua produtividade, é o que garante que ele se exerça ininterruptamente, capilarizado, buscando investir no corpo, adestrá-lo. E para tal, são produzidos discursos e saberes que sustentam seu exercício.

Diferente do poder centralizado na figura de um monarca, o poder de que falamos aqui, acerca da vida dessa gente infame, é aquele que se infiltra sutilmente por todo o corpo social, e, longe de impedir o saber, o produz (FOUCAULT, 1979).

O poder que se exercerá no nível da vida cotidiana não mais será o de um monarca, próximo ou distante, todo-poderoso e caprichoso, fonte de toda justiça e objeto de não importa qual sedução, a um só tempo, princípio político e potência mágica; ele será constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria. E o discurso que se formará, então, não terá mais a antiga teatralidade artificial e inábil; ele se desenvolverá em uma linguagem que pretenderá ser a da observação e a da neutralidade (FOUCAULT, 1977, p.219).

O poder é algo que funciona, que se exerce, não se trata de possuí-lo ou não. Ele se dissemina por toda a estrutura social e, se nada existe de exterior a ele, é de dentro dessas mesmas relações que escapes podem ser produzidos.

No caso das pessoas atendidas pelo PROVITA, esta pesquisa jogará luz exatamente naquilo que, em nome do testemunho, do que faz com que essas vidas adquiram importância para um discurso jurídico, é obscurecido: os detalhes da vida cotidiana. E, como é de dentro mesmo das relações de poder que as resistências se gestam, estes próprios detalhes acabam emergindo e dobrando o poder, escapando e produzindo transformações – ainda que sutis.

Os meus primeiros encontros foram com os prontuários das pessoas que eu atenderia. Documentos burocráticos, termos assinados, relatórios de atendimento. Havia fotos tiradas pela equipe, da casa onde o programa aloca as pessoas e fotos dos *protegidos*, uns ao lado dos outros, sem muito sorriso no rosto, como se fossem obrigados a tirarem aqueles retratos.

Num documento chamado *diário de campo*², que é uma espécie de relatório feito no momento do atendimento e assinado pelo usuário do programa, deparei-me com pequenas anotações de falas entre aspas das pessoas, selecionadas pelos ouvidos de quem fez o atendimento, e que lhe pareceram importante destacar.

Muito pouco se falava da vida, no miudinho, dessas pessoas. As pequenezas, aliás, somente apareciam em termos que responsabilizavam os protegidos por condutas inapropriadas, incompatíveis com o que se espera de um comportamento aceitável para a permanência no programa de proteção. A ameaça da exclusão parecia ser um fantasma que sussurrava baixinho nos ouvidos das testemunhas a cada possível desobediência...

Li histórias como a de um rapaz que foi expulso de uma comunidade terapêutica para usuários de droga porque tomou banho na caixa d'água num dia de calor: há sempre uma forma de reconhecermos os desviantes. Conduta incompatível: esse rapaz cabia numa caixa d'água, não poderia caber numa comunidade terapêutica. Assim preenchamos o mundo com nossas perfeições inalcançáveis. Não somente o PROVITA possui as suas normas de conduta apropriadas.

Num segundo momento, encontrei-me com os *protegidos*. Quando abriam a boca, os prontuários que me diziam sobre suas vidas, com frequência, desmoronavam de imediato. Muito pouco falavam de processos e sentenças. Quando falavam, havia uma frase que se repetia por diferentes encontros: “estamos presos e os acusados, soltos”. Já ouvi quem dissesse – profissionais ou *protegidos* que já passaram pelo sistema penitenciário – que as normas do PROVITA o tornam mais rígido que a prisão.

Numa das visitas, o homem nos entregou uma cópia de um livro, com capa ilustrada e tudo. Disse que contava nele sua história de amor com a esposa, e tudo que juntos enfrentaram pela vida afora, também no programa de proteção. Disse que gostaria de publicá-lo e pediu autorização. Que foi negada. Afinal, quando a pessoa se torna uma testemunha *protegida*, deve falar somente o que é permitido pelo programa, e o que é permitido esconde,

² No decorrer na pesquisa, os fragmentos dos diários de campo dos arquivos do PROVITA/ES serão identificados como *documento interno*, de modo que o leitor não os confunda com os diários de campo produzidos pela pesquisadora.

no dia a dia, as historinhas que justificam nossas alegrias e amarguras. Para que permaneça no programa, contudo, a testemunha é obrigada a prestar depoimento sempre que intimada. O momento exato de falar ou de calar é orientado pela equipe do programa.

Há uma vida que é punida quando se entra no PROVITA. Há um *rosto* esperado para aqueles que ingressam no programa. Há um rosto aceitável. Protegemos as testemunhas *desde que* elas cumpram normas e vistam as carapuças que lhes são escolhidas. E não por acaso. Não são escolhas originadas pelo PROVITA, a questão não pode ser encarnada no programa de proteção ou nos profissionais que acreditam estarem trabalhando pelo bem dessa gente malfadada. “De boas intenções o inferno está cheio”, minha avó já dizia. Há ideais construídos de pureza, de brancura, de heterossexualidade, de riqueza, de maternidade. Há uma determinada forma-homem produzida e idealizada para além do PROVITA, mas que perpassa e constitui seus discursos-práticas.

Na discussão em equipe, frisava-se que ela era filha de pistoleiro, e, ainda assim, amava o pai. Como se não devesse. Que não era boa mãe, que não arrumava a casa nem fazia comida. Comiam comida pronta e se considerava prudente mencionar na reunião os itens da lista de compras, preços e quantidades. E discutia-se do direito que ela teria de comer caviar, se ao final do mês não reclamasse do valor da cesta básica repassado pelo programa. Pelo valor repassado, se ela decidisse pelo caviar, se alimentaria somente no primeiro terço de semana do mês. A criança ficava aos cuidados do pai e isso parecia não ser o ideal. Uma filha de pistoleiro que come leite condensado e tem candidíase! – é mesmo a criação de um monstro: isto deve parecer aterrorizante? – pois parecia.

(Diário de campo. 07 de abril de 2009).

Decidi, num terceiro momento, debruçar-me sobre alguns prontuários de pessoas que já não estavam mais *protegidas* pelo PROVITA. Pessoas que não conheci, que delas só havia os relatos de quem havia as encontrado, das façanhas dos seus encontros com o programa, das desobediências sobre as normas de segurança impostas no momento do ingresso.

No revirar documentos, estava ávida por uma ternura qualquer naqueles papéis frios. Encontrei breves anotações de vidas que em algum momento decidiram mudar o curso. Passados que falavam mais do que foi feito daquelas vidas do que as próprias vidas fizeram de si. Mas há sempre um óleo que faz

com que a vida escorra: pequenas frases, rasteiras anotações, alguns gritos davam pistas de vidas que passaram por ali. De alegrias, das inutilidades, do que de banal nos cerca e nos faz. Ou desfaz.

Essa pura existência verbal que faz desses infelizes ou desses facínoras seres quase fictícios, eles a devem ao seu desaparecimento quase exaustivo e a essa chance ou a esse azar que fez sobreviver, ao acaso dos documentos encontrados, algumas raras palavras que falam deles ou que eles próprios pronunciaram (FOUCAULT, 1977, p.209).

Do fundo dos prontuários empoeirados, dos documentos arquivados em armários muito bem trancafiados, da sombra que ocupavam em seus dias de cão vadio ou de gente feliz, sem notoriedade, no vasculhar papeladas amareladas pelo tempo, fotografias de pessoas em poses ensaiadas, com sorriso de canto de boca e dentes arrancados na primeira cárie, eis que surgiram histórias de pessoas. Histórias que, para além das tragédias que marcaram definitivamente suas vidas, que mudaram os rumos de suas casas, comportavam pequenos trejeitos, minúsculas alegrias, diversões, desesperos, sexos e histórias contadas por elas ou por terceiros, que me chamaram atenção.

Chamaram-me atenção de modo que pude, mais do que conseguir me aproximar dessas vidas que passaram pelo PROVITA, perceber com maior nitidez alguns dos discursos que atravessaram os atendimentos e construíram o que se entendia e se entende por Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Às vezes, os prontuários me pareciam compostos por documentos de fins do século XVIII e início do século XIX, quando o poder médico produziu todo um discurso de modo a se apropriar do cotidiano das populações para vigiá-las em seus desvios, controlá-las em seus instintos de rebeldia, moralizar suas condutas (FOUCAULT, 1979): esclarecidos especialistas falando da loucura, do silêncio, da verborragia, da zona, das condutas inapropriadas, da impureza das panelas e da casa, da maneira exata de cuidado a se ter com as crianças, perfis traçados acerca da probabilidade de o encaminhado ser ou não usuário de drogas ou do controle alimentar de quem ingressou no programa.

Mesmo o pai sendo alcoólatra, C. mantinha com ele uma relação de bastante afeto e respeito dizendo ser ele uma figura muito importante em sua vida (documento interno do PROVITA/ES, relatório de triagem, 14 de fevereiro de 2000. *Grifo meu*).

E, então, o susto de perceber que não estávamos assim tão distantes do que conseguimos nos tornar. Ainda há incrustado em nós, mesmo que mais sutilmente, o desejo de tornar homens, mulheres e crianças pobres mais limpos, lavar-lhes as condutas sujas e menos fiéis ao que projetamos como humano ideal, com características que lhes tornem merecedoras do ingresso ou permanência na política de proteção. Que isso não soe como uma busca por origem, pois, conforme afirma Foucault (1979),

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira (p.17)

Não é uma leitura de um passado estático, não se pensou em retirar as máscaras que escondiam a verdade sobre o programa de proteção. O interesse sempre esteve em ouvir histórias contadas por outras vozes, a partir de outras experiências, que não aquelas que enfileiram a lei, a vida tão bem protegida, as pessoas que nunca morreram por atentado durante a permanência no programa e conclui que, por tudo isto, o PROVITA é muito eficaz.

Além dos usuários, há também um rosto idealizado para os profissionais que atuam nas equipes, e disparado nas falas mais suaves ou mais enfáticas:

A família se mudou e os móveis do programa foram retirados da casa onde morava. “– Fiz uma busca e apreensão no apartamento do sujeito” – colocou um membro da equipe. “– Temos que ser profissionais, deixar de blábláblá. Precisamos deixar o sentimento de lado e operacionalizar!” – era assim, com bravura, que se convocava a participação da equipe na vida daquelas pessoas. Sem um espelho que nos ajudasse, criticávamos o Programa de Proteção a Testemunha do Rio Grande do Sul por ter policiais em sua equipe de trabalho.

(Diário de campo. 15 de agosto de 2009).

Para aonde foram esses homens e mulheres? Onde estavam as crianças, que quase não aparecem nos papéis? Se vivos, se mortos... ainda

gritam. E o meu grito entalou no silêncio que deles foi feito. Eles viraram silêncio, ao menos nos documentos remexidos.

Nas visitas domiciliares onde nos encontramos com alguns deles, havia o mesmo silêncio calando seus gritos. Após passarem pelo programa, tornaram-se gritos abafados nos fundos de prontuários esquecidos. Aliás, as próprias regras impostas pelo programa os tornariam – ou tentariam – arquivos ofuscados feitos não de papel, mas de carne, osso e memória. A poeira coçou o nariz, o olho disfarçou a lágrima: o que temos feito de nós?

O passado não é uma folha escrita. Não é uma assinatura num documento jurídico. Num documento psicológico. Letras num papel. O passado e sua vida em sangue. As baixezas das vidas que passaram pelos papéis.

Mas há uma confissão que preciso fazer: aqueles documentos, aquelas folhas e fotos, aquelas listas de compras que indicavam o que as pessoas comeriam durante um mês inteiro, tudo aquilo só me desassossegou tanto porque desafogou do passado do PROVITA pedaços de uma história onde eu mesma pudesse, ao acaso, pinçar as linhas para traçá-la. Eu decidi, então, por contar uma história do PROVITA. Com as sujeiras, os nojos, o cheiro de mijo das crianças que eu encontrei e achei digno que essas linhas aceitassem. Com as lágrimas e os silêncios.

E preciso dizer mais: eu contei uma história do PROVITA para falar do mundo no qual vivemos. O PROVITA é um pontinho. Um pontinho por onde passam construções desse nosso mundo. Contei uma história do silêncio mais do que dos gritos. Quem poderá dizer que o silêncio não grita? Quem poderá dizer que os mortos não falam?

E há uma segunda confissão: essa história me interessou bem mais do que aquela da política de proteção que enaltece defender todas as formas de vida e todas as gentes e que inserido na qual ninguém morreu até hoje.

Com seriedade vos digo: eu encontrei gente morta naqueles documentos. Eu encontrei gente morta nos atendimentos. Talvez haja mais mortos do que túmulos para guardá-los. Estão *protegidos* demais para descansarem a sete palmos do chão.

Ela falava tremido, como berra uma ovelhinha bem pequena. Moça instruída, dizia na carta quase jurídica de pedido de desligamento que não suportava mais permanecer no programa. Nem mais um dia.

Dizia que o Estado te dá a garantia da vida, mas não lhe dá a certeza da justiça. Que o criminoso estava solto em troca de uma vida que para ela valia menos que aquela com a corda no pescoço, ameaçada de morte. Que foi muito bem atendida, que o programa foi importante. Suportou ficar por cerca de quinze dias. Ela rumou para qualquer lugar que a abraçasse. Dizia na carta que assumir uma vida longe das pessoas que ama era como não existir. E se despediu assim: “o programa protege a vida: mas que vida?” – só ela sabe.

(Diário de campo, 20 de outubro de 2012)

Quando decidi fazer essa pesquisa, porém, havia algo que me impedia de falar dessas histórias: meus silêncios necessários. Além destes, havia a responsabilidade de falar dessas vidas de modo a não identificá-las. O meu objetivo foi de retirar as histórias do território do caso, e colocá-las no plano dos acontecimentos da vida de todos e qualquer um.

Isto porque eu não queria fazer desta pesquisa um estudo de caso, nem discutir situações isoladas. Eu precisava garantir o anonimato, mas as histórias me eram fundamentais, porque elas fizeram os pontos de análise saltarem.

Eu passei muito tempo precisando encontrar maneira de tornar o mais palpável possível as angústias e colocações das pessoas que eu atendia e que diziam com toda a força o que é estar *protegido* pelo PROVITA. Lembro-me que Beth Aragão me indicou um livro chamado Princesa, um *best seller* de Jean P. Sasson³ e pediu que eu lesse.

O livro contava a história de uma princesa árabe que gostaria de denunciar os regimes aos quais as mulheres eram submetidas e os segredos da família real, mas que se fizesse isso seria condenada à morte. Não poderiam saber que era ela por detrás das linhas. Então uma amiga, escritora americana, se tornou sua porta-voz a partir das histórias por ela narradas e o livro consegue passar a intensidade da vida e dos questionamentos da princesa chamada por segurança de Sultana.

Depois de muitos meses, percebi que, para conseguir dizer dos sentimentos daquelas pessoas, eu precisaria construir um personagem. Eu nunca tive o interesse de falar por aquelas pessoas. Mas eu precisava fazer com que o que elas são orientadas a somente falarem para o próprio programa fosse ecoado, porque são questões cruciais para que a política de proteção brasileira seja avaliada e discutida.

³ SASSON, J. P. Princesa Sultana: sua vida, sua luta. Best Seller, 2004.

Existem falas interessantíssimas sobre o mundo que vivemos que saem da boca dessas pessoas protegidas, mas que têm por destino ficarem girando ao redor das mesas de reuniões dos programas de proteção! Aumentar o volume do rádio – falar sem que pudessem ver a face de quem fala: esse foi o meu papel.

Num dia esquisito me veio à cabeça, como que num forte impulso, a ideia de juntar todas as histórias lidas e escutadas em alguém que pudesse senti-las, bem de perto. Uma personagem infame que, ao testemunhar um crime, tivesse as desonras e alegres fagulhas da vida obscurecidas para que o testemunho pudesse ser protegido. Talvez eu tenha sido a escritora de príncipes e princesas escondidos num bosque. Quem sabe.

Essa personagem passou a se chamar Maria do Socorro: negra-mulher que veio para mostrar a vida que fica soterrada na goela das pessoas *protegidas* pelo PROVITA, a vida comum, a vida que não cabe no programa, a vida sem utilidade destas pessoas ameaçadas de morte e caladas por procedimento de segurança. Vidas que a *proteção* não se importa, solapa, enfia memória adentro, boca adentro. Vida que, ainda assim, consegue escapar. Vida que insiste. Vidas muitas vezes mortas por histórias oficiais montadas. Vidas marginais, com suas resistências, desgraças e alegrias. Vidas nossas.

Digo-lhes com o que me preocupei todo o tempo: conversar com papéis, com os usuários e profissionais desse programa de forma a contar uma história que não se quer universal, tampouco verdadeira, mas com tons diferentes, cores, cheiros de flores ou suor. Cheiro de gente, de mofo ou de brisa nova. Enfiar-me entre conversas de documentos, prontuários e pessoas. Diferentes olhares, visões, sentimentos. Diferentes visões que atravessaram os documentos, inclusive. As falas, os olhares.

Dos documentos, prontuários, das mãos e olhares que decidiram se encontrar ou que simplesmente se esbarraram, das mesas de reuniões, dos corredores dos espaços públicos ou de dentro do programa de proteção, antes mesmo de realizar essa pesquisa, me pus a escrever pequenas anotações e diários de campo, que acabaram servindo como um rico material de análise da política de proteção, da minha própria prática e do contexto no qual o programa se constitui.

Peguei tudo que esses encontros puderam me dar. Se me deram medo, dor, alegria, eu aceitei. Se me ofereceram colo, igualmente aceitei. Se me ofereceram seu ódio, sua revolta, seu sexo ou seu sonho, eu aceitei.

Para construir essa pesquisa, dei meu corpo até ele onde ele pôde se entregar. Até onde as pessoas me levaram, os profissionais me permitiram, meu cansaço conseguiu. Sou gente, como Maria. Fui até onde eu pude ir: assim essa pesquisa se fez. Assim essa pesquisa me fez, todo o tempo.

Decidi salpicar pelo texto, muitas vezes duro como as regras do PROVITA, trechos da passagem de Maria do Socorro pelo programa de proteção. Digo-lhes sem titubear: Maria do Socorro não é uma mentira. Ela é feita de retalhos de palavras ditas e escritas, histórias contadas ou presenciadas de usuários do programa de proteção.

Não se prendam ao relato de uma história que se quer verdadeira, contudo. Entendam tão somente que esta é uma história que é possível. Uma das possibilidades de se passar pelo PROVITA e que não está distante do que frequentemente acompanho enquanto psicóloga do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Espírito Santo.

Maria é composta pelo que restou das falas de algumas pessoas que foram orientadas a não contarem que fizeram parte do PROVITA. O silêncio por procedimento. Como se a memória se apagasse com borracha ou assinando um termo jurídico.

[...] começamos a direcionar a intervenção para o desligamento lembrando que falta pouco tempo; e que após o desligamento é preciso que o programa seja esquecido, sendo um tempo de construção da nova vida, que agora esse tempo chega ao fim [...] (documento interno do PROVITA/ES, diário de campo, 13 de março de 2003).

As falas de Maria do Socorro, seus questionamentos, seus sentimentos, em algum momento, no acaso dos encontros com pessoas ou documentos, foram sentidos por algum coração que escapou pelas linhas que restaram. Ela não é um caso. Ela é a junção de vários dos pontos que eu não poderia deixar de colocar nesta pesquisa, exatamente porque são estes pontos o próprio coração dessa pesquisa.

Portanto, façam o uso que quiserem dessas linhas vivas. Peguem suas durezas, se preferirem. Agarrem-se na cintura de Maria do Socorro e sambem com ela, se isso lhes causar uma sensação menos pesada. Escrever essas linhas e dar esse formato à pesquisa foi a maneira que consegui para dizer a cada detalhe que é de pesos de chumbo e de algodão que o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é cotidianamente construído.

1. O SAMBA-ENREDO: CORPO-PESQUISA

1.1. Provoações: de quando se escreve com fome

"Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas dependuram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer" (*Graciliano Ramos, 1948*⁴).

O incômodo de escrever linhas feias engasgou por algumas vezes esta pesquisa. O engasgo de que eu, tão apaixonada por poesia e versos, não fosse capaz de compor tantas estrofes nesse percurso, trouxe, de início, a dureza de assumir que se eu não quisesse tapeação, algumas linhas por respeito deveriam ser feias como parte das coisas que me proponho a dizer.

Algumas linhas se escreveram ordinárias, *linhas tortas* embaladas por Graciliano Ramos em expressões ásperas. "A miséria é incômoda", Graciliano disse. Mas esse corpo só sentiu o que é escrever com fome de beleza e só ter angu no fundo do tacho quando o estômago retorceu. E, então, foi preciso fazer uma escolha ética: lambuzar as folhas de estrume e cavar um poço com água para poder adubar a grama. Para falar de gente, escolhi a merda e a grama viva.

Se estas linhas provocarem o mau humor e perturbarem a digestão dos que podem comer – ao contrário da literatura inofensiva e cor-de-rosa que torce o nariz de Graciliano Ramos – terão utilidade. Com ele aprendi, na escrita, a dar função à fome. A depender dos calos no estômago, estas linhas poderão parecer mais ou menos exageradas. Sem qualquer calo, a gastrite corrói. Com a casca grossa, não se sente mais o peso a digerir.

⁴ Trecho de entrevista atribuída a Graciliano Ramos. Casa de Graciliano Ramos, Palmeira dos Índios, 1948.

Em outubro de 2008, assumi no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Espírito Santo – PROVITA/ES – a função de psicóloga. Um trabalho que, fosse pelos embates políticos e de vaidades que se travavam e perpassavam a atuação dos profissionais, fosse pelos tons tão variados entre uma visita e outra na casa dos usuários, me custou algumas lágrimas e, bem aos poucos, alguns sorrisos, hoje mais largos.

Deparei-me com uma equipe cuja grande maioria havia participado da criação do Programa de Proteção no Espírito Santo e parte trabalhava lá há mais de uma década. Qualquer questionamento ao programa ou à forma como ele funcionava era, naquele tempo, entendido como afrontamento.

Tenho achado estranho. Às vezes parece que atuo numa fábrica: os peões fazendo suas tarefas repetidamente, com medo dos gritos do patrão, que decide apesar da qualidade da produção o que bem entende para a fábrica ou para os seus clientes. Um ou outro peão aprendeu com o patrão a gritar, outros preferem se calar por medo, revolta ou acomodação. Os peões parecem ter a atenção voltada para que no final do dia as porcas e os parafusos estejam encaixados e muito bem apertados. Nas reuniões falam do amor ao trabalho, e não tenho dúvidas de que amam mesmo. Mas entre as engrenagens que movem as máquinas, conversam seus ressentimentos a todo vapor. Estou no começo da minha angústia: o que pode um peão-psicólogo numa fábrica? Enquanto apertam parafusos, me ocuparei de tentar afrouxá-los.

(Diário de Campo. 12 de dezembro de 2008)

A passagem acima foi escrita após pouco mais de um mês de trabalho. O tempo foi passando e eu também fui me sentindo parte da fábrica. Em mesmices ou resistências. Entre as durezas, encontrávamos levezas sempre que possível. O que de leve conseguimos produzir nos levou adiante. Muitas vezes estávamos, todos, apertando parafusos. Outras, fazendo força juntos para afrouxá-los. Algumas porcas e parafusos com o tempo foram trocados. As máquinas ganharam óleo nas engrenagens. Volta e meia, ainda emperram. Mas hoje já existe um pouco mais de tranquilidade ao afirmar que nada é eterno.

Fazem parte da rotina dos profissionais as visitas às casas onde passaram a morar os usuários do programa. Casas que não escolheram, em ruas que não conheciam, em cidades que nunca visitaram. Com uma frequência que sinaliza algo mais do que a cortesia ao receber uma visita, dizem que a *casa é nossa*.

“– Entrem, a casa é de vocês” – Disse o homem, enquanto a mulher tirava gato e roupas de cima do sofá, apressada para que a bagunça não fosse vista. Chegamos sem avisar, como quase sempre. O homem se desculpava pela camisa suja, espantando as crianças para o banho, enquanto a esposa se trocava. “– Eu não esperava que vocês viessem agora” – dizia, sem jeito. Justificou o rasgo no sofá e os desenhos nas paredes da casa, feitos pelas crianças. O protocolo da visita aconteceu com encaminhamentos de pendências e os retornos aguardados. Mas o meu incômodo parou na porta de entrada: o homem se sentia visitante de uma casa que era nossa – não o contrário.

(Diário de Campo. 20 de novembro de 2009)

Para entrarem no programa, as pessoas assinam um termo onde se comprometem a informar desde a renda mensal até as questões de saúde. Estas informações darão subsídios para que a equipe busque o imóvel em localização onde existam os serviços mais indicados para atenderem às necessidades da família.

Durante as visitas, é muito presente no discurso dos *protegidos* o sentimento de estarem presos, pagando por crimes que presenciaram, não que cometeram. Ou mesmo que tenham participado do crime, falam do fato de sentirem a vida perdendo o sentido; falas angustiadas que grande parte das vezes, muito pouco após a entrada no programa, não mais fazem menção ao fato testemunhado, mas ao próprio ingresso no programa ou às perdas e sofrimento que o fato testemunhado levou ao terem ingressado no PROVITA. Falam do que deixaram de afetos e mobília nas cidades de onde partiram quando ingressaram no programa. Muitas vezes falam da vida que deixaram para trás. Mas como a vida fica fora da mala se a entrada no programa tem o objetivo de protegê-la?

Há pessoas que passam pelo PROVITA e, tempos depois, são novamente encaminhadas e decidem pelo reingresso. A maioria esmagadora, contudo, coloca que sequer testemunharia outro crime. Nas conversas com profissionais das equipes pelo Brasil e na minha própria equipe de trabalho, não encontrei ainda quem se disporia a ingressar no programa de proteção. Interessante dado: trabalhamos numa política da qual não faríamos parte como usuários. Isto não deve nos indicar nada?

Outra exigência, colocada sob a égide da *proteção*, é que as pessoas não contem aos novos vizinhos ou amigos o fato que as fez se mudar de

cidade ou estado. Aliás, sequer devem contar a cidade de onde saíram. Partes da história pessoal destas pessoas é modificada, e sempre a *estória-cobertura*⁵ criada estanca a violência que fez com que as pessoas entrassem no PROVITA. A entrada no programa também não pode ser compartilhada com ninguém, exceto em consultas médicas ou psicológicas individuais.

Senhora muito religiosa acreditava que mentir a mandaria para o inferno. Submissa às normas de segurança tanto quanto aos mandamentos da igreja, disse que não conseguia fazer amigos porque tinha medo de as palavras escorregarem e acabar falando mais do que lhe era permitido. Então, preferia não dizer nada. Disse que estava sofrendo, que a história que a impedia de falar do amor da sua vida, hoje somente vivo na lembrança, era como não falar de si. Que dizer que ele havia morrido de infarto, era como lhe calar a revolta de ele ter sido assassinado de forma tão cruel. Então não falava, porque dizer o que lhe era permitido era o mesmo que se manter calada. E em silêncio não iria para o inferno e nem assinaria um termo por quebra de norma.

(*Sobre as estórias de cobrir os porquês*. Diário de campo. 10 de novembro de 2011).

Como transformar, dentro de um programa que tem por procedimento o silenciamento, a violência sofrida e/ou testemunhada em militância, em luta cotidiana?

No PROVITA, os profissionais usam um nome que não lhes pertence. Um codinome. Algumas das pessoas que atendi não souberam sequer que nunca me chamaram pelo nome. Um pouco de clandestinidade também nos é atribuída. E algumas das condutas que exigimos aos usuários também parecem fazer parte daquilo que nos exigem – que nos exigimos. Com a rotina entre visitas, relatórios, audiências e plantões⁶ não raramente o técnico passa o final de semana sem descansar a carapaça do codinome.

Domingo de natal, churrasco na casa do namorado - que tem uma prima com nome idêntico ao meu codinome. A avó dele gritou chamando a prima e, quando dei por mim, já havia respondido e

⁵ *Estória-cobertura* é um procedimento que impede que os usuários digam na nova cidade que fazem parte do programa ou mencionem o crime testemunhado. É criada uma estória com os *protegidos* que sempre encobre a violência sofrida ou testemunhada, substituindo-a por uma história de mudança de cidade, motivada, por exemplo, por questões de trabalho ou algo que não identifique o fato testemunhado.

⁶ Chama-se *plantão* o procedimento para a equipe técnica que consiste na situação de sobreaviso com um telefone móvel, por meio do qual acontece o contato direto entre os usuários e a equipe após o expediente, finais de semana e feriados. Os técnicos revezam o plantão a cada semana de trabalho.

estávamos, eu-codnome e a prima convocada, de frente para a avó confusa.

(Diário de Campo, 25 de dezembro de 2010)

O sigilo que garante a efetividade do PROVITA também acaba por proteger o próprio programa de questionamentos e avaliações por pessoas que não fazem parte do seu universo. O que nos faz pensar que o movimento reproduzido pela equipe não se trata de algo individual ou exclusivo, mas que fala de produções coletivas do tempo e do mundo no qual vivemos e que atravessam também a forma de gestão e condução da política de proteção.

Exemplo disso foi apresentado por Leão e Ferreira, que tentaram realizar uma pesquisa que avaliasse os impactos e efeitos subjetivos do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. As pesquisadoras destacaram que inúmeras foram as tentativas de conseguirem se aproximar do objetivo da pesquisa, mas que em todas as instâncias a questão do sigilo foi colocada como barreira intransponível para a realização do trabalho proposto.

O sigilo – instrumento indispensável para salvaguardar a testemunha, passa a ser também instrumento de salvaguarda do Programa, impedindo o olhar de observadores alheios ao PROVITA – situação indispensável para sua análise e avaliação. Compreendemos o sigilo como fator de extrema importância para a segurança da testemunha e para o sucesso do Programa. Entretanto, entendemos ser possível conciliar as necessidades de segurança com as de avaliação e aprimoramento da política pública de Proteção à testemunha ameaçada (LEÃO; FERREIRA, 2008, p.08).

Este primor com a alegoria do sigilo também foi sentido quando decidi fazer o mestrado. Entre chuvas de advertências, dos zelos que deveria ter, dos cuidados que deveria tomar para realizar a pesquisa, ouvi: “– Cuidado com o que vai falar do PROVITA por aí!”.

E tive. Tanto cuidado que necessariamente estas falas precisaram compor as análises do caldo heterogêneo de forças que atravessaram a pesquisa. As falas, aqui, não estão ligadas às palavras ou aos significantes, que são aqueles facilmente rendidos às interpretações e representações, aos conteúdos com seus significados quase sempre embutidos, infiltrados, escondidos entre as palavras. Interessa o discurso e o que faz com que ele

adquirir um *status* de verdade quando articulado no campo social. Segundo Foucault (1986), o discurso é:

[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística as condições de exercício da função enunciativa (p.136).

A análise do discurso, neste sentido, não diz de interpretá-lo como um conjunto de signos ou aos elementos significantes, tampouco de se ater a quem fala ou por qual motivo fala, mas de investigar por quais regras aquele discurso é constituído e quais práticas ele engendra.

Assim, os documentos internos ou os diários de campo escritos a partir dos encontros com os usuários e seus familiares, com os técnicos e demais profissionais envolvidos na execução do programa de proteção, trarão fragmentos que permitirão não descobrir uma verdade neles contida sobre o programa de proteção, mas fazer uma análise histórico-política da forma de *proteção* hoje constituída. O que faz com que algumas afirmações sejam feitas pelos sujeitos pesquisados em determinado momento?

Não se trata, portanto, de uma análise gramatical, nem lógica, tampouco psicológica do discurso. Nem mesmo de analisar quem fala, pois, como afirma Foucault (1979, p.71), quem fala e quem age é sempre uma multiplicidade⁷, um conjunto de forças, que produzem realidades, modos de ver, sentir e viver no mundo.

Não há nada por detrás do discurso, nenhum segredinho sujo que deva ser interpretado, nenhuma névoa ou cortina que deva ser retirada. Não há uma verdade intocada, que precisa ser arrancada do discurso. Não se trata de descobrir as dissimulações, trata-se de compreender o discurso a partir das suas próprias regras de constituição.

Entender que o discurso constitui práticas, portanto, é também encarar os documentos pesquisados como produção histórica, política, e que nada escondem em seu conteúdo que deva ser desvelado. Tomar o discurso como prática é compreender que é através de uma série de determinações que se

⁷ Multiplicidade, segundo Deleuze (1998, p.236), “não deve designar uma combinação de múltiplo e de um, mas, ao contrário, uma organização própria do múltiplo enquanto tal, que não tem necessidade alguma da unidade para formar um sistema”.

torna possível que os sujeitos pesquisados façam determinadas afirmações, produzam determinadas práticas, e aí está nossa atenção.

[...] analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56).

O interesse está no discurso enquanto prática que constitui os sujeitos pesquisados. Esta afirmação, ao ser feita, já coloca pesquisador e objeto pesquisado no mesmo plano da experiência⁸ o que desmonta qualquer possibilidade de imparcialidade, neutralidade e objetividade da pesquisa. E desestabiliza qualquer necessidade de encarnar as questões no programa de proteção ou nos sujeitos, essencializando-os.

Se a opção foi por uma análise histórico-política, necessariamente ela não centrará o discurso nas formas que o compõem, mas nas forças, no que está *entre* as formas. Denominamos, aqui, as formas como contornos estáveis e que coexistem com o plano das forças que produzem tais formas. Investigar as formas, portanto, exige que seja considerada a sua dimensão processual (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009).

Significa dizer que esta pesquisadora está atolada até o pescoço no plano pesquisado, mas ainda pode respirar. E que esta pesquisa nada mais é do que a análise das forças que atravessam os discursos-práticas que constituem o PROVITA e tudo aquilo que lhe dá forma, de modo que ela seja desestabilizada – o fazer dos profissionais, as condições de existência da política de proteção, o questionamento da chamada *proteção*, a constituição histórica do próprio objeto pesquisado, o que se diz dele na mídia, na academia. Enfim, analisar como tais discursos apontam para uma determinada forma, datada historicamente, de se executar a política de proteção no Brasil.

⁸ Segundo Barros e Passos (2009), a pesquisa sempre se realiza “[...] por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência” (2009, p.17).

Desestabilizar essas formas permite que seu caráter natural, adquirido com o endurecimento dos seus contornos, seja colocado em xeque e outros contornos possam ser assumidos, novas práticas sejam possíveis. Para que se pesquisa, afinal, se não para questionar as práticas a fim de que se produzam outras?

Pesquisar é, ao invés de procurar verdades absolutas, ir conectando-se com a dispersão dos acontecimentos em suas múltiplas direções, cartografando os movimentos que ali se afirmam; é abrir-se para o inusitado, desviar-se, surpreender e desconhecer; é positivar as múltiplas direções que os agenciamentos – conexões – podem imprimir aos corpos; é explorar devires que se insinuam. E isso por quê? Porque podemos questionar e modificar aqueles sistemas que tornam possíveis somente certas espécies de ação (ARAGÃO; BARROS; OLIVEIRA, 2005, vol.5, p.25).

Não se trata de constatação, interpretação ou representação: “toda pesquisa é intervenção” (BARROS; PASSOS, 2009, p.17). Dizer que toda pesquisa é intervenção é afirmar que a produção do conhecimento é indissociável de uma mudança na realidade pesquisada. O que exige rigor, não se caminha sem direção, de qualquer maneira. É preciso construir o caminho a medida mesmo em que se caminha, forçar os limites dos nossos procedimentos metodológicos. Fazer escolhas, mesmo que provisórias. Avançar e recuar, mudar ou abandonar caminhos.

Se falamos de um mergulho no plano da experiência, é uma análise das nossas implicações que evocamos: tudo e todos estão implicados, e mergulhados com valores, interesses, desejos, crenças etc. (PASSOS; BARROS, 2009). Este plano exige que façam parte das análises os sentimentos, as afetações, os recuos e tentativas ao longo da pesquisa, rompendo com a lógica racionalista hegemônica no pensamento ocidental. É enxotada a causalidade. Segundo Lourau:

Estar implicado (realizar ou aceitar a análise de minhas próprias implicações) é, ao fim de tudo, admitir que *eu sou objetivado por aquilo que pretendo objetivar*: fenômenos, acontecimentos, grupos, idéias, etc. Com o saber científico anulo o saber das mulheres, das crianças e dos loucos – o saber social, cada vez mais reprimido como culpado e inferior. O intelectual... com sua linguagem de sábio, com a manipulação ou o consumo ostensivo do discurso instituído e o jogo das interpretações múltiplas, dos ‘pontos de vista’ e ‘níveis de análise’, esconde-se atrás da cortina das mediações que se interpõem entre a realidade política e ele. O intelectual programa a

separação entre teoria e política: *é para comer-te melhor, minha filha* ...mas, esquece que é o único que postula tal separação, tal desgarramento (LOURAU, 1975, p. 88-89, grifos do autor).

Fazer análise das implicações é analisar o lugar ocupado pelo especialista, colocar em xeque a relação dicotômica entre sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado, teoria e prática. Colocar em análise o meu lugar enquanto psicóloga não somente no programa de proteção, mas na história, nos demais espaços que ocupo e onde minha prática é legitimada. No mundo. Toma-se a teoria como prática, recusa-se toda a universalidade, as totalizações e unificações. São afirmados os saberes locais, as singularidades e multiplicidades (FOUCAULT, 1979).

Trata-se de uma importante escolha política, pois ao passo que o lugar do especialista é colocado em análise, permite-se a desnaturalização do saber científico como detentor de uma verdade neutra e absoluta e do especialista como aquele que deve esclarecer os demais acerca dessa verdade, ou simplesmente repassá-la para que a executem. Afirmar essa postura diante da pesquisa, que não se separa da vida, é, ao invés de fortalecer o discurso da *verdade* e da *consciência* que deve ser levada àqueles que não a possuem, questionar a produção desses discursos e o que eles põem para funcionar, o que eles fortalecem e reafirmam.

Uma pesquisa se faz por necessidade. Por inúmeras provocações, alfinetadas que o campo nos convoca a pensar. Ou não se consegue mais seguir adiante. Perturbações que exigem que se produza alguma diferença nas práticas cotidianas. Assim se deu esta pesquisa, na tentativa de discutir a que se submete a vida quando a proteção pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas é acionada como alternativa.

Uma alternativa que não significa uma escolha propriamente dita, “mas uma tentativa desesperada de autoproteção” (ALMEIDA, 2001, p.12) já que a grande maioria dos que ingressam no PROVITA pugnam desde o berço pelo direito mais básico dos direitos civis: o direito à vida. Sem condições de encontrarem outra alternativa de proteção diante da ameaça de morte, comprometem-se a seguir rígidas normas de segurança ao ingressarem no programa.

Trata-se de seres singulares que deixam para trás suas histórias de vida – de relações familiares, afetivas, de desafetos, de acomodações e resistências –, que abandonam projetos e, ao fazê-lo, abrem mão de identidades construídas ao longo de suas trajetórias de vida. Passam a contrair novas relações e assumem novas identidades: são identidades clandestinas em tempo de normalidade democrática (ALMEIDA, 2001. p. 12).

Quando decidi fazer o mestrado, havia uma necessidade extrema de compor com as histórias de pessoas que, por serem testemunhas, foram ameaçadas de morte. Mas além dessa, havia a necessidade ainda maior e que saltava a cada encontro com essas pessoas, que era a de investigar mais de perto as histórias daquelas que diziam sentir suas vidas definharem ou se sentirem presas (se há assim tanta diferença) no momento mesmo em que a *proteção* realizada pelo PROVITA se colocava com o objetivo de tentar garantir que elas não morressem. Explicarei melhor: essa pesquisa me convocou a ouvir de perto – bem de perto – essas pessoas que durante a permanência no programa de proteção diziam sentir a *vida* ameaçada. Mas a vida ameaçada, no programa de proteção? O que é estar vivo?

Histórias que escancaram algumas das produções que o PROVITA reafirma e que fazem emergir, também, as delicadezas ou escrachos da vida sob esta forma de *proteção*. E é a vida, no miudinho, que procurei pinçar. Ela está ali! Está. Mas pegar seu pulso muitas vezes não é tão simples. Exige tato ao afinar os ouvidos, para além dos livros.

Senti-me provocada a colocar em questão não somente o enunciado do PROVITA como última alternativa para a manutenção da vida destas pessoas ameaçadas de morte como também a questionar a troca de que esta vida é garantida, ou antes, a manutenção de qual forma de vida o programa tem conseguido realizar. Questiono: quais formas de vida temos ajudado a produzir ou sustentar ou quais formas de exclusão temos reafirmado sob o modelo de *proteção* proposto pelo PROVITA? Afinal, o programa é de *proteção* ao testemunho ou a testemunha? A prova ou a vida? Há mesmo a separação entre prova e vida?

Uma pesquisa é sempre um recorte. Um recorte para a análise do

mundo que vivemos e coletivamente⁹ construímos. No recorte escolhido para esta pesquisa, o PROVITA é apenas um ponto para falarmos deste mundo: é nele, com características e funcionamentos deste mundo que o PROVITA se constitui. São muitas as questões colocadas, para agora, adiante e sempre. Algumas sequer se respondem. Trata-se mais de colocar o problema do que se debruçar sobre soluções.

É com mãos sensíveis que compus histórias a partir dos encontros com esses homens com e sem esperanças. Estes últimos podem ser culpa da minha pobreza de ver. Às vezes não alcanço glórias nas vistas. Quem sabe alguns deles segurassem mesmo a esperança por um fio. Apesar de sensíveis, precisei formar alguns calos nas mãos. Em carne-viva fica-se exposto a todo prazer e a toda pancada. Tratei de não andar nua ao redigir estas linhas. Quem anda nu, afinal?

Uma pesquisa se faz a muitas mãos. Das mais surradas pelas páginas dos livros às mais calejadas de enxada. Eu achava que cada um usava os instrumentos que tinha à mão para produzir uma pesquisa. O mestrado, mais do que nunca, me ensinou que não é bem assim: é preciso criar os instrumentos com elementos que muitas vezes não estavam ao nosso alcance ou sequer existiam. Buscar elementos que ajudem a pesquisa, que saciem esse dragão faminto que move uma pesquisa. Descobri também que essa fome ninguém mata. E aliviada, entendi que dela ninguém morre. Quem pesquisa **vive** de fome.

E assim essa pesquisa se fez a muitas mãos e a partir de muitas vozes. Mãos múltiplas. Vozes múltiplas. Mãos de parcerias criadas pelo caminho. Mãos que são também músicas, cafunés, silêncios, canto de pássaro, noite de lua cheia, poesia que pede passagem. Vozes que carregam histórias de usuários pelos tantos encontros neste meu tempo como psicóloga do PROVITA/ES, que carregam histórias minhas com estes usuários, que fazem histórias nossas e de outros e estórias que me ajudaram a pinçar as pequenezas do caminho.

⁹ Coletivo, aqui, deve ser entendido, conforme afirma Guattari (1992, p. 20), “no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos”.

Ah, as pequenezas! Encontrá-las e falar delas produziu muitas vezes um corpo cansado. Revirar os escombros do que restou do lugar de onde estas pessoas se mudaram, o que deixaram para trás, o que lhes foi impedido de dizer, o que levaram em suas malas, o que carregaram em seus corpos, os amigos, as saudades, as paredes de casa, a rua... Encontrar os detalhes dentre os escombros tão grosseiros, mais do que exigir lupas afinadas de conceitos, exigiu que os poros da pele não fossem entupidos pela poeira da demolição.

Hoje ouvi histórias de infâncias. De dores, de sangue e lembranças. Preciso afinar os ouvidos e lavar os olhares: não quero ver nas malas somente roupas, nem nos sapatos somente cadarços. Preciso – porque só assim eu terei serventia ao pisar sobre esse chão – ver as saudades e saber que as solas dos sapatos velhos carregam muitas andanças, das quais sequer saberei. Peço ajuda, mas não aos especialistas com suas lupas de caçar micróbios. Quero o miúdo sem-valia: peço socorro a Manoel de Barros, para não pisar com meus saltos nas coisas mijadas de orvalho.

(Diário de campo. 05 de março de 2011)

Por algumas vezes, arrepiar os pelos ouvindo aquelas pessoas produziu uma potência que pedia por novas entradas, novas curvaturas nas nossas práticas, novos movimentos para não termos cada um de nossos ossos soterrados pelos escombros que ajudávamos [ou tínhamos a ilusão de] a produzir. É que às vezes nos convencemos de que no adeus ficam as memórias e nas malas só vão as roupas.

Essa pesquisa nem sempre deslizou. Por vezes ela assumiu formas que eu, que achava que tinha todo o domínio, não entendia os movimentos. Os meus próprios movimentos. Caneta falhando, garganta travada, páginas em branco.

Eu tenho uma folha em branco. Sem rosto ou com o rosto mais desesperador nesta altura dos tempos que gritam nos relógios: eis o silêncio da minha folha. Grito eu, silencia ela. Choro eu, muda ela permanece. Maldita que toda a vida se mostrava falante, justo agora, quando a voz entala com a importância de tudo que precisa ser dito, ela engasga – ou engasgada estou? – sabe lá. Não é um silêncio vazio, mesmo que o estômago sinalize a fome dessa escrita empanzinada. Eu falo da fome, eu vivo com fome. Insaciável. Dez quilos a mais de linhas e bosta. Eu penso pelo estômago. Começar por onde? Tenho a mala de por quês não respondidos, tenho a pele salpicada de caminhos pelos quais não quero seguir. Mas continuo parada, como se nada que dissesse fosse o bastante. Como se nada que fizesse movesse uma palha. O silêncio nada move? – pergunto

eu, no auge do mudo-desespero. Esse coração batido, como enfiá-lo na folha? Essa saliva seca, como escrevê-la? Essa fome...essa fome, como falar dela? O silêncio. Tenho o silêncio e uma folha em branco. Um liso bloco de notas. Professores dão nota zero para o silêncio dos seus alunos. A folha em branco de nada serve. É a paralisia? É a velocidade infinita? Eu tenho uma folha em branco e muito a dizer. Encontrar uma entrada: uma boca, um ouvido. Um cu. Encontrar um caminho por onde a caneta se meta. Onde ela diga. Eu não represento a caneta. O silêncio nunca está a salvo. Sempre se esconde em algum lugar – para fora de nós. A escrita é calada e perigosa. Também tem seus silêncios entre os pontos. Que são só silêncios. Não preenche tudo o que pode uma folha em branco. Recortar a fome. Recortar o silêncio: treinar sussurros com uma caneta nas mãos. E virar a página.

(Diário de campo, 17 de abril de 2011)

Essa pesquisa, aliás, se moveu dentro de mim como um monstro inquieto. Como um verme rogando por comida ou causando náuseas. E com escolhas que me fizeram sentir visceralmente os seus efeitos.

É como se as palavras não deslizassem. Por onde escorreu o óleo da caneta que não tem se permitido deslizar? Não... Ela está me provocando. E me olha fundo, como se me convocasse a desobedecer. Ao contrário do que me disseram: “Cuidado com o que vai falar do PROVITA por aí!”, a pesquisa tem me intimado: “Cuidado com o que não vai dizer do PROVITA por aqui!”. Para arreganhar as linhas, precisarei arregaçar as mangas: é a pesquisa me exigindo postura.

(Diário de Campo. 10 de junho de 2011)

Era a pesquisa estalando os meus ossos: como dizer coisas tão delicadas sem esmagá-las? Como falar de delicadezas finas como cristais sem quebrá-las? Sem fazê-las virar caco de vidro que corta fundo?

1.2. Ó abre-alas: anotações sobre o tom do batuque

Autor Desconhecido

*Este que vos escreve
morre antes mesmo do ponto
que põe fim a essa página
- Porque vence -
A validade do autor constituído
decompõe no momento mesmo
em que as palavras caem de seus dedos.
Este que vos escreve
não tem rosto nem assinatura.
Tem milhões de mãos
Alegrias vazias
e orgasmos múltiplos.
Porque o poema
Não é nada*

*além do que restou
de seus autores dissolvidos.
Não é dono de nada
além das metamorfoses
daquele que escreve
e dos seus escritos.*

*Este que vos escreve
Não é poeta
Porque nada é.
Torna-se outro
a cada perfuração do poema,
Sem saber, ao final,
quem foi o autor dos versos
E em qual nome
lhe será permitido assinar.
A força do que enuncia
Não tem rubrica
Nome extenso
ou posteridade.
- Só há vida
e intensidade -
(Patrícia Peterli. 18 de setembro de 2011)*

O meu socorro veio avassalador, sambando, rebolando, sacudindo e enchendo de cor o que se tornava cinza: assim Maria do Socorro bateu à minha porta. E eu abri.

Maria do Socorro foi o nome que levou o solavanco que estremeceu esta pesquisa. Talvez o maior de todos os solavancos até aqui. Dos tantos. Que pesquisa se faz sem tremores, afinal? Maria se metamorfoseia em tantos outros personagens dessa trama que fomos construindo com passos em velocidades distintas, as possíveis em cada momento. Com ou sem tanta calma. Sempre com prudência. "Quem tem alma não tem calma", disse Fernando Pessoa. Maria, como ele, não sabe quantas almas tem.

O corpo de Maria do Socorro não pode ser definido pelo seu gênero ou espécie, ou pelos órgãos que o preenchem com suas colonizadas funções. Seu corpo é definido pelos afetos e por aquilo que pode, e, conforme afirma Deleuze (2002) nem ela, nem nós, nem os animais, ninguém, "[...] ninguém sabe antecipadamente os afetos de que é capaz (...)" (p.130) – com corpo e alma como expressão de uma única e mesma coisa, Maria do Socorro vive.

Bebê nada prematuro, Maria me virou noites em cólicas. Não foi feita com molde, em fôrma. Eu não sabia qual seria o seu rosto. Seu batuque, suas formas de mulher ou coisa e tal. Maria do Socorro ganhou nome próprio. Foi batizada e, no entanto, não é sujeito. Quem assina as suas histórias?

Essa Maria-mulher, que vem de sandálias coloridas, de flor no cabelo, sorriso largo e pele lustrosa, não serve de alegoria para esta autora que precisou que ela existisse para conseguir dizer. Maria do Socorro não veio para contemplar, refletir ou comunicar. Ela é viva, e desnuda uma vida que insiste. Nada representa, tampouco representa esta autora. Quando sua língua desenrola, é sempre uma multiplicidade que diz e faz.

Maria do Socorro não se considera religiosa. Está onde tocam os tambores. Onde o pandeiro chacoalha. Onde a reza convém ao ritmo da súplica. Sem culpas, suplica à vida modos de compor alegrias. E desliza por onde as cruzes pesam menos.

Ela que nem tudo diz por meio de palavras. Fala pelo samba, pelas pernas, cotovelos e narinas. Pelas línguas espalhadas pele afora de poros abertos. Pelos cabelos-de-mola: Maria espicha e encolhe. É movimento.

Maria-mulher não tem gênero. Maria-preta não tem cor. Maria segue riscando um caminho que conduz a um mapa de intensidades, nunca soluções para problemas predeterminados, nunca tracejos pré-estabelecidos. O mapa e o caminho se dão no encontro. No caminhar. Como diriam Deleuze e Guattari (1996), ela é atravessada por linhas, meridianos, geodésicas, trópicos, fusos: linhas que nos compõem. Maria também tem as suas geografias, como toda gente.

Maria e suas linhas duras. Nós e nossas linhas duras. Marias-em-nós. Nós-em-tantos. Tantos-em-Maria. Linhas que atravessam todas as coisas, que recortam sujeitos, que moldam e aparam os sujeitos em fôrmas que devem comportá-los neste mundo. Maria-mulher-ideal, Maria-mãe-ideal, Maria-trabalhadora-ideal. O jeito de ser negra, o jeito de ser pobre, o jeito de ser uma testemunha *protegida*. Linhas que comportam territórios bem delimitados, para garantir um lugar mais ou menos durável onde se possa descansar.

Linha que é repleta de questões e respostas, de inúmeras explicações, representações, que nem por isso é menos viva. Linha repleta de dualismos, ou mais, de cortes binários: Maria se não é preta nem branca, deve ser parda. Se não é mulher, nem homem, deve ser travesti. Se não é criança nem adulta, deve ser jovem. Fixação em códigos e territórios bem estabelecidos. Família, escola, trabalho. Classe, sexo, idade. Cartografias de Maria. Cartografias do vivo (DELEUZE; PARNET, 1998).

Há também as linhas flexíveis que compõem Maria. Linhas que permitem fissuras, rachaduras. Não mais os largos cortes. Linhas que operam pelo silêncio, pelo que não pode mais ser visto a olho nu. Os gemidos, as músicas, os silêncios e afetos. Esta linha tem natureza distinta da outra, mas não é melhor do que ela. As linhas se interferem todo o tempo, para amolecer ou formar um ponto de rigidez. Nunca se sabe de antemão quais efeitos a reação de uma sobre a outra produzirão, aí está o perigo desta linha. Ambiguidade. Depois do incômodo que a faz sacudir, ela pode se aconchegar numa linha dura. Pode, também, saltar pelos intervalos. Endemoniar-se e fugir. Fazer fugir, ativamente.

As linhas flexíveis são as do micromovimentos, do miúdo. São posturas, minúsculas fissuras. Flexível é a linha “[...] feita de silêncios, de alusões, de subentendidos rápidos, que se oferecem à interpretação” (DELEUZE, GUATTARI, 1996, v.3, p.70). São impulsos, rachaduras.

Há que se ter prudência ao manejar estas linhas, pois sua desestabilização tanto pode forçar a criar práticas mais libertárias, como é exatamente aí que os microfascismos se instalam – em nós, em nossas práticas, na língua e no corpo de Maria, nos discursos e nas posturas dos profissionais, no nosso comportamento. Não mais o fascismo histórico de Hitler e Mussolini, mas os fascismos que nutrimos em nós, cotidiana e sutilmente, as pequenas formas de fascismo que tiranizam as nossas vidas (FOUCAULT, 1991).

Com a boca escancarada e rebolado nas ancas largas, Maria denuncia uma série de saberes desqualificados, incompetentes, marginais: o saber do psiquiatrizado, do doente, do delinqüente, do usuário dos programas de proteção, do encarcerado. Saberes subordinados a um saber dominante que quando não os invisibiliza, os assujeita ou simplesmente os deixa de lado. Os microfascismos em nós.

[...] existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1979, p.71).

Um saber subordinado a um saber dominante que assim se denominam num determinado jogo de forças: ou cairíamos nos dualismos que tentamos combater. O saber do doente em relação ao saber médico; da testemunha em relação ao saber jurídico. Saber dominado e saber dominante não são opostos. Coexistem. E podem se revezar ao sabor dos encontros: ou estaríamos impondo essências e destruindo toda a potência do que tentamos aqui afirmar.

Não, Maria não representa os prisioneiros, os usuários dos programas de proteção, os delinquentes. Isso seria unificar um saber que é incapaz de qualquer unanimidade! Assumindo movimentos que vão de encontro a qualquer forma de universalização do saber, Maria recusa tentativas de falar no lugar dos outros. “Acima de tudo, não se trata de falar para os infelizes, de falar em nome das vítimas, dos supliciados e dos oprimidos, mas de traçar uma linha viva, uma linha quebrada” (DELEUZE; PARNET, 1998, p.40).

Traçar uma linha quebrada: produzir um desvio. A ruptura, a violência de sentir o momento preciso em que o tapete é puxado: ficar sem chão. Porque o chão se perdeu. Assim se traça uma linha de fuga, mais uma das que atravessam as nossas vidas. Maria-fluxo. Nossas-forças, nossos-tremores.

Fugir, não é de todo renunciar às ações, não há nada mais ativo do que uma fuga. É o contrário do imaginário. É também fazer fugir, não forçosamente os outros, mas fazer fugir alguma coisa, fazer fugir um sistema como se cava um túnel (DELEUZE; PARNET, 1998, p.51).

Não se trata de um novo Big Bang ou um novo Deus: não é tabula rasa, não é origem. É uma explosão, um solavanco: outro mundo se faz. Uma ruptura, irreversível: não existe passado, destrói-se o caminho de retorno. Foge-se precisamente pelo meio.

Não é nunca o princípio ou o fim que são interessantes, o princípio e o fim são pontos. O interessante é o meio. [...] Os estrangulamentos estão sempre no meio. Está-se no meio de uma linha, e é a situação mais desconfortável. Recomeça-se pelo meio (DELEUZE; PARNET, 1998, p.54-55).

Essa linha também se mistura às outras. É um fugir ativo, não é covardia. É fazer fugir um lugar. Com Maria. Rachar a terra. Ser engolido pela terra. Tudo isto essas linhas comportam. Os incessantes movimentos da vida.

Os incessantes movimentos da pesquisa. Os incessantes movimentos de Maria.

Os movimentos de Maria do Socorro costumam histórias e estórias de usuários e técnicos do PROVITA. Estórias e histórias com Maria. Maria que é tantas. Composta por elementos heterogêneos. Heterogeneidade que aceita as cristalizações e os amolecimentos. A intensidade dos encontros com os usuários e os técnicos produziu as estórias. Produziu, também, as histórias. A depender de quem leva a caneta, as histórias poderiam ser outras. Até mesmo as estórias poderiam ser contadas a partir de outras linhas e interesses.

Não por acaso, este texto foi disposto desta maneira: o texto é vivo, a escrita é viva. E se é viva, é também constituída por um emaranhado de linhas duras, flexíveis ou fugidias. Dispor Maria pelos meios da pesquisa, entre capítulos mais ou menos flexíveis, fala do processo desta pesquisa. Do pesquisar. Fala efetivamente da vida de Maria, da pesquisa, da pesquisadora. Da nossa vida. Do que se passa na vida. Respeitemos os ritmos possíveis a cada momento. As velocidades, as durezas, as dores nas costas – por que não? – e os rebolados das ancas de Maria. Os rebolados da caneta da pesquisadora. As voltas que o mundo dá durante o processo de pesquisa.

Maria-personagem foi o fio condutor necessário para que as questões pudessem ser compostas, os afetos escancarados e as intensidades do cotidiano do PROVITA afirmadas: interrogar a própria prática a fim de que se produzam novas formas de fazer.

Pergunta-resposta, coleta de dados, dentro-fora, público-privado, isto *ou* aquilo. Não. Maria do Socorro mete-se pelo meio das frases, produz os dados da pesquisa, urra por agenciamentos que destroçam qualquer tentativa de início ou fim – suas tentativas de fugir. Maria-fujona.

Maria do Socorro cria os problemas da pesquisa a partir dos elementos que possui: entre livros e braços fortes, entre pele fina-sensível e músculos firmes, teoria e prática se revezando e compondo ações, nada além de ações: ações de teoria, ações de prática, traçando um mapa de intensidades ao longo do pesquisar (FOUCAULT, 1979).

Teoria e prática como expressões que correspondem às circunstâncias, não às essências. “É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática” (FOUCAULT, 1979, p.71). Movimentos

que produzem realidades de modo que não se sabe quem veio primeiro. Nem o ovo, nem a galinha: a cloaca. O entre.

Os movimentos de Maria do Socorro carregam as apostas desta pesquisa: aposta na vida. Aposta nas contradições, nas traições a tudo aquilo que endureça e impeça as produções de se misturarem. Como um borrão nos contornos. Uma mancha. Afinal, que vida há sem mistura?

Coloca-se o desafio: como trabalhar com as contradições, os desalinhos, as histórias tão diversas, os movimentos tão múltiplos da vida e da pesquisa? Como acompanhar processos sem amassar a vida em suas delicadezas e asperezas?

Postura: o rigor demandado quando se aposta na vida exige considerar os movimentos incessantes, o percurso pelo meio, o destino não sabido. Sambahas, suores e cachaças. Sambahas que movimentam as ancas, suores que abrem os poros, cachaça que se mistura ao corpo. Nada de imparcialidade, objetividade, assepsia. O rigor da postura assumida nesta pesquisa exige contaminação, sem a qual a vida mina. Com Maria, essa pesquisa assume o desafio de "dar língua para afetos que pedem passagem" (ROLNIK, 2007, p.23).

Trata-se de afirmar um saber que emerge do fazer: entrar num trem que já estava em movimento sem nunca sentar na janelinha. Acompanhar movimentos. Lançar-se pelos meios. Como uma aranha que tece a rede por onde passa, Maria do Socorro produz seu caminho no percurso. Maria-cartógrafa.

Tecer o caminho no percurso em momento algum pressupõe uma ação sem direção, ao sabor de um vento qualquer - um barco sem vela lançado ao mar. Não. A cartografia requer postura ao meter-se pelos meios. Diferentemente de um caminhar para alcançar uma meta predeterminada, surge a reversão do sentido tradicional de método (*metá-hodos*): a afirmação das transformações e os efeitos do próprio pesquisar no objeto, no pesquisador e nos resultados da pesquisa. Afirmação de um *hodos-meta*: traçar as metas ao longo do caminho (BARROS; PASSOS, 2009).

Há interesse pelos movimentos que se passam **entre**. Não há causalidade, interessa a processualidade. Não se acompanha movimentos por vigilância ou reflexão mútua, mas movendo-se.

Cartografar exige o rigor de considerar que não se pega a vida pelo rabo. Não há rabo, vida é rede. Rede. Sem o ponto onde lá e somente lá haveria um início. Sem o ponto de chegada. Rizoma. Lançar-se com Maria do Socorro na vida. Bater tambor, limpar cuidadosamente um cristal para que não quebre. Prudência. Sacudir o corpo respeitando os limites do próprio corpo. Recitar Mário Quintana: "Mover-se com a máxima amplitude dentro dos próprios limites". Forçar os limites. Criar outros, por necessidade. E outros mais.

A cartografia funciona como um rizoma. Assim funciona a pesquisa. A vida também. Linhas duras, flexíveis e de fuga, que penetram umas nas outras, lembra? E se apostamos na vida, rebolamos com Maria para que estas linhas lutem contra os dualismos, alastrem como grama, não produzam raízes, escapem aos reducionismos. Quais caminhos Maria percorrerá? Aonde quer chegar? Para aonde ela vai? De onde ela vem? - São perguntas inúteis! Se quisermos acompanhá-la, precisaremos perguntar **como** ela vai. A vida não tem rabo! Rizoma.

Maria-cartógrafa não se pretende reflorestadora ou semeadora. Nada de folhas, raízes, ou estrutura de uma árvore que sustenta um eixo central. Arborescência. Não se trata de perguntar: onde a grama começa? Onde termina? Para onde alastrará? Busca-se movimento: conexões que devem ocorrer entre quaisquer pontos, mesmo que sejam de natureza distinta. A merda e a grama. O cuidado necessário para que não plantemos árvores:

Quando um rizoma é fechado, arborificado, acabou, do desejo nada mais passa; porque é sempre por rizoma que o desejo se move e produz. Toda vez que o desejo segue uma árvore, acontecem as quedas internas que o fazem declinar e o conduzem à morte... (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.23).

Um rizoma é um sistema heterogêneo, assimétrico, que transborda sempre pelo meio. A pesquisa que muda de direção. O mato que brota da terra. Não é feito de unidades, mas de linhas. Seu mapa é provisório. Entradas e saídas múltiplas. Não há hierarquia, não há ninguém no comando: o rizoma funciona por descentralizações em diferentes dimensões. Linhas que se conectam. Conexões irreversíveis. Apodrecem as raízes: não há preocupação

com origens (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Linhas que compõem Maria. A vida. A pesquisa. Nós.

Maria pede que respeitemos suas contradições. O rizoma abarca também contradições. Contradições do vivo. Da forma-homem que abriga Maria com seus níveis e desníveis. Suas levezas e durezas. Seus escrachos e silêncios. Seus gaguejos e frases muito bem postas. Tudo isso é Maria do Socorro. Tudo isso faz parte da vida.

Um rizoma está sempre entre as coisas, inter-ser. Não há sujeito, não há Uno que deriva em sequências previstas. Quando se pensa que Maria vai sambar, já se deu conta de que ela forrozeou. Dança imprevisível.

Em qualquer ponto que seja rompido, o rizoma é capaz de se reconstituir. O escape ao projeto. O bicho que sai do mato: a surpresa no caminho. Resistência. Insistência na vida. A vida de Maria do Socorro não cabe no manual de procedimentos do programa de proteção. Amassa. Escapa.

Maria recusa a jardinagem que contém a grama, pois seu ofício é expandir as linhas: alastrar. Alargar mundos, ampliar e intensificar a vida. Com Maria do Socorro, cuja vida insiste, seguimos afirmando a vida como obra aberta, inacabada, insaciável e de movimentos incessantes.

Assim surge o convite: metermo-nos pelos batuques desta pesquisa com Maria. Neste remendo de histórias e intensidades. De documentos e carnes costurados – pontos frouxos, carnes e papéis perecíveis. De discursos e diários amarrados. Desgraças, migalhas e alegrias. Nossas misérias e riquezas. Quem ousará dizer que isso não é pesquisa? Quem ousará afrontar as verdades de Maria?

Com Maria-cartógrafa, seguimos acompanhamento processos de usuários, ex usuários e profissionais do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Maria-em-mim, Maria-em-nós, Maria usuária do PROVITA. Um percurso recheado de inquietação, samba, cachaça e crítica. Uma crítica que pretende, com os elementos que possui à mão, criar novas aberturas de práticas cuja potência esvaneceu e buscar novas potências que reconduzam à vida, nesta mesma vida que apostamos quando lançamos mão desta pesquisa como instrumento de transformação.

Assim seguimos.



Passo 1: Marias: as alegorias de quem vive na ponta do pé

A pelve deu passagem e no grito de *ai*, ela deu as caras. Estava lá, doce e ingênua no mundo. A mãe encarou os olhinhos de ternura e nomeou: Maria do Socorro. Pegou as dores para ela, Dona Maria das Dores. Queria que carregasse consigo a Maria, na tradição da família. Socorro para aliviar seus ais. A mãe sabia que dor de vivente só alivia, não cura nunca. Dos oito filhos, Maria veio certa: “– Escorregou feito quiabo”, disse a mãe. Quase que não chorou da dor de esticar o pulmão na primeira tragada de ar – mas se encolheu de frio.

Os olhos de Maria do Socorro abertos no mundo e o corpinho espichando no ensaio de ser gente. Das Dores aprendeu de mocinha, na primeira barrigada, que criança tem a proteção dos anjos e dos doutores. Achava bom e morria de medo. Tudo ao mesmo tempo. Bom porque criança, como os anjos, não tem sexo e sempre tem pureza. Medo porque, por isso mesmo, os doutores poderiam dizer que os ingredientes da receita de ser mãe não foram batidos muito bem. E mãe quando coalha tem filho exilado do bico do peito.

O ofício de ser mãe era sua vigília. Conhecia provas-vivas dessas mães que não conseguiram ser. Como se deve. E tiveram seus filhos levados para longe, lá onde a mãe-lei troca as fraldas. De reza em novena, fazia sua *Prece aos Meninos*:

Óh Mãe Sagrada
 Ilumine os homens da lei
 Para que o menino tenha leite
 E a mãe,
 trabalho.
 Deus Pai Todo-Poderoso
 Como dizer ao menino
 que sua mãe não pode cuidá-lo
 e deve ir para o abrigo?
 Que lá o abraço da lei
 afagará a saudade?
 Na cláusula havia escrito:
 ‘Criança que mexe
 com fogo
 do bico do peito é arrancado’.
 O amontoado de guris
 cheirando a mijo

dará o tom do cuidado?
 Oh Mãe Divina
 Tu que sabes
 das moléstias dessa vida
 e das dores do parto
 Cubra com seu manto
 o coração do menino abrigado
 E ilumine a bíblia do doutor
 Para que a coberta que oferece
 cubra a cabeça
 sem destapar os pés
 - Esta é a nossa prece- .

(Enquanto a mãe trabalha
 Para esses homens, Senhor).

(*Prece aos Meninos*. Diário de campo, 28 de agosto de 2011,
 19h19min.)

De menina, Maria do Socorro ajudava o pai vendendo peixe, calcinha, chinelo, rede, óculos de grau e ervas, aos domingos, na feira. Quem a via passando, brincava dizendo que era carrapato do pai, Seu Sebastião. Sempre agarrada na perna esquerda, enquanto ele sustentava no grito-de-feirante as paredes da casa. Maria usava o tempo na feira fazendo as tarefas da escola e aprendendo a costurar - as malhas da sua vida.

Seu Sebastião sempre dizia que pesca melhor quem respeita o mar. Mas que o mar é traiçoeiro. E que peixe se escolhe pelo tamanho da rede. Mas que volta e meia se pescam botas perdidas no fundo das águas. “ – Escuta: se olhamos dentro delas, geralmente percebemos que já viraram morada de peixe. Mais quentinhas que as de pedra, ouviu, Maria?” – contava ele, entre sorrisos e bigodes.

Maria-canguru, colocava os sonhos no céu da amarelinha rabiscada no chão com pedaço de lajota. Equilibrando e retorcendo entre direita e esquerda, acertava a pedra que ordenava o próximo passo. Às vezes enjoava de brincar assim. Queria o computador que o Papai Noel – que sabia que nunca existiu – ficou de levar no Natal retrasado. Mas nem doía tanto. Mais eram a fome e a dor de dente. Às vezes o angu resolvia a fome. E a dor de dente piorava. Outras, o jeito era dormir até passar. O dente era de leite, ia cair mesmo.

A manhã acordou assustada. Os vizinhos na janela. A polícia subindo as vielas. Os ais de Maria das Dores rompendo o silêncio e pedindo socorro: era o adeus de Sebastião. Socorro que a outra Maria não dava, porque também

pedia colo. Sem perna esquerda para agarrar aos domingos, desaprendeu a tabuada. Descosturou seus trapos.

Maria do Socorro tinha raiva nos olhos. Dor maior que o santo nome da mãe. Dores. Socorro. O pai trabalhava, ia à igreja, nem no bar devia: a vida estava justificada. A morte ficou nos papéis. Alguns outros além da certidão de óbito: as únicas linhas com alguma certeza. Não fosse a escuridão da pele, o bolso furado, o gato na energia e o filho que não registrou: quase era homem de bem na escala da dignidade.

Nem o repórter que todo dia, às seis da tarde, dava explicações do mundo ao mundo, soube muito o que dizer sobre a morte de Tião. Maria acreditava que talvez por isso ele nem tivesse virado notícia de destaque. “– Essa é a grande realidade” – dizia o jornalista. E apesar de o povo dos becos saber das mazelas e humanidades do Tião-da-feira, Das Dores aos prantos – os holofotes nas pupilas – acalentava seus ais dizendo que ele era bom pai, bom marido, nunca roubou e nunca matou. A câmera desligou bem na hora que pediu a justiça dos homens e a de Deus. Só Deus ouviu.

No blog onde os moradores do morro publicam as notícias, a morte de Tião foi noticiada com pesar. Fizeram reivindicações que pediram por investigações, que acrescentavam outros elementos nessa história tão linear transmitida em rede nacional. Elementos heterogêneos que tornaram coletivo o que antes era uma fatalidade. Individual.

No blog havia mensagens para a família, fotos de Tião com os amigos ocupando seu lugar de gente no mundo. Produção de novas verdades a partir de outras linhas, outros interesses.

Entre blogs, cachaça e fumo de rolo, Sebastião foi virando burburinho pelo morro. E saudade.

No dia que Maria conheceu o amor, o sangue lhe escorreu por entre as pernas. Não sabia que doía, mas gostou do ardido. Queria um filho que nem esse, nem aquele, acabaram por lhe dar. Dos amores cujo nome se lembra, não quer a paternidade. Das roupas que desenhou nos seus sonhos há um vestido e sapatos brancos. Falta o dono do terno para o grande dia. Lamenta não ter mais o pai para entregá-la ao noivo com o mesmo orgulho que dava o chumaço de ervas na mão dos clientes na feira.

No seu íntimo, a saudade maior era daquele que desde o mês passado não foi mais visto. Era conhecido como *Neguim*. Maria tinha quase certeza de que seu nome era José Ricardo da Silva. Uns dizem que morreu. Outros, que precisou vazar. Fugiu. Maria sabe que ele volta. Toda noite. Nem que seja para vestir o terno e subir no altar de seus sonhos.

Maria do Socorro sempre torceu o nariz com esta coisa de que gente que morre por ali, nos arredores da sua casa, não tem enterro e nem nome de defunto em placas de memórias: “Aqui jaz Maria da Conceição” – assim era anunciado o túmulo da tia que morava no asfalto.

Achava um respeito consolador lembrar na placa grafada de granito o nome de alguém que viveu. Fez questão de uma assim para eternizar o nome do pai. Mas teve que aprender a guardar na memória viva o nome dos que desapareceram e foram dados por mortos: não tinham corpo, nem placa, nem certidão de óbito. Sem estrelinha de nascimento e cruz de morte, as memórias das andanças eram a herança. Às vezes uma página policial. Quem míngua de saudade é a família que chora a espera, não a morte. Chora a esperança de uma notícia qualquer. Mas Maria do Socorro não se acostumou com esse último desaparecimento. E não deu por morto o moço que a fazia tremer as pernas e os sentidos.

José Ricardo, o moço que enobrece o coração de Maria, faz o gosto de sua mãe. Das Dores achava lindas as unhas lixadas e os calos amarelos nas pontas dos dedos, de homem trabalhador. Aquele olhar penetrante que aspirava um futuro para Maria do Socorro, as pupilas sempre dilatadas de rapaz ambicioso. Um futuro que é sempre algo de bom, melhor do que o hoje. Assim como o passado é sempre o melhor tempo vivido. Nessa sina dos homens de viverem para frente ou para trás.

De acordar cedo, Maria do Socorro carregava bolsas debaixo dos olhos. Um tanto de cansaço, outro tanto de noites mal-dormidas. O pai deixou de ensinamento que só a doença deve afastar o homem do labor. Assim Maria aprendeu a respeitar todo tipo de trabalho: do tráfico aos de macumba.

Indignava-se com a proximidade que se atribuía a *tráfico* e *dinheiro fácil*. Ela mesmo achava que ganhar na loteria era mais fácil que traficar. Emputecia com a história da tal escolha de um dia, em pleno sábado ensolarado, resolver tornar-se traficante. Como se as escolhas fossem livres. Como se a liberdade

fosse plena. Como se as escolhas fossem *coisas em si*, descoladas de uma história, de uma série de composições e decomposições que as fazem, num certo momento, possibilidade. Necessidade. E aí, escolha.

Comovia-se com as histórias de muitos amigos, que, depois de terem feito tanto, viraram estatística: ou do inchaço das prisões, ou do índice de homicídios, dos que foram desaparecidos ou dos que desapareceram. Carregava na carteira um texto rascunhado, copiado por um amigo de um blog na internet, antes de ser preso:

Antes de virar ladrão tinha sido de tudo: pai, irmão, tio, amigo, chorão, inseguro, preguiçoso, vagabundo, bonitão, inteligente, teve sonhos e foi batalhador. Foi estudante, taxista, frentista, estilista, letrista e poeta. Foi cantor, foi grafiteiro, foi dançarino e caminhoneiro. Ao morrer, a sociedade, com sua visão distorcida e memória fraca, resumiu tudo isso em uma única palavra: BANDIDO. (BELEZA, 2011).

Revisitava o bilhete sempre que abria um jornal. Para não esquecer das humanidades dos vagabundos e criminosos. Com frequência, amigos seus. De fato ou de estereótipo suspeito. De crime ou pré-julgamento. Às vezes, lia para perdoar a si mesma. De mãos ora leves. De cruces ora pesadas.

Lépida e fagueira, se os saltos sambassem até mais tarde, nada deveria impedir que, bem cedo – o café forte para espantar os males –, os tambores do *lerê lerê* tornassem a tocar, firmes. Como todo dia. Inclusive naqueles domingos cujas horas extras garantiam um dia de samba a mais para dançar as dores. As dores, não as Marias.

O samba comendo, a cachaça ardendo a garganta. Ardido tão gostoso quanto o do amor. Maria delirava com os dois. Deve ser coisa de Maria, gostar do que arde. “ – Faz lembrar que está vivo” – Dizia ela. “ –O que arde faz sacudir e não é bem uma dor que te derruba, mas que te desinquieta” – completava.

Depois que Tião se foi, Das Dores deu jeito de arrumar mais dois patrões. Três jornadas diárias. As bolsas que carregava debaixo dos olhos por vezes sinalizavam a exaustão do corpo e a falência das moedas para pagar as contas.

Maria do Socorro estudava à noite. No resto do dia, trabalhava como empregada doméstica. Passou muito tempo sem assinar carteira para ter mais

no fim do mês. Com a insistência da patroa, rendeu-se ao registro. A insistência nem era de preocupação em garantir os direitos da Maria-trabalhadora. Era movida pelo medo da patroa de futuramente responder processo trabalhista.

Maria já havia vendido pastel na praia, descarregado caminhão, cuidado de velhos e crianças. Tentou ser ajudante de pedreiro, mas só conseguiu trabalho que permitisse mostrar seu trabalho. De graça. Volta e meia, ainda vigiava crianças por algum trocado. Quando em casa havia mais contas do que dinheiro e mais fome do que comida, o corpo era objeto de escambo: o prazer de corpos quaisquer e dinheiro por seu asco. Relia o bilhete guardado na carteira e tinha medo de como seria lembrada se morresse naquela noite.

Quando perguntada sobre seus planos, dizia que sonhava em ser alguém na vida. Ser alguém: o velho clichê dos ninguéns. Os ninguéns: os inimigos dos alguéns? Os clandestinos, talvez. Estrangeiros. Os Outros, com O maiúsculo porque para eles a diferença é sempre menos, como diria Manoel de Barros¹⁰.

Maria do Socorro queria mesmo ser professora de história. Achava lindo ter certificado de gente habilitada para ensinar. Embora as maiores lições ela tivesse aprendido com seu pai que nem lia, só assinava o próprio nome. As letras num garrancho arrastado, enormes. Se Tião desrespeitou algo em vida, foram as margens. Criava as suas próprias. Flexíveis margens. Só largava a caneta depois de acabar o nome. Os olhos marejados, Maria-coração-apertado.

De limpar a casa da patroa, Maria cansava duas vezes. Tinha esforço em ser delicada para lustrar as peças de cristal. As mãos pesadas na superfície tão sensível e a patroa supervisionando, tal como se tivesse gastura. Dizia a dona da casa que Maria do Socorro não levava jeito para ser mulher. Era muito bruta. Mulher-aos-meios, Maria não sentia em si falta de pedaço-de-mulher algum. Seguia desconfiada a faxina interminável, torcendo o nariz para a carência da patroa.

Amando Neguim (que deveria se chamar José Ricardo), conheceu Aristeu no terminal de ônibus. Ele encantou nas curvas maliciosas. Maria do

¹⁰ Manoel de Barros escreveu em seu *Livro sobre nada*: “Minha diferença é sempre menos” (BARROS, 1996, p.70).

Socorro amoleceu a mulher-bruta e entre uma saída e outra, amou também o Aristeu. Que era casado. Maria-amante, só podia ligar às terças-feiras no horário do almoço, para evitar transtornos matrimoniais. Colocava crédito no celular ou ligava do orelhão da Rua 2, o único número que ele atendia a cobrar. Sabia que era ela, com inconfundível vozeirão e meiguices tão suas.

Os encontros aconteciam às quintas-feiras, quinzenalmente. Os dois vigiando o calendário, não deixavam de se ver por nada. Nem com gripe, nem com pé torcido. Nem que tivessem de pular a roleta do ônibus, estavam lá: cheios de fogo, assuntos e bolsos vazios.

Acordou renovada da quinta. O trabalho rendeu. A patroa sempre fiscalizando, mas nem se irritou: o dia estava lindo e leve como os cristais!

2. NO BARRACÃO: SITUANDO O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A TESTEMUNHAS

É preciso fazer uma pausa na história de Maria para que sejam apresentadas formalmente algumas das experiências consideradas como as mais relevantes do que se entende por proteção a testemunha pelo mundo, seguindo para as características, procedimentos e forma de funcionamento do programa de proteção no Brasil e de forma mais próxima, no Espírito Santo.

Essa *relevância* será discutida ao longo de toda a pesquisa, com a ajuda de Maria do Socorro, cuja passagem pelo programa brasileiro permitirá o tensionamento entre as descrições do PROVITA publicadas e o cotidiano de uma testemunha protegida.

2.1. Experiências internacionais de Programas de Proteção a Testemunhas Ameaçadas

A experiência mais remota de proteção a colaboradores da justiça iniciou em 1789 por meio da criação, nos Estados Unidos, do US Marshall'Service, órgão que protegia membros do Poder Judiciário e testemunhas de acusação em crimes federais. Na década de 60, o programa americano sofreu transformações, passando a abranger outros tipos de crimes.

Até 2010, mais de 6.000 mil pessoas já haviam recebido proteção pelo US Marshall'Service, com investimento estimado em 110 mil dólares por ano para uma família com quatro pessoas, sendo considerado de alto custo. “Em casos especiais o beneficiado pelo programa tem direito a cirurgia plástica e troca de documentos com a permissão da Justiça, que inclusive pode anistiar condenados” (JORGE, 2010).

Já na Itália, o programa é denominado Procuradoria Nacional Antimáfia (*Procura Nazionale Antimafia*), que foi criado na década de 90, especialmente

para apurar crimes de terrorismo e organizações criminosas, a exemplo da *Operação Mãos Limpas (Operazione Mani Pulite)*, que levou a julgamento centenas de pessoas envolvidas na Máfia Italiana. A Procuradoria Nacional Antimáfia protege em grande escala os chamados *criminosos arrependidos* – que são pessoas ligadas à máfia italiana – e tem atuação mínima na proteção de testemunhas comuns (MONTEIRO, 2002).

Na Inglaterra existe o *Victim Support*, que promove apoio policial, social e psicológico ao público atendido. O modelo de proteção assumido pelo programa de proteção no Brasil se relaciona com o modelo inglês devido à divisão de responsabilidades entre sociedade civil e Estado. Os demais programas são assumidos integralmente por agentes do Estado (MONTEIRO, 2002).

Diferentemente do Brasil, cuja lei prevê a permanência de dois anos na *proteção*, podendo, em casos excepcionais, haver prorrogação deste período, em países como Canadá as pessoas não possuem um limite de tempo para saírem do programa. Além disso, a troca de identidade é um procedimento de segurança realizado em vários países, sendo que no Brasil os programas raramente se utilizam desta medida para a *proteção*.

No Brasil, além da cultura da violência e impunidade que o atravessam historicamente, a criação do PROVITA foi perpassada por outras questões com diferentes tons daquelas encontradas nas experiências internacionais. Uma das principais, talvez seja a grande participação de agentes do estado, especialmente agentes da segurança pública, nos crimes denunciados, como veremos mais adiante, a partir dos dados estatísticos de alguns dos programas estaduais e do contexto histórico e político de criação do PROVITA.

Outra marca do programa de proteção brasileiro, embora não prevista na lei, é a possibilidade de *permutar* as testemunhas e seus familiares para estados onde esteja consolidado o PROVITA. A *permuta* é utilizada para os casos cuja análise do risco impede que a *proteção* seja realizada nos limites territoriais do estado, dificultando a localização da testemunha.

Procuraremos pontuar algumas destas especificidades do programa brasileiro, que, apesar de inspirado pelos funcionamentos de outros países, precisaram se adequar à realidade nacional, dando um caráter singular à forma como as testemunhas são *protegidas*. E são exatamente os detalhes da forma

brasileira de *proteção* que tentaremos trabalhar com Maria, a personagem da nossa trama.

2.2. O Sistema Nacional de Proteção a Testemunha: uma apresentação formal

No Brasil, o PROVITA surgiu a partir de uma proposta contida no Plano Nacional de Direitos Humanos, anunciado pelo governo federal em 07 de setembro de 1995, dia da Independência, e apresentado à Nação em 13 de maio de 1996, curiosamente no dia da Abolição da Escravidão (COIMBRA, 2000).

Desde a primeira grande declaração em 1789, no contexto da revolução francesa, cujos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade fundamentaram os chamados direitos humanos, até a mais recente Declaração Universal, em 1948, os direitos humanos têm servido a uma produção que aponta para quais formas de ver, pensar, sentir e viver neste mundo tais direitos serão garantidos.

Tem-se, então, um determinado 'rosto' para os direitos humanos desde a primeira grande declaração produzida no âmbito da luta realizada pela burguesia contra a aristocracia francesa, em 1789, até a mais recente declaração de 1948, quando, após a Segunda Grande Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) em pleno período da chamada 'guerra fria' (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2009, p.33).

Direitos humanos, que, aliás, foram produzidos pelo capitalismo como inerentes e inalienáveis à essência do homem. Como se todos partissem do mesmo ponto. Como se estes fundamentos abrigassem verdades universais em direção a um progresso do gênero humano, mais civilizado, contra a barbárie que o mundo burguês nos ensinou ser uma herança maldita que por teimosia continua a persistir (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2008).

Dentre os direitos defendidos por estas declarações, há o direito à propriedade, que é somente garantido para aqueles que a possuem. A legião de miseráveis e desvalidos de toda ordem continua a ser produzida como

menos humana, potencialmente criminosa e que deve ser controlada, quando não exterminada.

Nas décadas de 80 e 90, importantes tratados internacionais de Direitos Humanos foram ratificados, a iniciar, em 1989, com a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, que foram incorporados ao Direito Brasileiro, sob a égide da Constituição Federal de 1988 (PIOVESAN, 1998).

Em 1993, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), houve a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena, onde pouco mais tarde, o Brasil, em resposta a uma de suas recomendações, anunciou o Plano Nacional de Direitos Humanos.

O anúncio do plano foi espetacular e não se preocupou em evidenciar a luta dos militantes que desde a ditadura militar resistiam subterraneamente com a criação de novas práticas que rechaçavam os movimentos tradicionalmente instituídos. Além disso, ao ser apresentado para a sociedade brasileira, o Plano Nacional de Direitos Humanos ficou focado na disposição pessoal do então presidente Fernando Henrique Cardoso (RODRIGUES, 2000).

Foi em 1996, através do Plano Nacional de Direitos Humanos, que surgiu a proposta de implantação de um serviço de atendimento a vítimas e testemunhas ameaçadas. Neste plano está contida, no capítulo “Luta conta a Impunidade”, a meta de “apoiar a criação nos Estados de programas de proteção de vítimas e testemunhas de crimes, expostas a grave e atual perigo em virtude de colaboração ou declarações prestadas em investigação ou processo penal” (BRASIL, 1996).

Grande influência para a implementação inicial dos Programas deveu-se, também, ao Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH –, que colaborou com a adesão de entidades a ele filiadas na execução do programa, e para a inclusão da meta que previa um serviço para atendimento a testemunhas ameaçadas (GAJOP, 2009).

O *rostro* dos direitos humanos defendidos na criação do Plano Nacional de Direitos Humanos ilustra um pouco a forma como hoje é conduzida a política de proteção: direitos que apontam para formas de existir e se comportar que seguem um modelo caro ao capitalismo, e desde que o sujeito

coadune com determinadas formas de moralidade e condutas especialmente burguesas.

O primeiro modelo de Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas brasileiro surgiu em Pernambuco, ainda em 1996, encampado pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP -, entidade não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1981. Esta iniciativa foi impulsionada pelos altos índices de impunidade e dificuldade de produção da prova testemunhal.

A criação de um programa de proteção a testemunhas parte da necessidade da prova testemunhal na apuração de determinados crimes. Ainda que a proteção da testemunha não seja em si uma garantia de condenação dos acusados, sua importância para a produção da prova é mencionada na Lei que institui o Programa e se constitui em um dos critérios de inclusão nos usuários (PROVITA/SP, 2008, p.39).

Segundo Nucci (2010), toda pessoa pode ser testemunha e, ainda que seja mero informante, as declarações prestadas podem colaborar com relevância para a apuração de um crime. O autor afirma que testemunha é “[...] a pessoa que declara, sob compromisso de dizer a verdade, ter tomado conhecimento de algum fato relevante ao processo, narrando-o à autoridade competente” (p.1108).

Embora o termo utilizado quando se fala do papel da testemunha em um processo seja a importância da *colaboração com a justiça*, a testemunha não pode escolher se deseja ou não depor. Nem dentro, nem fora do Programa de Proteção a Testemunha. No caso do programa, a obrigatoriedade de testemunhar está diretamente ligada à sua permanência na política de proteção, muito embora, no caso de ter pedido desligamento, por exemplo, e ser intimada, permaneça o dever de comparecer para prestar depoimento. Conforme afirma Nucci (2010),

[...] quem é testemunha está obrigado a depor, ajudando à descoberta da verdade dos fatos apurados em um processo, especialmente na órbita criminal. A recusa da testemunha em comparecer pode dar margem à condução coercitiva, determinada pelo juiz, bem como, no contexto do processo-crime, à responsabilização por delito de desobediência (arts. 218 e 219, CPP). Além disso, comparecendo diante da autoridade, não poderá mentir ou calar a verdade, sob pena de responder por falso testemunho (art.

342, CP). [...]. Em face disso, não é preciso destacar a importância da Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas, pois, se devem colaborar com o Estado na apuração de infrações penais, é justo que obtenham abrigo, quando estejam sob ameaça ou coação (p.1108).

Em 1998 o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a partir da experiência pernambucana, firmou um convênio de cooperação técnica-financeira com o Governo de Pernambuco, para apoiar o PROVITA,

um programa de proteção a vítimas e a testemunhas baseado na ideia da reinserção social de pessoas em situação de risco em novos espaços comunitários, de forma sigilosa e contando com a efetiva participação da sociedade civil na construção de uma rede solidária de proteção (PEREIRA, 2001, p.09).

Gradativamente, outros estados foram fechando convênios para implantação dos programas locais como Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Somente no ano seguinte o Programa de Proteção foi regulamentado através da lei nº 9.807 de 13 de julho de 1999, que

estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal (BRASIL, 1999).

O mencionado Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas foi instituído pelo art. 12 da referida lei, no âmbito da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, e regulamentado pelo decreto nº 3.518 de 20 de julho de 2000.

Atualmente é implementado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR – em convênio com a entidade não governamental Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH –, com atuação voltada para as situações de proteção registradas em estados onde não há o programa, atendendo temporariamente e distribuindo a demanda para os estados que possuem o PROVITA. Os programas de proteção estaduais e o

Programa Federal de Assistência hoje compõem o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas.

O decreto nº 3.518/00 também instituiu, no âmbito da Polícia Federal, o Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE. Segundo seu art. 10, entende-se por depoente especial:

- I - o réu detido ou preso, aguardando julgamento, indiciado ou acusado sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades, que testemunhe em inquérito ou processo judicial, se dispondo a colaborar efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração possa resultar a identificação de autores, co-autores ou partícipes da ação criminosa, a localização da vítima com sua integridade física preservada ou a recuperação do produto do crime; e
- II – a pessoa que, não admitida ou excluída do Programa, corra risco pessoal e colabore na produção da prova (BRASIL, 2000).

O depoente especial, também chamado de réu colaborador, pode ser comparado ao *criminoso arrependido* atendido pelo programa de proteção italiano. A lei no 9.807/99 permite que sua colaboração resulte na redução da pena ou no perdão judicial, ou seja, a extinção da punibilidade ao acusado.

O Serviço de Proteção ao Depoente Especial – SPDE – tem atribuição legal da Polícia Federal, com a função de garantir a preservação da integridade física e psicológica de vítimas, testemunhas ou réus colaboradores que não preencham os requisitos de ingresso no programa¹¹.

Em casos excepcionais, há pessoas que aguardam o ingresso no programa no SPDE, por semanas ou meses. As pessoas às quais tive acesso enquanto psicóloga do PROVITA e que passaram por este serviço, geralmente referiram-se a ele como uma *prisão em regime fechado*.

Relataram que para as tarefas mais comuns, como ir ao médico, eram acompanhadas por escolta policial. Disseram que no tempo que estiveram lá, as crianças não frequentavam a escola e que, através de listas, solicitavam as compras de alimentos ou vestuário, que rapidamente eram providenciadas. Contaram ainda que o local se parece com um condomínio fechado, onde as famílias ficam em residências separadas e há uma pequena área comum, único lugar permitido para circulação.

¹¹ Tais requisitos serão apresentados mais a frente.

Em contrapartida, algumas pessoas se queixaram muito do funcionamento do PROVITA quando saíram do SPDE. Quando chegaram ao PROVITA, esperavam que o funcionamento fosse muito semelhante ao SPDE, com maiores quantias financeiras para compra de vestuário, consultas exclusivamente pela rede particular de saúde e sem precisarem enfrentar filas no comércio ou banco, por exemplo.

A exigência de prioridade nos atendimentos com frequência permeia o trabalho das equipes que recebem famílias que passaram pelo SPDE. Muitas delas colocaram que só entenderam de fato o que é o PROVITA após o ingresso, imaginando que também seriam acompanhadas por policiais federais e que não teriam mais o direito de ir e vir sem a presença de uma escolta policial.

A família chegou de um estado onde não existe o PROVITA. Precisou aguardar algum estado que a acolhesse no Serviço de Proteção ao Depoente Especial. Ficaram lá por cerca de três meses, não sabiam precisar o tempo. As crianças logo perguntaram se poderiam ir à escola. A mulher disse que a chefona do SPDE gostava muito da família e deixou que fosse à Riachuelo comprar mais de mil reais em roupas. Que havia achado um luxo e que não tinham enfrentado fila porque estavam com escolta. Falou que era ruim, porque para tudo tinha escolta, mas que isso ajudava a não precisar esperar em fila ou era só demandar que a equipe resolvia o que precisava. “Lá é excelente nesse ponto, da facilidade” – dizia a mulher. O homem se irritou: “Facilidade do que? A nossa vida ficou parada lá, gente! Eu sem trabalhar, os meninos sem estudar! Nem meus documentos eu tenho! Isso é bom para você?”.

(Faca de dois gumes. Diário de campo. 20 de junho de 2010.)

Em relação ao modelo do programa de proteção no Brasil, além do PROVITA, há um outro formato, que funciona no Rio Grande do Sul e leva o nome de Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas – PROTEGE.

O PROTEGE foi instituído pelo Decreto Estadual nº 40.027/2000, tendo por base a lei nº 9.807/99 e está vinculado à Secretaria de Justiça e da Segurança. É composto por servidores vinculados ao Estado e, apesar de executar o seu programa com diferenças em relação aos demais estados, por exemplo, com uma equipe que contém um núcleo de inteligência formado por policiais militares, também faz parte do Sistema Nacional de Proteção.

No âmbito federal, a Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas – CGPT –, vinculada a Secretaria Especial de Direitos Humanos, é o órgão responsável por implementar, manter e aprimorar os programas de proteção.

Atualmente há dezoito estados onde o PROVITA é executado: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Brasília, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e São Paulo.

As estruturas de operacionalização e funcionamento do programa de proteção são previstas no marco legal e correspondem a um tripé organizativo:

1. *Conselho Deliberativo (CONDEL)*: É a instância decisória superior, órgão colegiado composto por representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, de outros órgãos públicos e de entidades da sociedade civil com destacada atuação na área de direitos humanos ou segurança pública. Decide, através de voto da maioria, pelas inclusões e exclusões do programa e as providências necessárias ao cumprimento do mesmo (art.6º).

2. *Órgão Executor*: Entidade da sociedade civil responsável pela operacionalização do programa, sob a fiscalização do Conselho. Responsável, também, pela articulação da rede solidária de proteção. Atua através de uma equipe técnica interdisciplinar composta por coordenadores, psicólogos, assistentes sociais, advogados e assistentes operacionais.

3. *Rede Solidária de Proteção*: Com o compromisso de rigoroso sigilo, a rede solidária é formada por colaboradores (pessoas ou entidades) com os usuários do programa, aos quais oferecem apoios diversos.

A lei prevê um *sistema misto* para a *proteção*, ou seja, Estado e sociedade civil dividindo responsabilidades. A execução do programa é possível através de convênios firmados entre o governo federal, com contrapartidas estaduais, e que delegam às entidades da sociedade civil organizada a execução do PROVITA.

Importante destacar que, devido aos atrasos no repasse dos recursos e dificuldades nas renovações dos convênios, a cada ano mais frequentes, a continuidade do programa tem sido prejudicada em alguns estados, recaindo

sobre os profissionais das equipes, que ficam meses sem salário, e nos usuários do programa, que sofrem consequências ainda mais perversas por terem muitas vezes o PROVITA como único mantenedor das suas necessidades básicas.

Estas dificuldades acabam por envolver outros estados do Sistema Nacional de Proteção, já que o trabalho do PROVITA é realizado em conjunto, como nos casos onde se aplica a *permuta*. Sem recurso para os estados de origem arcarem com as despesas da família permutada, os estados acolhedores¹² acabam por disporem desse recurso, o que desestabiliza o convênio, que não prevê esta demanda.

Em 2011, por exemplo, houve a suspensão provisória do convênio entre a SDH/PR e a Secretaria de Justiça do Estado de Goiás. Os casos atendidos pelo programa de Goiás, com a suspensão do convênio, foram acolhidos pelo programa federal e transferidos para outros estados, com equipes que pudessem acolhê-los. O que para as equipes são movimentações burocráticas, para as famílias protegidas são mudanças drásticas, pois novamente estarão em um estado desconhecido, sem contar que tudo aquilo que construíram no estado anterior precisa ser abandonado.

Também em 2011, devido a um atraso na renovação, o PROVITA/ES teve 38 dias de lapso convenial. Por decisão da entidade conveniada, todos os profissionais foram demitidos, porém continuaram voluntariamente prestando seus serviços aos usuários.

O telefone toca como se gritasse. E grita, mesmo quando quem fala tem a voz mais suave. Não, dessa vez não era medo, não queria visita, não queria nem nos ver. Era o prato raso e vazio, o aluguel atrasado, a ameaça de despejo para a rua de uma cidade que mal conhecia. “Saco vazio não para em pé”: o Estado não tem avó que lhe ensine esses ditados tão básicos? Devia ter ouvidos e um pouco de coração. Choraria como nós, nas reuniões que mesclam lamentação e preparação de documentos pedindo cestas básicas e medicamentos para um deus ou uma secretaria que nos ajude (*Escrevendo para não chorar*. Diário de campo, 20 de outubro de 2011).

Os convênios possuem capacidade média de 45 pessoas, incluindo testemunhas e seus familiares ou dependentes. Este número varia a depender

¹² *Estado acolhedor* é o termo utilizado para se referir ao estado para onde a testemunha e/ou sua família é transferida quando ingressa no programa de proteção.

da quantidade de profissionais contratados, do valor do convênio e da demanda particular dos estados.

De todo modo, os valores repassados tanto em nível federal quanto estadual são muito discrepantes, o que faz com que os salários dos profissionais contratados também tenham defasagens muito grandes entre os estados e o acompanhamento das pessoas que ingressam no programa também se dê com algumas diferenças em cada estado.

Sobre os investimentos do governo federal nos convênios para execução do programa em 2011, temos diferenças entre R\$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais) repassados para o estado do Rio de Janeiro e R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) para o estado de Alagoas, que correspondem, respectivamente, a maior e a menor contrapartida federal.

De 1998 até 2006 ingressaram 2.265 pessoas no programa, das quais 870 eram testemunhas e 1.395, familiares ou dependentes (BRASIL, 2007).

Em contato com a Coordenação Geral de Proteção a Testemunhas para solicitação dos dados atualizados, fui informada de que não existia, até o dia 08 de agosto de 2012, a compilação dos dados independentes enviados pelos estados e que a produção das estatísticas ainda é um projeto a ser executado. Ou seja, o PROVITA hoje não tem os dados da extensão do seu próprio atendimento no Brasil.

Trabalhando, portanto, com os dados que foram possíveis, segue tabela referente à informação fornecida pelos estados, do número de pessoas atendidas em 2011 (até o dia 20 de dezembro):

Tabela 1: Pessoas atendidas pelo PROVITA até 20 de dezembro de 2011

ESTADOS	Nº DE USUÁRIOS	RESIDENTES NO ESTADO	TRANSFERIDOS DE ESTADO
ACRE	14	0	14
ALAGOAS	31	1	30
AMAZONAS	43	0	43
BAHIA	32	29	3
CEARÁ	30	7	23
DISTRITO FEDERAL	12	0	12
ESPÍRITO SANTO	47	28	19
MARANHÃO	13	7	6

MINAS GERAIS	71	52	19
MATO GROSSO DO SUL	18	12	6
PARÁ	36	26	10
PERNAMBUCO	33	18	15
PARANÁ	22	3	19
RIO DE JANEIRO	40	36	4
RIO GRANDE DO NORTE	22	0	22
RIO GRANDE DO SUL	42	38	4
SANTA CATARINA	13	13	0
SÃO PAULO	69	60	9
PROGRAMA FEDERAL	93	0	93
TOTAL	681		

Fonte: Relatório anual da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT), 2012.

A tabela também fornece dados para que se tenha a dimensão do funcionamento das *permutas*, que em alguns estados abrangem a totalidade das pessoas *protegidas*.

Nos estados cuja extensão territorial é reduzida, há maior propensão a ocorrer *permuta* dos casos, a depender da avaliação da gravidade do risco, que leva em consideração, dentre outras questões, o poder de articulação e as influências do grupo denunciado. Esta avaliação é realizada em conjunto pela equipe do PROVITA e pela autoridade que encaminhou o caso.

Como citado anteriormente, parte dos crimes denunciados possuem o envolvimento de agentes do Estado, ou seja, aqueles agentes que deveriam se comprometer com a segurança da população são os mesmos com grande participação nos crimes denunciados.

Tais práticas violentas protagonizadas por agentes do Estado, quando direcionadas aos indivíduos produzidos como perigosos e ameaçadores da ordem e da moral, são socialmente aceitas e, por vezes, exigidas pela própria sociedade. Esse tipo de aceitação acaba por fortalecer tais dispositivos em nosso cotidiano e sutilmente aparecem no dia a dia das cidades.

Há indivíduos que não possuem propriedade, não possuem condições de igualdade na competição tão cara ao capitalismo e que são produzidos, no fio da navalha, como *carentes* e *faltosos* que devem se curvar às benfeitorias daqueles que estão dispostos a ajudá-los, ou, então, são vistos como

perigosos, e, por isso, precisam ser eliminados (já que são numerosos demais para serem escondidos).

A estes indivíduos os direitos humanos, cujos fundamentos foram produzidos no contexto da Revolução da burguesia contra a aristocracia francesa, nunca foram garantidos. Afinal, eles não se enquadram na essência construída para o que deve ser considerado como humano.

Essa cisão entre humanos e não humanos atravessa o cotidiano das cidades e convoca intervenções para a eliminação daqueles que são produzidos como vermes sociais porque perigosos, porque sujos, porque não pertencentes ao gênero humano.

Diariamente temos exemplos acerca desse tipo de prática de contenção, eliminação e extermínio dessa população, sobretudo, pobre, negra e jovem. Conforme afirma ALMEIDA (2001), essa forma de violência,

[...] expressa relações de força que envolvem indivíduos, que não são seres abstratos, mas se inserem desigualmente em relações sociais fundamentais (de classe, gênero, étnicas, além das geracionais). Jovens, pobres, do sexo masculino e, em grande parte, negros, eis o perfil dominante das vítimas de mortes violentas nos grandes centros urbanos brasileiros (ALMEIDA, 2001, p.09)

Em maio de 2011, em Barra do Riacho, distrito do município de Aracruz, no Espírito Santo, cerca de mil e quinhentas pessoas foram brutalmente arrancadas de suas casas numa desapropriação violenta autorizada pelo Estado. Pessoas foram baleadas, pessoas foram mortas e durante a ação o Batalhão de Missões Especiais da Polícia Militar – BME – foi convocado a atuar. Aos moradores, chamados nas notícias veiculadas pela mídia de *invasores*, o tenente-coronel que participou da operação informava:

"– Atenção! Não foi colocado nenhum local pela Prefeitura. Vocês procurem o local de onde vocês saíram. A informação da Prefeitura é em relação aos pertences de vocês. A informação está dada", disse o tenente-coronel (Jornal A Gazeta, 19/05/2011).

Em nome do direito à propriedade – garantido para as elites – inúmeras ações violentas têm sido autorizadas contra a população pobre. Não bastasse essa violência autorizada, os familiares das vítimas se sentem no dever de dar

explicações para os telespectadores da mídia sensacionalista acerca da índole daqueles que tiveram suas vidas ceifadas.

Não por acaso esse tipo de justificativa por parte das famílias acontece, afinal, quando impera uma política de extermínio contra uma população naturalizada como perigosa, imperam também discursos que afirmam que, contra aqueles que podem desorganizar o tão sonhado cenário de paz social, toda ação é válida e legítima.

Barra do Riacho, distrito de Aracruz, Espírito Santo, cenário atual. Em pleno discurso democrático, nada mais claro do que o extermínio de uma determinada parcela da população. As figuras do *inimigo interno* da democracia perambulando, baleadas, pelos confrontos da desapropriação violenta – em todos os sentidos –. Desapropriados de *si* e alvos de armas letais ou ditas não letais, mas que mataram assim mesmo. A morte direta ou a morte política, a morte por rejeição ou a exposição à morte, como colocou Foucault acerca do Racismo que, inserido nos mecanismos do Estado, autoriza a matar em nome da *defesa da sociedade*. Enquanto isso os *subversivos*, que agora não mais se opõem ao regime militar, têm as armas que visam a defesa da população miradas para suas cabeças. As pernas não eram alvo. A eliminação *dos ninguéns* estava clara. Mais do que nunca. E eram vistos justamente no momento da caçada. Antes, invisíveis em suas lutas por terra e moradia. Os tiros, os mortos e feridos, as bombas de efeito moral, as balas de borracha, as armas e a resposta: “ – verificaremos se houve algum excesso”. Quando se trata dos desqualificados, dos ninguéns, a morte nem sempre é um excesso. Nada mais claro do que a violação dos direitos humanos em nosso estado sendo autorizada e naturalizada. E também vira alvo quem se mete em ouvir *o grito dos excluídos*: o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos também foi atingido. Em essência, porque sua luta representa além dos que lá estavam, maltrapilhos, machucados, encarados como bárbaros, os que em suas lutas diárias ainda acreditam que um mundo melhor e mais justo pode ser construído. Agora, resta a força e a potência por transformação – que também foi baleada e destruída como as casas, corpos e corações – reerguer sua morada.

(Diário de campo, 21 de maio de 2011).

Por outro lado, ao passo que os familiares das vítimas cujas mortes são geralmente justificadas a partir de um histórico de pobreza diretamente atrelado à criminalidade, no caso dos crimes contra *inocentes*, sem passagem pela polícia ou pertencentes às classes médias e mais abastadas, a mídia dá maior visibilidade e a sociedade se mobiliza, clamando pelo fim da impunidade. Conforme afirma Jorge (2009),

[...] as vítimas de homicídio, em casos propalados pela mídia, que provocam comoção geral da população, são oriundos da classe que não se encaixa no perfil geral da mortalidade por homicídio. [...].

Esses jovens – que são os que engordam as nossas estatísticas – têm suas histórias esquecidas e silenciadas e são apenas lembrados nos números estatísticos e nos bancos de dados (p.262).

Dentro desse contexto, pode-se perceber que o processo de redemocratização brasileiro não pôde produzir uma ruptura com a concepção militarizada de segurança pública, e isso se torna notório pela maneira como as investigações dos crimes têm sido conduzidas quando envolvem como culpados por um lado, agentes da segurança pública e, por outro, pessoas que pertencem aos segmentos pauperizados da população.

De acordo com Pinheiro (1997), a autonomia crescente das polícias, sobretudo militares, desde a ditadura militar, não está relacionada aos crescentes índices de violência e criminalidade, mas a uma concepção de que é através de um controle repressivo e militarizado da sociedade que estrategicamente se mantém o autoritarismo que marca as relações entre esta e o Estado.

A partir da alegação de proteger a sociedade dos novos *inimigos* – não mais os opositores políticos como na ditadura militar –, práticas como a tortura continuam fazendo parte do arsenal do modelo de segurança pública brasileiro. Conforme afirma Coimbra (2001),

Uma nova 'Doutrina de Segurança Nacional' tem hoje como seu 'inimigo interno' não mais os opositores políticos, mas os milhares de miseráveis que perambulam por nossos campos e cidades. Os milhares de sem teto, sem terra, sem casa, sem emprego que, vivendo miseravelmente, põem em risco a 'segurança' do regime (p.84)

Diferentemente do suplício, prática punitiva adotada até fins do século XVIII que se direcionava ao sofrimento do corpo, em público, de maneira a reafirmar o poder do Soberano (FOUCAULT, 2009), a passagem para a sociedade disciplinar fomentou a prática da tortura, que tem como prerrogativas o escuro, o direcionamento perverso das relações em convivência com uma certa política dominante e a omissão.

A tortura, ao contrário do suplício, sempre foi e sempre será apenas um pastiche das grandes performances humanas: morais, políticas, religiosas ou científicas. Uma prática dos porões, das sombras, dos sem rosto e sem voz, dos sem história. *A tortura só existe na história dos torturados* (SILVA, 2009, p.86. *grifo meu*).

Não. A prática da tortura não ficou soterrada pela poeira do passado, apesar de seu reconhecimento como crime de lesa-humanidade ter sido proscrito pela ONU, em 1984. Continuam vigorando práticas de terror, tortura, silenciamento e acobertamento de crimes cometidos contra os direitos humanos. E esta forma de funcionamento só é possível quando a violência contra alguns é justificável mediante o discurso de defesa e proteção de outros: a defesa dos humanos contra os não-humanos.

Torna-se necessário problematizar, também, práticas de legitimação da tortura para obtenção de confissões que têm sido utilizadas como ferramenta justamente por aqueles que deveriam combater e punir tais práticas (MOURÃO, JORGE, FRANCISCO, 2002).

De acordo com Coimbra (2000), percebe-se no Brasil, como herança cultural dos períodos autoritários quando a tortura tornou-se uma política oficial, que tal prática ainda continua persistindo por agentes do mesmo Estado.

Se observados os treinamentos das Forças Armadas e das polícias veremos que a figura do *inimigo* cujos agentes são treinados a combaterem em nome da ordem, é um ser miserável, não humano, o que torna mais fácil matá-lo (COIMBRA, 2000). Se observadas as figuras suspeitas produzidas e alvos dos gatilhos e *baculejos* das polícias dos dias de hoje, perceberemos que possuem o mesmo perfil das vítimas de homicídio que abarrotam as estatísticas brasileiras.

Para avaliarmos os crimes denunciados pelas pessoas atendidas pelo PROVITA, tive acesso à tabela abaixo, que contém dados referentes aos tipos de crimes denunciados e agentes envolvidos nos casos atendidos pelo programa federal, em 2011:

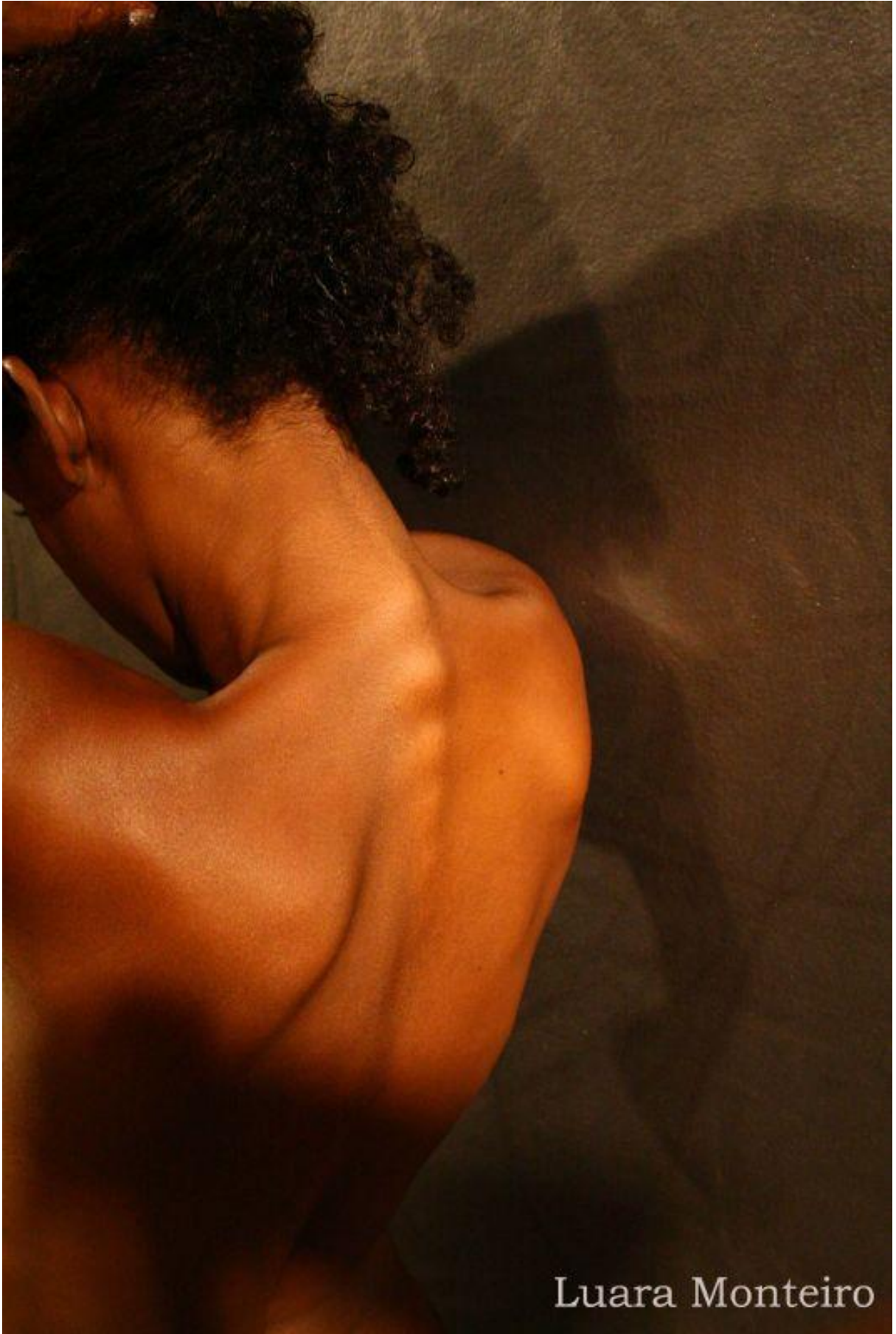
Tabela 2: Crimes denunciados e agentes envolvidos - casos atendidos pelo programa federal

ESTADO	TIPOS DE CRIMES	AGENTES
GOIÁS	Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de extermínio • Policial militar • Civil
	Tentativas de homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de extermínio • Policial militar
	Tortura	<ul style="list-style-type: none"> • Policial civil
	Crime eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> • Senador

RONDÔNIA		<ul style="list-style-type: none"> • Deputado
	Improbidade administrativa	<ul style="list-style-type: none"> • Civil
MATO GROSSO	Estelionato Corrupção ativa e passiva	<ul style="list-style-type: none"> • Civil
	Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Civil • Policial Militar
	Tráfico de drogas Formação de quadrilha Homicídio Sequestro	<ul style="list-style-type: none"> • Civil
PARAÍBA	Tentativa de homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Civil
	Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Policial Militar
	Tortura	<ul style="list-style-type: none"> • Policial Militar
AMAPÁ	Pedofilia	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionário público
	Grilagem de terras	<ul style="list-style-type: none"> • Funcionário público
	Tentativa de homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Ex-policiais • Grupo de extermínio • Policial Militar
RIO GRANDE DO NORTE	Homicídio	<ul style="list-style-type: none"> • Ex-policiais • Grupo de extermínio
	Tráfico de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Civil

Fonte: Relatório anual da Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas (CGPT), 2012.

Fazendo uma breve avaliação dos dados expostos, percebemos que em cerca de 77% dos casos atendidos pelo programa federal em 2011 houve o envolvimento de agentes do Estado, aqui entendidos como parlamentares e/ou outros políticos, funcionários públicos e agentes da segurança pública. Desse total, mais de 71% dos crimes tiveram o envolvimento de agentes da segurança pública. Grupos de extermínio correspondem a pouco mais de 22,22% dos casos mencionados, enquanto cidadãos comuns perfazem um total de 44,44%. Em relação aos crimes de tortura, homicídio e tentativa de homicídio, em 90% dos casos expostos estão envolvidos agentes e ex-agentes da segurança pública.



Luara Monteiro

Passo 2: No sapatinho: Maria-testemunha na avenida do samba

Chegava a noite da sexta-feira. Poderia ser dia treze. Por ela, não seria dia algum. Desceu do ônibus e sentiu um cheiro amargo na subida da escadaria que dava acesso à primeira viela: caminho de sua casa – Das Dores sempre disse que Maria ou tinha sexto sentido, ou algum sinal por ela ter passado vontade de comer alguma coisa durante a gravidez.

Maria sacudiu as ancas e continuou a subir. No décimo terceiro degrau o grito de ai lembrou as dores da mãe no adeus de Tião. O arrepio. Estavam lá: *Neguim* – que não era José Ricardo –, a botina e o revólver. “–Todo morro tem um *Neguim*, um *Vampirim* e um *De menor*” – Ela dizia. E sempre nascem outros. E sempre morrem tantos.

Já conhecia aquela botina de outras subidas. Outras vielas. Quando a botina subia era galope pelo morro. Sob o poder da botina, o corpo-submisso sentiu a coronhada. “–Morre desgraçado!” – E para Maria, os desgraçados ficaram vivos: o que gritou e o que atirou. O estalo do gatilho e dois tiros calaram a voz que pedia a salvação de Deus. O sangue pisado desceu a escadaria. Sujou a sandália de Maria. O susto virou seu pé e o grito de *ai* ordenou que corresse – havia sido vista.

Aos galopes, ouvia os passos e os gritos com tom imponente chegando cada vez mais perto, anunciando a morte de mais um. Como se fossem ninguém. E eram: ela e *Neguim*. Sentiu naquele momento o peso de não ter sido alguém na vida. Um muro somado à necessidade de se esconder e a anca nem pesou: ouviu do lado de lá os passos se afastando, correndo. Respirou para ter certeza de que foi agraciada pela reza de *Neguim*.

O alívio e o medo tão-tão grande, tão louco e... Não soube organizar palavras que coubessem no coração acelerado. A reza era para milagrar em alguém de um minuto para o outro. Alguém que a fizesse ser. Alguém que lhe servisse de escudo. Escudo-de-si. Que tapasse seus olhos, tornando-a cega e surda: para ela estava dada a resposta de que os ninguém são, sim, os inimigos dos alguém. Resposta certa ou errada, era o que sentia. Bem assim.

No escuro da noite, estavam lá, o corpo e as memórias. O rosto virado pro cimento, como se assinasse em sangue seu lugar de gente sem legitimidade. Maria tremia de medo. E não era do inimigo das botinas que subiam o morro.

“Bandido foi encontrado morto portando pedras de crack esta manhã. Tudo indica que foi mais uma vítima da guerra do tráfico” – Proclamava o jornal logo cedo. Um bom dia de embrulhar o estômago de Maria, que sequer havia dormido. Aprendeu durante a reportagem que *Neguim* para vivente é apelido, para cadáver é alcunha. Questionou nos entremeios das ideias conturbadas do que se tratava a tal guerra: “– O que combate essa guerra? Quem recruta os soldados?” – Maria não sabia de qual lado estava. “– Mas... quais são os lados? Existem lados? Bom, se existem, *Neguim* estava do lado mais fraco” – Cabeça-cheia, tratou de parar de pensar. Foi ao tanque lavar a alma e as sandálias sujas de sangue.

Das Dores rezou o terço, cantou ponto de caboclo, deu chá de camomila. Pegou seu rivotril na unidade de saúde e receitou à filha. Deu colo e arroz com feijão. O arroz e o feijão voltaram. Mastigados como estavam as carnes de Maria do Socorro.

Maria tomou chá, ouviu as rezas, e enquanto a mãe foi à unidade de saúde, fumou um cigarro de maconha. Dizia que acalmava mais do que rivotril. Já havia pedido à enfermeira da unidade uma receita para a erva. As duas riram.

Na segunda-feira, indo para o trabalho, duas motos passaram por Maria do Socorro. Motos suspeitas. Maria aprendeu desde cedo que se o morro não é ponto turístico, todo novato que passeia por ali é suspeito. Todo mundo produz as suas figuras suspeitas. Para quem mora no morro não é diferente. “–As belezas do morro são de se sentir, não de se ver” – falava.

Cá para nós, a vista para a baía de Vitória é um tapa na existência. A vista da baía de Vitória para o morro era outro: as casinhas amontoadas como de João-de-barro, a arquitetura renovada a cada chuva mais forte. Tudo isso pode ser belo sem ser romântico. Tudo isso fala da vida no morro. Da vida do morro. Fosse pelo medo, aliás, Maria teria ficado em sua casinha de João-de-barro. Mas não podia se dar ao luxo de deixar o corpo tremer tanto assim. O final do mês sinalizava a necessidade da vida seguir.

Uma das motos volta e pede uma informação: “–A senhora sabe informar onde mora Maria do Socorro?” – perguntou o moço que só fez o esforço de levantar a viseira do capacete. Maria torceu o nariz, já que somente gerentes de banco chamavam-na de senhora. Balançou a cabeça num sinal negativo tão firme, a expressão tão dura, que foi como um gambá franzino espantar um leão faminto. Maria-gambá.

Naquele dia, Maria quebrou uma taça de cristal da patroa. Chorou como se tivesse cortado as mãos, mas disse que foi o susto pelo estouro da taça no chão. Ela sabia que não era.

Chegando em casa, do trabalho, a vizinha-amiga contou que dois rapazes a procuraram durante a tarde, mas a casa estava vazia. Disseram que tinham um emprego a ofertar. O frio na espinha e Maria trancada. Só Deus e Das Dores entravam em casa: Deus pelas paredes e Das Dores pela entrada mesmo, depois de Maria arrastar a geladeira e a mesa que colocava atrás da porta. Tapou os ralos para Deus não escorrer por eles. De medo. Marias-assustadas.

O celular de Maria tocou: número não identificado. Não era o combinado Aristeu ligar naquele dia. Atendeu enfurecida quando ouviu a voz calma lhe lembrar de que peixe morre pela boca. E fim.

Sair para o trabalho e para a escola tornou-se impensável. A patroa achava que estava com virose. Maria achava que esse furacão não demoraria a passar. A vizinha achava que estava cuidando de Maria das Dores numa de suas crises de hipertensão (não que a pressão de Das Dores não estivesse nas alturas naqueles dias). Aproveitou para lhe pedir que ficasse quinze dias com a filhinha, pois viajaria para comprar, em Belo Horizonte, as muambas que revende na feira de domingo. Cada coisa linda! Para Maria, era a chance de garantir algum dinheiro naqueles dias-de-cão.

Flora ficou com as Marias. Miúda, três aninhos. Mas entendia que alguma coisa ali estava estranha. Só não sabia o que. Para Maria, sair de casa era um pesadelo. Sempre um olhar perseguidor, uma moto suspeita, um estouro de foguete ou de tiro ou de taça quebrando. Maria-alerta. Estado de alerta com todos os movimentos. Flora brincando na sala. Maria do Socorro e Das Dores botando água no feijão para render, até o vendaval passar. Mas o

telefone tocava, o tal pescador anunciando que algum peixe morreria pela boca... Maria-peixe.

Para Flora todo mundo era amiga. Amiga-Maria, amiga-Das Dores. Falava com voz de mocinha, mostrando as unhas cor-de-rosa que a mãe havia pintado antes de viajar. E pedindo para cheirar seus cachinhos, euforia de creme novo. Era xampu para piolho, mas ninguém precisava saber! “–Tem coisas que a gente só conta para quem é de casa” – pensava Maria do Socorro, enquanto elogiava o perfume dos cabelos da amiga Flora.

O coração na boca, a cabeça a mil. Nenhum parente, nenhum amigo que morasse longe. Maria mal conhecia o estado do Espírito Santo. Amém. Os parentes mais afastados moravam no morro da frente. Mas se soubessem do seu medo resolveriam a situação de um modo que Maria não compactuava, a tal *justiça com as próprias mãos*. Uma justiça que questionava, já que alguém era sacrificado: “– Como pode ser justo se alguém paga com a vida?” E finado Neguim era amigo dos familiares, os olhos justiceiros reluziriam vingança. Não, não. Deu jeito de mudar os rumos do pensamento.

Na panela o feijão acabou, só sobrou a água. Nada mais rendia além do medo. Não concordava quando Das Dores dizia que ela estava paranoica. Porque para ela, paranoia era quando se achava uma coisa que não era. E no seu caso, era. Tudo poderia ser. Pensava estar salva pela paranoia. Inclusive pela paranoia de os doutores descobrirem que estavam tratando com farinha e água uma criança de três anos. Se em nome da justiça alguém poderia morrer, foi dar um jeito matar a única coisa que se sentia no direito: a fome.

Maria do Socorro tentou aumentar a conta no armazém, a dois quarteirões de casa. Para quem subia e descia as escadarias todo dia, o armazém era na porta do barraco. E foi. Virando a esquina avistou uma moto, a mesma suspeita. “– Não é possível!” – foi o que conseguiu pensar antes de ouvir o primeiro disparo, seguido de mais sete. Foram oito, mas só ouviu quatro. Ziguezagueou, mas caiu-cambaleante. Três tiros certos. A pele queimava tanto, que achava que depois dali estava livre dos seus pecados. Era o inferno em brasa atravessando o corpo de Maria do Socorro.

Uma quinta-feira amanheceu dolorida no hospital da cidade. A primeira visita foi da polícia, querendo saber as motivações da tentativa de homicídio. Maria só aí ligou o fato ao palavrão: vítima-de-tentativa-de-homicídio. Arregalou

os olhos e respondeu ao policial a dezenas de perguntas. O coração em frangalhos.

Falar era rememorar o estouro que matou Neguim, o vulto da botina preta, os passos pelas velas, o cristal quebrado, a fome mal-matada. A vida sobrevivida da Maria-peneira. Maria-louca, ao falar nem sabia se o que falava havia mesmo acontecido. Parecia só intensidade. Só imagem. Movimento. Meio pesadelo, ultrapassava a imaginação.

Embora o corpo atravessado de chumbo falasse através de seus furos, não lhe era suficiente. Somente a voz dita e ouvida preenchia os buracos. E nem assim. De alguns momentos não se lembrava e lavava com lágrimas os brancos da memória.

O doutor torcia o nariz para os seus silêncios. Maria se sentiu desconfiada. Descobriu, ao final, que ver o homicídio lhe convocaria a testemunhar. E que não há vontade em ser ou não ser. Disse o doutor que testemunha se é. E ponto. De testemunho só conhecia os da igreja, atestando a libertação dos irmãos. O doutor ensinou que os seus aprisionariam.

Parecia que a língua não dava conta de pronunciar a realidade tão gorda. Realidade gorda? Era o mais próximo que conseguia chegar de um substantivo e um adjetivo. Talvez, então, tivesse entendido a *grande realidade* do repórter das seis da tarde, quando da morte de seu pai. Talvez. Então.

Parecia já ter ouvido história semelhante. Mas o osso quebrado era seu. A alma atingida era a sua. A linguagem do que sentia era xingada, escarrada, cagada, ensangüentada. Fodida.

Antes de ir embora, o tal doutor perguntou se gostaria de ser encaminhada a um programa destinado a proteger testemunhas ameaçadas. Disse que teria aluguel e contas pagas e que viveria longe de tudo. Maria não compreendeu muito bem: “– Será possível viver longe de tudo?” – Das perguntas que fez, o doutor não soube responder grande parte. Mas disse que a equipe do programa iria apresentá-lo com detalhes, em breve. Maria do Socorro ficou no aguardo.

No hospital, o horário de visita permitia a entrada de uma pessoa de cada vez na enfermaria. Acordou e lá estava Aristeu, um caderno com poemas copiados à mão e uma maçã fresca. Assustado, chorou por amor. Assustada, acenou com a mão para que ele a segurasse. A palidez do rosto medicado

coloriu em bochechas de maçã. Um beijo leve prometeu que voltaria. E foi-se, deixando maçã e poesia.

Maria fechou os olhos e tirou na sorte uma página qualquer do caderno de poesias:

Pensamentos à janela

O que durante o dia foi pressa e murmuração
a boca da noite comeu.
Estrelas na escuridão são ícones potentes.
Como oráculos bíblicos,
os paradoxos da física me confortam.
Sou um corpo e respiro.
Suspeito poder viver
com meio prato e água.

Adélia Prado.

(PRADO, 2011, p.19).

Do que compreendeu, achou bonita a poesia. Maria do Socorro dizia que não tinha muita veia poética – mal sabia ela. Beliscou a mão esquerda e sentiu no rosto uma lágrima escorrendo. Era a vida contorcendo suas vísceras, para além do sangue talhado na mancha do lençol.

Minutos depois, chega Maria das Dores, a mãe de Flora e a criança caminhando. A mãe voltou de viagem logo que soube do acontecido. Flora recusava colo por achar que isso era coisa de bebê. A mãe havia ensinado assim para evitar carregá-la nos braços morro acima todo dia, pois cansava muito. Como as muambas não andavam sozinhas, Flora deveria caminhar.

Pois bem. Das Dores chegou à enfermaria perguntando quem era o tal moço que havia visitado a filha. Maria do Socorro desconversou. Maria das Dores se deu conta de que mãe somente pensa que sabe de tudo.

No hospital, o tempo passava arrastado. Recebia visitas em sonho, como as de José Ricardo – seu Nequim desaparecido – ou de maçãs fresquinhas, como as de Aristeu, quinzenalmente. Maria das Dores ia ao hospital quase todos os dias.

Maria recebeu uma visita diferente: apresentaram-se dizendo ser a equipe daquele programa mencionado pelo delegado. A enfermaria lotou com assistente social, advogado, psicóloga e dona Maria das Dores. Maria do Socorro ficou assustada, achando que poderia ser uma armação dos homens que tentaram matá-la.

Falando baixinho, se apresentaram à Maria como quem contava um segredo. Disseram que estavam ali porque uns papéis haviam chegado da autoridade, encaminhando o caso para que eles a atendessem. Contaram que já sabiam de tudo que havia acontecido com ela e que precisariam tirar umas dúvidas, e apresentarem o trabalho realizado pelo programa. Maria não gostou de ser um caso. E ficou pensativa com essa história de que sabiam tudo que havia lhe acontecido. Nem ela mesma sabia.

A apresentação do PROVITA foi feita conforme o protocolo: palavra-atrás-de-palavra, pausas e pontos bem postos.

Maria achou bonito e perguntou se eles eram de alguma igreja. A equipe disse que não, que eram membros de uma ONG que lutava pela causa dos direitos humanos. Maria torceu o nariz. Desconfiada, perguntou se eram policiais e disseram que não: não trabalhavam armados, não eram da polícia e não tinham ligação com ela. Maria achou esquisito: “– Como não são vinculados à polícia se foi o doutor da delegacia quem os mandou até aqui?” – pensou com seus botões.

Maria perguntou como era o programa, se era como o Programa Bolsa Família, no qual a vizinha era cadastrada. A equipe disse que o programa funcionava retirando as pessoas do local onde elas sofrem as ameaças e levando para outro lugar, seguro. E que arcam com as despesas básicas da casa até que a pessoa consiga se manter por meios próprios. Além disso, que levam a pessoa com segurança para prestar depoimento quando é intimada.

“– O Programa me levará com segurança para prestar depoimento? Como é essa segurança?” – Perguntava Maria. “– Com escolta policial, Maria. Uma escolta acompanhará para garantir a sua segurança durante a audiência.” – Responderam os profissionais.

Maria retorceu o nariz. As mesmas fardas até aquele momento lhe impunham medo. “– Por que justo agora as botinas me dariam segurança?” – Pensava, entre dúvidas e silêncio.

A cabeça de Maria deu um nó: “– Será que vão me levar para um abrigo de mulheres, para onde foi a Jurema quando apanhou do Seu Nelson? Onde seria esse outro lugar? E minha mãe, com quem ficaria? Meu Deus! Será que eles combatem a tal guerra do tráfico que vitimou Neguim? Mas de que forma?”

– Maria começou a ter medo de quem ou do que aprisionaria com seu testemunho.

3. NA AVENIDA: PROCEDIMENTOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NO PROVITA

A solicitação de ingresso no PROVITA, de acordo com a Lei nº 9.807/99 em seu art.5º, pode ser encaminhada ao órgão executor pelo próprio interessado, por representante do Ministério Público, pela autoridade policial que conduz a investigação criminal, pelo juiz competente para a instrução do processo criminal ou por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.

Após o encaminhamento, o Ministério Público deve manifestar-se sobre a importância ou não do testemunho, enquanto a coordenação e o advogado do PROVITA se reúnem com os interessados para o procedimento de *pré-triagem*, que consiste na primeira entrevista para a apresentação do funcionamento do programa e avaliação do preenchimento dos critérios legais de ingresso.

Os critérios legais para ingresso no PROVITA, de acordo com a lei 9.807/99 são:

a) *Situação de risco*: conforme versa o art. 1º da lei, a pessoa deve estar “coagida ou exposta a grave ameaça”, sendo que a situação de risco deve ser atual e não precisa ser uma ameaça ou coação consumada, desde que haja elementos que demonstrem a probabilidade de que possa acontecer. No art. 2º, a lei estabelece que deve ser considerada a dificuldade de prevenir ou reprimir a ameaça pelos meios convencionais de segurança, que podem ser entendidos como ronda policial ou prisão cautelar do acusado, por exemplo.

b) *Colaboração*: A situação de risco deve ter nexo de causalidade com a colaboração prestada em processo criminal em que figura como vítima ou testemunha, conforme prevê o art.1º. Pessoas ameaçadas por quaisquer outros fatores não são incluídas no programa.

c) *Personalidade e conduta compatíveis*: Segundo o art. 2º § 2º da lei 9.807/99,

Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades (BRASIL,1999).

d) *Inexistência de limitações à liberdade*: A exigência é de que a pessoa esteja no gozo de sua liberdade. Aos excluídos por este motivo, a lei reafirma o papel dos órgãos de segurança pública na prestação de medidas de preservação da integridade física.

e) *Anuência do protegido*: Conforme estabelecido no art. 2º, § 3º da lei 9.807/99, “[...] o ingresso no programa, as restrições de segurança e as demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal” (BRASIL, 1999).

3.1. Uma pausa: quando a bateria exige um maestro

Pelas andanças nos espaços onde o programa de proteção é discutido, percebi que muitas são as críticas, especialmente por parte dos psicólogos, acerca do requisito de ingresso que prevê a exclusão dos indivíduos que apresentarem personalidade e conduta incompatíveis com as normas do programa. Em países como Estados Unidos, há avaliação psicológica dos encaminhados, de modo que a equipe consiga dimensionar a probabilidade da testemunha em se ajustar ou não ao programa (PANNUNZIO, 2001).

Personalidade e conduta compatíveis com as normas: resquícios de uma concepção de psicologia não tão distante – mas atuante –, ainda somos convocados a falar em nome do outro, a prever comportamentos, ditar bons costumes, podar asas. O papel do psicólogo no programa de proteção seria o de prever o comportamento de alguém diante de normas de segurança que sequer o sujeito experimentou? (Lembrando que são requisitos que devem ser preenchidos pelos técnicos para subsidiar o ingresso dos encaminhados no programa).

Se formos destacar o que se espera da atuação de um psicólogo no PROVITA, teremos a clara noção de que ela está vinculada, tanto quanto o

programa norte-americano, ao trabalho de submissão às normas de segurança e garantia de um testemunho qualificado. Segundo Pereira (2001), o acompanhamento psicológico deve buscar,

[...] a minimização dos possíveis efeitos traumáticos da experiência de violência vivenciada, além de promover a tranquilidade e equilíbrio emocional garantidor de um testemunho qualificado, com credibilidade e força suficiente para influir na decisão de um processo. A intervenção psicológica visa possibilitar a adesão às normas de segurança, minimizar a dor das perdas sofridas, zelar pela saúde mental e integração familiar. Objetiva, ainda, manter os vínculos com familiares que não ingressaram no programa, viabilizando a comunicação segura através de cartas, filmagens em vídeos e telefonemas. Em ocasiões especiais, e dependendo da segurança, poderão ser providenciados encontros entre os familiares (PEREIRA, 2001, p.14. *grifos meus*).

Não seria o profissional da psicologia habilitado a utilizar-se de outras ferramentas, que não as citadas no trecho acima, para auxiliar no Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas? Considerando as ferramentas conceituais e os princípios éticos que balizam as intervenções de um psicólogo, caberia a este profissional investir na promoção da tranquilidade e equilíbrio com o objetivo de se alcançar um testemunho qualificado?

Qual psicologia é convocada a atuar no PROVITA?

Foucault (2002) afirma que a psicologia, ao final do século XIX, passou a se preocupar em encontrar o homem nas mesmas leis que regem os fenômenos naturais, tentando pensá-lo como extensão da natureza. Houve todo um esforço metodológico para que a psicologia se enquadrasse nos pressupostos positivistas de ciência e realizasse o caminho do conhecimento científico através da objetividade, neutralidade, experimentação e generalização.

No entanto, a precisão esperada não se confirmava quando se tratava de generalizar os resultados tão múltiplos. “A precisão matemática e o rigor experimental encontravam limites de aplicação no caso do saber psicológico” (MORAES, 2003, p.60).

No século XIX, todo um conjunto de práticas e saberes sobre os indivíduos objetivou o estudo de suas condutas e a diferenciação destes em normais e anormais. As ciências passaram a adquirir importante papel na

resolução de problemas advindos da nova ordem social, instaurada com a lenta passagem do regime feudal para a sociedade industrial.

Com o estabelecimento da grande indústria e do mercado universal, a cidade se torna dominante e aglomera a maior parte da população. Os meios de produção passam a se concentrar nas mãos da nova classe dominante: a burguesia. Os profissionais da idade média se tornam agora servidores assalariados e a ideia que passa a ser difundida é de igualdade entre os indivíduos perante a lei (BENEVIDES, 2007).

Uma lógica de meritocracia é instaurada e propaga que é possível ascender na hierarquia social a partir de esforços individuais. Conforme afirma Benevides (2007),

O aparente paradoxo entre tratar a todos de forma igual e de estimular a diferença, serve para produzir a ideia de que diferença se dá por comparação entre iguais, por competição entre dois ou mais, mas, sobretudo, como marca de identidade, ponto decisivo em uma sociedade que começava por se fundar em uma lei que olhava o desempenho individual como determinante do processo de acumulação que garantiria a mais-valia já ambicionada pelas classes dominantes (p.44).

Vê-se produzir a noção de indivíduo, tão cara ao capitalismo, que se preocupa com a produção de corpos dóceis, úteis e produtivos. Produto do século XIX, o indivíduo é fortalecido e, com ele, o sentimento de intimidade e a atração pela propriedade privada.

Como um passo rumo a um mundo mais civilizado, longe da barbárie, o conhecimento científico, através de novos métodos da medicina para cura de doenças, da psicologia como saber-poder sobre o indivíduo, dentre outros especialismos, parecia levar ao mundo o aspirado progresso. Ao que antecedeu esse período restou o fardo da barbárie, do subdesenvolvimento e do atraso.

O projeto de integração do proletariado e de suas famílias ao universo dos valores burgueses, domesticação literal que a imagem projetiva de 'bárbaros' justifica, desdobra-se em múltiplas estratégias de disciplinarização: mecanismos de controle e vigilância que atuam no interior da fábrica, mas também fora dela. Que perseguem em todos os momentos de sua vida, até nas horas de lazer, buscando redefinir sua maneira de pensar, de sentir, de agir e erradicar práticas e hábitos considerados perniciosos e tradicionais (RAGO, 1985, p.12).

Os discursos que passam a ser legitimados como verdadeiros são aqueles proclamados por especialistas e que têm por objetivo orientar e ensinar a cada um como se relacionar com o mundo.

[...] o homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos a submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não especialista a ilusão de participar do saber (CHAUÍ, 2007, p.24).

Aliás, a emergência das ciências humanas está muito mais relacionada ao empenho de especialistas na aplicação eficiente da norma, à produção de pretensas individualidades normais e anormais e à produção do próprio indivíduo¹³ do que ao desenvolvimento dos métodos de conhecimento e pesquisa ou refinamento das práticas de cientificidade (BICALHO; REISHOFFER; KASTRUP, 2012).

E a psicologia, como mais um dos saberes que são constituídos no encontro com estratégias políticas de ordenamento social, pode acabar se vinculando a mecanismos de legitimação e naturalização de modos de vida desviantes, inadequados ou anormais.

A psicologia não está imune aos jogos de saber-poder que estão presentes por todo o corpo social; muito pelo contrário, com sua pretensão de ser neutra e objetiva, a psicologia buscou esconder seu poderoso suporte às diversas práticas de regulação social: ao observar e qualificar condutas, delimitar a normalidade, marcar os anormais, reconduzir desviantes, incluir e excluir em nome de uma legitimação científica (BICALHO, REISHOFFER, KASTRUP, 2012, p. 08).

Especialistas de toda ordem (médicos, urbanistas, psiquiatras, pedagogos, psicólogos, etc), serão convocados a punir, corrigir e reformar as condutas daqueles indivíduos considerados anormais, perigosos e

¹³ Conforme afirma Foucault (1979), “[...] aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (p.184).

delinquentes. A figura do *delinquente*, segundo Foucault (1997), traria em sua história tanto elementos biológicos causais, quanto condutas e convivência em ambientes propensos à criminalidade, que determinariam sua tendência para o crime, de acordo com as Criminologias Positivistas do século XIX¹⁴.

A figura do delinquente é um exemplo possível da aplicação da *noção de periculosidade*, que foi criada na Europa para que, através de discursos cientificamente validados, fossem identificados indivíduos propensos ao crime não por terem o praticado, mas por conterem *em si* uma tendência criminosa, por determinações biológicas ou ambientais que supostamente fundamentassem seu controle ou punição.

A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2003, p.85).

O controle das virtualidades, que passa a recheiar as preocupações das elites, estaria relacionado não quanto à conformidade do que o indivíduo fez com a lei vigente, mas ao que ele pode vir a fazer, o que está na iminência de fazer, o que ele pode cometer em algum momento. Esse tipo de controle contribuirá em grande peso para a forma como historicamente viemos construindo nossas percepções sobre a pobreza.

Na Europa, nesse mesmo momento, teorias racistas e eugênicas se firmaram de modo a colaborar com nossas construções acerca da pobreza e do pobre.

Tais teorias são fortalecidas por obras como de Charles Darwin e seus conceitos de *prole malsã*, *herança degenerativa* e *inferiorização da prole*, tão comuns nos Tratados de Medicina, Psiquiatria e Direito do final do século XIX e início do século XX. Essas teorias focavam em práticas que evitassem a

¹⁴ Neste período, desenvolveu-se uma série de correntes com o intuito de explicar a criminalidade por meio dos paradigmas positivistas de ciência. As causas que produziriam o comportamento criminoso seriam encontradas no próprio indivíduo e o crime era entendido como uma realidade *em si*, como um desvio ou uma *enfermidade*. Dois importantes representantes das Criminologias Positivistas do século XIX são Cesare Lombroso, com sua tese do criminoso nato, que dizia que características físicas e biológicas naturalmente degeneradas dotariam o indivíduo de uma periculosidade inata e Enrico Ferri, que trabalhava com a explicação causal de que o criminoso seria necessariamente fruto de um ambiente social propenso a produzir criminalidade (CURI, BICALHO, 2009).

degeneração das raças, e acreditava-se que, assim, estaria trabalhando para a prevenção de males sociais (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

Dentre as medidas profiláticas, havia o controle dos matrimônios e da reprodução, com a crença de que, desse modo, essa gente malfadada não propagaria a degenerescência: eram proibidos casamentos consanguíneos ou aqueles cujos parceiros tivessem ascendentes *defeituosos*; esterilizavam não só os portadores de estigmas de degeneração, mas também aqueles que poderiam causar a miscigenação racial (LOBO, 2008). Segundo Rago (1985),

[...] a classe operária juntamente com toda a população pobre é, portanto, representada como animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis, assimilada a cheiros fortes, a uma sexualidade instintiva, incapaz de elaborar ideias sofisticadas e de exprimir sentimentos delicados (p.175).

E esse discurso de sexualidade incontrolável e instintiva, parecia querer justificar a invasão e as intervenções na vida da classe trabalhadora.

Esterilizava-se aquela população pobre que não era considerada útil para o modelo econômico vigente, que vivia a vagar, sem trabalho, e aquela que não havia conseguido se inserir na lógica do mercado com as submissões e os comportamentos desejados, a exemplo dos indigentes, criminosos e loucos (LOBO, 2008).

Grande aliada dessas teorias foi a medicina social que, no Brasil, nasceu no século XIX, juntamente com o fortalecimento do capitalismo. O objeto principal, naquele momento, seria a correção dos hábitos da população a partir da implementação de novos costumes de higiene que tivessem um aspecto profilático. Para tanto, as práticas médicas passaram para vários espaços como a casa, a família, cemitérios, escolas e fábricas. O foco era levar, especialmente à classe trabalhadora, a segurança dos costumes burgueses (BAPTISTA, 1999).

O objetivo desse movimento seria prevenir a *degradação moral* do país, e, para isso, vários especialistas se aliaram para civilizar a população e evitar a epidemia de maus costumes e imoralidade. Segundo Rago (1985),

A vida miserável, o odor fétido do trabalhador mergulhado dia e noite nas fábricas, a falta de hábitos regulares de higiene corporal, a imundície de sua casa traduzem a incapacidade de o proletariado

gerir sua própria vida e pedem a intervenção redentora da ação dos especialistas civilizadores (p.165).

De modo a evitar moradias do tipo cortiço e toda a imundície que as habitações pobres contêm, o poder médico invade a casa, o corpo, a sexualidade e a vida do pobre. Ensina-lhe hábitos de higiene, de comportamento e de disciplina geral. Impõe autoritariamente modos de viver e habitar a cidade, reforçando sempre a necessidade de intensificação dos vínculos familiares e a definição dos papéis de cada membro da família: a criança, o jovem, a mulher. É nutrido através do discurso da medicina o modelo ideal de família nuclear burguesa. À criança é projetado o futuro da Nação e à mulher, os cuidados com a casa, o amor maternal e a atenção a qualquer desordem na paz do lar (RAGO, 1985).

À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia a dia, prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados médicos, novos aliados da mãe, não obstante sua ampla utilização nas camadas pobres da população, como força de trabalho industrial (RAGO, 1985, p.62)

A pobreza fede, infecta a cidade como os miasmas. É preciso intervir e controlar esses vermes que, travestidos de gente, incomodam a paz e as narinas burguesas. É preciso controlar seus sexos, sua intimidade, pois possuem instintos animais e sua reprodução encarde a brancura desejada para o miolo das cidades.

Em nome do ideal burguês de família, os especialistas vão se munir de discursos moralizantes e racionalizadores que buscarão justificar a interferência nos detalhes mais delicados da vida das pessoas, com o objetivo de designar novas formas dessa gente se portar, se limpar, conviver e morrer.

É fortalecido o discurso, a partir do ideal de família nuclear burguesa, de que aqueles indivíduos que não possuem uma *família estruturada* ou que não vieram de *boas famílias*, ou seja, os indivíduos pobres, têm a moral rebaixada, duvidosa.

Afirma Rizzini (1997) que houve a produção dos considerados *pobres viciosos* e dos *pobres dignos*. Os primeiros, a partir de níveis de moralidade,

são aqueles que não possuem trabalho, que não serão bons pais e representam um perigo social. As estratégias utilizadas, para esses, são coercitivas, já que são seres duvidosos e acredita-se em sua potencialidade criminosa. Já os *pobres dignos* seriam aqueles, que, muito embora pobres e pertencentes à camada mais propensa à criminalidade, aos vícios e às doenças, possuem uma família unida e observam costumes religiosos, o que, por sua vez, contribui com a formação moral desses sujeitos. Ainda assim precisa haver um controle desses, pois, embora comunguem costumes com menor potencial criminoso, pertencem à classe pobre, imoral por natureza.

No discurso dos higienistas, dos industriais ou ainda dos literatos, a representação imaginária do pobre estrutura-se em função da imundície. O pobre é o outro da burguesia: ele simboliza tudo o que ela rejeita em seu universo. É feio, animalesco, fedido, rude, selvagem, ignorante, bruto, cheio de superstições. Nele a classe dominante projeta seus dejetos psicológicos: ele representa seu lado negativo, sua sombra (RAGO, 1985, p.175).

Essa forma de perceber a pobreza veio se consolidando e atualizando com o tempo, em estratégias muitas vezes sutis de higienização das cidades, das ruas e de limpeza social. A forma como a pobreza é reafirmada cotidianamente parece querer estabelecer uma conexão quase que direta com a criminalidade.

Num mundo onde o consumo – seja de formas de vida, seja de mercadorias – é o imperativo, o trabalho é o carro-chefe para que as pessoas se sintam incluídas na lógica de mercado. E não se trata de qualquer trabalho, o emprego fixo é o que se vislumbra, na busca por uma ponta de estabilidade em meio ao turbilhão de informações e inconstâncias. Conforme afirma Coimbra (2001),

[...] desde o início do nosso século o Estado brasileiro e seus diferentes dispositivos vêm produzindo subjetividades nas quais o 'emprego fixo' e uma 'família organizada' tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e de direito à vida. Fugir desses territórios modelares significa ingressar na enorme legião dos 'perigosos', daqueles que devem ser olhados com desconfiança e, no mínimo, afastados e evitados (p.131).

Os *perigosos*, neste sentido, passam a ser aqueles que não conseguem atender à lógica de consumo e são considerados como perigosos em *si*, em

sua natureza, sua essência. Segundo Bauman (1998), esses são os chamados *consumidores falhos*, os que não conseguem atender às exigências do mercado e que, por isso, são produzidos como seres estranhos e ameaçadores da ordem, causadores, portanto, de insegurança e mal-estar.

Colocando em questão estas produções, temos, então, a competição de parte da população por uma suposta estabilidade no mercado de trabalho, para que atenda à lógica de consumo, ao par que outra parte sequer tem possibilidades de disputa, causadora de repulsa por essência e composta por seres indesejáveis, demônios criminosos em potencial. A saída para essa parcela é buscar empregos inseguros e desqualificados com salários igualmente desqualificados e inseguros (Wacquant, 2008).

A produção de desejo que é para todos, acaba por erguer um muro que separa o mundo entre aqueles que têm os meios para participarem deste consumo, e aqueles que não têm.

As parcelas empobrecidas da população, neste embalo, são criminalizadas como se a periculosidade e a repulsa fossem seu recheio, prestes a prejudicar, desordenar e sujar o cenário tão sonhado de pureza social. Figuras suspeitas são produzidas, apavorando as misturas destes segmentos pauperizados com a parte asséptica da população. Assim, ferve um discurso que clama por afastamento e eliminação da pobreza, como se isso traduzisse segurança. Conforme afirma Coimbra (2009),

Para esses 'enfermos' – vistos como perigosos e ameaçadores – são produzidas identidades cujas formas de sentir, viver, agir se tornam homogêneas e desqualificadas. São crianças e adolescentes já na marginalidade ou que poderão – porque pobres – ser atraídos para tal condição e que devem ser exterminados. A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela superação, mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os 'olhos, ouvidos e narizes' das classes mais abastadas (p.320).

Com a proliferação dos discursos que clamam pelo extermínio da massa podre da população, cada vez mais tem sido reproduzida a ideia de segurança como se ela se tratasse de policiamento, fortalecimento do Estado repressor, que se apresenta fortemente armado para controle e contenção dos segmentos

empobrecidos, ressoando a ideia de que são potencialmente criminosos, e, por isso, podem incomodar a paz e a vida digna dos legitimados *cidadãos de bem*.

Segundo Wacquant (2007), este sentimento de insegurança e de ilusão de que a segurança seria fornecida pelo Estado através de segurança criminal é resultado de um acúmulo do Estado Social, que não mais protege as oscilações e riscos da economia, mas que *capacita* para a competição no mercado. A insegurança de nunca estar suficientemente capacitado abarca inclusive a classe média, que não consegue projetar seu próprio futuro. Em resposta ao pedido por estabilidade de vida e distanciado da responsabilidade pelas demandas sociais, o Estado investe em segurança criminal e políticas penais.

Esse funcionamento, ao passo que desresponsabiliza o coletivo, afirma um discurso de responsabilidade individual e uma lógica de meritocracia que atribui o *sucesso* às qualidades individuais, em contrapartida, reforçando o dito *fracasso* igualmente, como inferioridade do indivíduo em relação aos demais.

Toda essa engenharia também funciona por meio da produção de um silêncio que emperra a discussão das questões de modo a reduzi-las a um campo individual, tendo como efeito a culpabilização do indivíduo e a imposição de uma outra política acerca dos acontecimentos e que interessa a determinados grupos. Acontecimentos esses ecoados pela grande mídia de maneira superficial, irresponsável e sensacionalista.

A própria sociedade demanda por políticas punitivas, por mais policiamento nas ruas, redução da maioria penal, mais prisões e pela presença de um Estado violento e repressor dos seus inimigos. E a produção da figura do *inimigo* é perigosa porque atrelada a ela está o discurso de que toda ação é permitida para sua eliminação.

Um discurso moral e individualizante reduz as imensas parcelas empobrecidas da população e as silencia, como se não fossem dignas de denunciar as violências cometidas contra elas diariamente.

Não nos iludamos. Há ainda, entre nós, produção e fortalecimento de práticas que rememoram as teorias eugênicas e racistas nos mais variados espaços. O território-modelo como a família nuclear burguesa continua sendo produzido a todo vapor, ainda hoje. O medo e desejo de assepsia da pobreza, a *monstrificação* do pobre e o perigo das misturas são discursos dominantes.

As famílias que fogem a esse modelo têm sido produzidas como desorganizadas e práticas atreladas a um discurso perverso de criminalização da pobreza têm imperado, por exemplo, retirando crianças do convívio de mães pobres que fogem ao padrão socialmente forjado.

Nos presídios, outro exemplo, ainda é presente a construção de um laudo criminológico cujo parecer dos profissionais responsáveis avalia o preso de acordo com seus comportamentos. E também no PROVITA esse tipo de discurso pode se aproximar das nossas práticas.

Ele roubou e foi torturado. Eu diria *cruelmente* torturado, mas apaguei o *cruelmente*: não há nenhum tipo de violência aceitável e que não deva ser considerada cruel. Foi morar muito longe daqui para se livrar do cassetete que enfiaram em seu ânus. Usava crack, foi acusado de um crime que não cometeu. E que, por isso, não confessou. O estereótipo do bandido: preto, jovem, careca, pobre, com passagem pela polícia. Não era um rapaz doce – talvez tivesse cagado toda a sua doçura na dor daqueles três dias de porrada. A equipe que o atendia tinha medo. E pediu um laudo psiquiátrico que atestasse a sua personalidade antissocial. Era assim que justificariam seu pedido de exclusão, já que seria vergonhoso para um programa com bases de atuação na defesa dos direitos humanos, excluir alguém porque tem medo daquele que atende. Perigoso por natureza – era isso que queriam que ele fosse. Nem sempre polícia anda armada. Há outras armas, outros tiros e outros alvos. Não queriam mais atendê-lo em casa. Passaram a fazer os atendimentos no Ministério Público. Aí o rapaz foi preso em flagrante, roubava uma bolsa. Vendia droga em casa e tinha uma arma. Então, nos fundos da cela gelada, a entidade gestora que o atendia passou a defendê-lo: levaram mantimentos e colchão porque foi preso noutro estado e não tinha família por perto – nem laudo que o segurasse. Numa cela lotada ninguém precisa olhar nos olhos.

(Diário de campo, 23 de junho de 2011).

Explorando um pouco mais o campo da nossa pesquisa, podemos citar trechos do termo de compromisso assinado pelo encaminhado no momento do ingresso no programa de proteção, que nos dá condições de problematizar a partir das explanações acima realizadas acerca dos ideais historicamente constituídos de moralidade, organização familiar e higiene. Embora parte das cláusulas abaixo tenha sido modificada no documento citado desde 2006, trata-se de práticas recentes e que merecem destaque quando queremos discutir os atravessamentos que constituem o programa de proteção:

Cláusula décima primeira: O Beneficiário se compromete a cumprir as orientações referentes à higiene pessoal que lhe forem transmitidas pelo Contratante.

Cláusula décima terceira: O Beneficiário se compromete a discutir métodos de planejamento familiar, incluindo a adoção de método contraceptivo mais adequado, durante todo o período em que estiver sob proteção.

Cláusula décima quarta: será causa de exclusão do Programa o aumento do núcleo familiar sob proteção, seja por adoção ou adesão de novos membros ao grupo, aí incluindo o matrimônio e o concubinato.

Cláusula décima sétima: o Contratante assume o compromisso de dedicar especial atenção às datas comemorativas, a exemplo de datas natalícias e festas religiosas.

Cláusula décima oitava: o Contratante fará os contatos com o empregador do beneficiário, procurando interceder no sentido de ser preservado o seu vínculo empregatício.

(Documento interno PROVITA/ES, termo de compromisso datado de 2001. Acessado em 03 de novembro de 2011. *Grifos meus*).

No caso do PROVITA, a *proteção* é todo o tempo relacionada a discursos moralizantes do público atendido que, como veremos adiante, é, em grande maioria, composto por pessoas pobres.

Quando questionamos acerca do *o* vem a ser considerado como *proteção* pelo PROVITA, é exatamente essa série de discursos/práticas de invasão das minúcias da vida do público atendido que, grande parte das vezes, em nada se relaciona com o testemunho que ensejou a entrada no programa e ao risco de morte.

Não me parece razoável, para um programa que diz afirmar suas práticas na defesa intransigente dos direitos humanos, que, para que se mantivesse inserido na política de proteção por estar ameaçado de morte, a pessoa devesse cumprir normas de higiene ditadas pela equipe que o atende. Não por acaso o termo referido às famílias que atendemos é *núcleo familiar*.

Quando ela viu, já estávamos na cozinha da casa que dizíamos ser dela. Abrindo a geladeira, pegando utensílios que havíamos emprestado. Quando ela viu, chorou mais que as suas cinco crianças quando abrem o berreiro. Era a sua casa, a sua água, a sua geladeira vazia ou cheia ou. Seus pés pretos e sujos se coçavam, descalços, no chão encardido: “–Não me pediram licença” – dizia. Enxugava as lágrimas e completava: “–Era o meu caixote de guardar louça que vocês pegaram. É de vocês, mas poderiam me avisar que entrariam na cozinha para pegar”. Do outro lado da cidade, nossos sapatos ficam na porta da casa daquele *núcleo familiar* branco – pai, mãe e filho. Pedimos um copo com água, marcamos a hora de chegar para evitar incômodos e desencontros. Definitivamente, não é a polidez de pedir licença que faz com que, numa ocasião, os sapatos fiquem barrados na porta casa e, noutra, as solas vindas da rua pisoteiem a cozinha.

(Diário de campo, 13 de agosto de 2012)

Qual vida é possível de ser suportada pelos limites do programa se não se pode casar, se é preciso discutir os métodos contraceptivos com os casais velhos ou jovens e, ainda assim, se os métodos falhassem, essas pessoas estariam excluídas do programa? Para continuarem no PROVITA, deveriam encontrar na prática do aborto, por exemplo, a saída para a permanência na política de proteção?

Entre socos e pontapés, estava ela, com mil histórias para contar e todos os cinco filhos vivos. Cogitou-se que ela não teria condições de cuidar das cinco crianças com a qualidade devida que uma mãe deve exercer o seu papel. Ela era uma *cachorra no cio*, com sua sexualidade aflorada e transas com homens casados, solteiros e viúvos. Uma bêbada – por muito pouco não passava disso. Com sua vida desregrada, a agonia espalhada sobre a mesa de reunião semanal: o programa não havia mudado sua vida. O Conselho Tutelar convocando que ela fosse uma mãe – como se deve ser. A escola dizendo que assim não se educa uma criança. Ela escorregava como sabão nas mãos dos machos e dos especialistas. Dos salvadores de uma vida que ela recusava. Programa, escola e Conselho Tutelar sambando na espuma do sabão. Era outra a vida que embriagava suas vontades.

(Diário de campo, 25 de julho de 2012)

A atenção às datas natalícias e religiosas parece enriquecer moralmente as famílias que ingressam no programa e a invasão se dá até mesmo em relação ao trabalho encontrado pelo *protegido*. No Natal, ainda hoje, é autorizado um contato telefônico com os familiares das pessoas que estão no programa, bem como um valor mínimo para cada um comprar um presente e uma cesta com itens natalinos é distribuída pela equipe.

Há práticas de criminalização da pobreza e controles minuciosos da gestão da vida dessas pessoas *protegidas*, em grande maioria pobres, que parecem ser, por detrás de um discurso benevolente e *salvador*, práticas de adestramento, docilização e educação dessa gente ainda vista como inferior, verme, imoral, suja e fétida. Que não sabe comer, se vestir, tampouco se divertir. Que precisa ser orientada a se afastar da rua e permanecer, tanto quanto for possível, no conforto e segurança do seu lar. E os profissionais têm sido convocados a reafirmar esses lugares preconceituosos e de intolerância.

Há diários de campo que falam por si.

Fui chamada até a mesa de reunião. Prefiro escrever, porque minha carne parece querer pular para fora da caixa – trêmula que estou. O

discurso era de que, a partir daquele momento, as pessoas que entrassem no PROVITA deveriam passar por um controle alimentar. Esse controle seria baseado em uma dieta com frutas, verduras, legumes e pesagem frequente das pessoas, para acompanhamento de obesidade ou desnutrição. As notas fiscais das compras seriam controladas para garantir a dieta. A balança estava comprada. Fui *convidada* – com certo ar de convocação – a realizar tal tarefa por ser psicóloga. Sim, por ser psicóloga. De pronto recusei, argumentando que, para além daquela atividade não ter qualquer relação com minha profissão, tal postura em nada dizia respeito à *proteção* das pessoas ameaçadas de morte. “– Precisamos proteger a saúde dessa gente” – ouvi. Vergonha de saber que existe uma balança comprada para pesar esse gado *protegido*: quantas arrobas de sofrimento carregam em seus bagos? Angústia de ter a psicologia convocada a controlar até o quanto se come ou se caga. Para antes, a angústia maior de saber que a política de proteção pode produzir inclusive isso: o desejo de querer controlar tudo aquilo que se refira ao indivíduo sob *proteção*. Seu peso, seus exames, seu direito de ir e vir, seus sexos, seus filhos, sua educação, sua fala. Tudo isso para atestar, ao final, no caso de qualquer reclamação, que a proteção realmente foi realizada. Diremos: “Vejam como estavam protegidos! Fizeram exames! Foram à escola! Foram ao médico! Fizeram curso profissionalizante! Cuidaram das suas venéreas!” – atestando a *proteção* com as cópias dos documentos. A psicologia convocada a exercer uma função-general: o que é estar *protegido*?

(Diário de campo, 19 de julho de 2009)

3.2. Chacoalhando os instrumentos: a possibilidade de outros ritmos

Se formos transpor essa discussão iniciada para o que tem se esperado da atuação do psicólogo no Programa de Proteção a Testemunhas, encontraremos linhas que são também atravessadas exatamente pelo desejo de controle das virtualidades dos sujeitos propensos a desviarem das normas impostas para a inclusão e permanência na política de proteção.

Ao profissional da psicologia, espera-se que ele trace um perfil que dê indícios de que o encaminhado se submeterá às normas de segurança. Quais elementos fundamentariam a produção de um parecer nesse sentido?

No artigo 2º da lei 9807/99, está posto que “estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo programa”. De acordo com Nucci (2010), na perspectiva do direito¹⁵, personalidade são os caracteres exclusivos

¹⁵ Aqui, utilizo-me da descrição de personalidade utilizada por um autor do direito. Essa pesquisa não pretende se ater às várias teorias acerca da personalidade no âmbito da psicologia. Interessa, nesse ponto, o uso que tem sido feito deste requisito da lei.

da pessoa, o que distingue um ser humano do outro. Sobre essa maneira de apreender a personalidade quando aplicada à interpretação dos requisitos de ingresso, o autor entende que:

O programa de proteção a testemunha e à vítima exige disciplina, pois há várias regras a cumprir, sob pena de inviabilizar a guarida estatal, colocando em risco a incolumidade de terceiros. Logo, pessoa de personalidade antissocial, por exemplo, avessa ao cumprimento de regramentos, incapaz de receber ordens e manifestamente individualista pode ser um entrave à inserção no sistema protetor do Estado (NUCCI, 2010, p.1110).

Sobre a conduta incompatível, a autor enfatiza que esta se diferencia da personalidade, referindo-se especificamente ao comportamento. Segue um exemplo para ilustrar:

[...] uma prostituta que, inserida no programa de proteção, insista em manter sua atividade habitual de captação de clientela na via pública, exposta e acessível a qualquer pessoa, não se encaixa no perfil restritivo do mencionado programa (ibidem, p.1110).

No cotidiano do PROVITA, várias são as situações em que determinadas formas de comportamento não são consideradas adequadas, embora façam parte das histórias das pessoas inseridas. O trecho a seguir, por exemplo, foi retirado de um documento que responsabilizava uma mulher que, antes de entrar no programa, trabalhava como profissional do sexo, por se comportar de uma forma que não era considerada adequada para a permanência no PROVITA:

[...] por haver, por várias vezes, saído do pouso em horário noturno para frequentar bares do tipo “Toca de Traíra”, em companhia de terceiros, desconhecidos da equipe técnica [do estado onde estava residindo], abandonando seu filho no quarto do pouso. Com isso, descumpriu o que havia convencionado com a equipe demandante, de que deixaria este tipo de vida quando ingressasse no PROGRAMA. Sendo que esta sua atitude é grave e que poderia causar prejuízo à mesma, segue a presente para ADVERTIR a beneficiária, nos termos na alínea “b”, do inciso II, do artigo 10, da Lei 9.807/99, ficando desde já ciente que outra advertência poderá provocar-lhe a exclusão (documento interno do PROVITA/ES, termo de advertência de 23 de janeiro de 2001. *Grifos meus.*).

Este recorte parece bem ilustrativo do quão moralizantes são os discursos que perpassam as práticas do PROVITA. Claro, não se tratam de

discursos originados na política de proteção, falamos todo o tempo de ideais de mãe, de mulher, de família, de comportamentos desejados e que em algum momento foram objetivados como adequados. Mas o que é legitimar esse tipo de discurso dentro de uma política de direitos humanos? Não seria afirmar uma determinada forma-homem que, aliás, é muito distante daquela que frequentemente é encaminhada ao programa de proteção?

Há também presente, a ideia de que o sujeito que burla as normas de segurança ou não consegue suportá-las, o faz por falta de esforço individual ou por características pessoais e intrínsecas. Como se o usuário do programa não fosse iluminado pelo saber que somente o especialista possui, como se não tivesse sido capaz de compreender as normas que foram criadas para o seu próprio bem.

Segue um termo de advertência assinado por uma testemunha, por ter descumprido as regras do programa:

Dos fatos: 'manteve contato telefônico com pessoas fora do parâmetro da proteção, a revelia da equipe multidisciplinar e expôs sua história de vida em detrimento a estória cobertura'.

Dos fundamentos:

A conduta acima elencada caracteriza descumprimento de regras, forte na Lei 9.807/99 e do Manual de Procedimentos do PROVITA, onde regula que são condutas incompatíveis com o Programa, sendo destacadas as descumpridas:

- Apresentar incapacidade de compreender e assumir o respeito às normas de segurança do Programa;
- Comunicação com pessoas fora do parâmetro de segurança estabelecido pelo Programa ou à revelia da Equipe Multidisciplinar;
- Quebra de sigilo, especialmente no que concerne à identidade de integrantes da rede voluntária, locais de proteção e locais de atendimentos;
- Circular em ambientes incompatíveis com a segurança dos Beneficiários;

- Possibilitar sua identificação ou do local de proteção.

(documento interno PROVITA/ES, termo de advertência datado de 26 de março de 2001. *Grifos meus*).

Por detrás de um discurso sutil que se infiltra pelos detalhes mais ínfimos da vida das pessoas *protegidas*, há uma justificativa que delicadamente se coloca como se todas as regras, por mais rigorosas e estigmatizantes que sejam, tivessem o objetivo de zelar pela segurança e *proteger* a vida dos usuários.

Havia uma história que parecia querer justificar o fato de as notas fiscais das compras de supermercado serem acompanhadas e suas quantidades e detalhamento ainda serem pautados em reunião: foi acompanhando as compras que se descobriu que uma mulher que viveu em cárcere privado por mais de uma década só sabia dar sopa de preparo instantâneo para os filhos. “– É para o bem deles” – acreditamos. “– Se não fosse por nós, ela estaria perdida” – nos iludimos.

(Diário de campo, 29 de agosto de 2009)

Se pensarmos no caso das prisões, por exemplo, Foucault (2010) coloca que este é o lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro e se justificar como poder moral. Nas prisões,

[...] o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente ‘justificado’, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem (FOUCAULT, 2010, p.73).

Já no PROVITA, há uma sutileza no exercício do poder, que é envolvido por um discurso que mascara uma série de invasões, julgamentos, restrições e punições com a ideia de que é para o bem do usuário atendido pelo programa, como se na defesa dessa vida ameaçada fosse justificável toda forma de invasão à privacidade, como se o sujeito devesse se curvar prontamente a todas as regras impostas e que, caso não consiga se submeter às restrições, a exclusão é somente um indicativo de que ele não fez por merecer a permanência na política de proteção.

Os discursos-práticas que compõem o funcionamento do PROVITA, acabam por colocá-lo no território do benefício, do privilégio, do favor, e não como uma política a qual se tem o direito de acessar por necessidade.

As mulheres viviam correndo do homem que queria matá-las. O homem estava solto e o juiz documentou que, se elas estavam protegidas, então ele não precisaria mandar prendê-lo. As mulheres correram uma vida antes e outra durante o tempo no PROVITA. E nós, enxugando gelo. Ele chegou perto por algumas vezes, segundo as pistas que tivemos. Elas se mudaram para uma cidade, depois outra e mais outra. Cansaram. Sofreram mil vezes três cidades. E novamente precisariam se mudar. Caso não aceitassem a nova mudança de cidade, seriam excluídas. A segurança acima de tudo. Por mais que lutemos contra os discursos que saem da boca, acabamos dizendo que: “elas não perderiam a *mamata* que é o programa”. E chegamos a achar, também, que elas inventaram

situações para que pudéssemos trocá-las de cidade. No fim, elas pediram o desligamento. E disseram que não aguentavam mais viver fugindo. É... comer, beber e morar debaixo de um teto de concreto não é tudo que se deseja na vida. Antes, elas desejavam viver.
(Diário de campo. 19 de novembro de 2012).

Em meio a tantos entraves, tantos discursos e forças com diferentes tons que atravessam o cotidiano da política de proteção, como pensar a atuação do psicólogo neste espaço?

Antes, com qual postura o psicólogo é chamado a atuar no PROVITA, considerando que, após o ingresso, se espera que ele possibilite a adesão da testemunha e seus familiares às normas de segurança? Uma psicologia ocupada em sujeitar indivíduos, em marcar os territórios de uma normalidade esperada, fora da qual, o sujeito perde o direito de ter sua vida *protegida*? Uma psicologia que não sorri, que não vibra, que afirma o lugar do especialista como aquele neutro, asséptico, afastado de todos os efeitos dos encontros?

Chamaram a minha atenção por ter aceitado uma xícara de café na casa de uma família. “– Isso não é ser profissional, temos que nos distanciar dos usuários!” – me instruíram. “– Eles precisam saber que não somos amigos deles!” – continuaram. “– Não podemos ficar dando risada, falando amenidades! Eles confundem as coisas!” – alertaram. “– Outro dia, um perguntou o dia do meu aniversário e se eu era casada!” – disse a colega. A orientação era de que nós deveríamos saber tudo deles e eles, nada de nós. Desde então, passei a negar todos os bolos e cafés. Hoje, numa visita, a dona da casa havia preparado um pudim de pão para nos receber. Educadamente neguei, conforme estava orientada. Ela, de pronto, abriu o vozeirão nordestino: “Vocês nunca aceitam nada que eu ofereço... vocês têm nojo da minha comida?!”

(Diário de campo, 13 de março de 2009)

Como se a história pudesse ser cortada com uma lâmina, a psicologia idealizada para atuar no programa de proteção parece todo o tempo estar voltada para uma prática neutra e com a identificação de uma vida psíquica interiorizada, em detrimento de um mundo exterior.

Tornada uma essência e identificada como ‘interioridade’, a vida psíquica é separada do exterior, perde sua relação com o social e com isso, sua força política. As práticas culturais, econômicas, históricas, sociais e o próprio discurso científico não serão apontados como possíveis produtores dessa vida psíquica, que dirá respeito ao indivíduo e aos especialistas encarregados de desvendá-la, tornando a vida privada uma conquista individual à margem da história... (BICALHO; REISHOFFER; KASTRUP, 2012, p.06).

Esta separação entre interior e exterior, como vimos, foi motivada pelo discurso de uma objetividade científica que propiciava a separação entre sujeito e objeto, público e privado. Ao especialista dá-se a função de desvelar as verdades intrínsecas dos sujeitos, tornando a história linear e o saber supostamente universal.

Até 2011, o termo de compromisso do PROVITA/ES, assinado no momento do ingresso no programa, colocava sob a responsabilidade da equipe o encaminhamento do usuário para acompanhamento psicológico somente nos casos em que fosse identificada a necessidade de amenizar os efeitos do fato testemunhado. Além disso, há a extrema preocupação em acompanhar o desenvolvimento escolar das crianças, o bem-estar da família e toda e qualquer atividade nas quais os usuários se insiram.

Cláusula décima: O contratante assume a responsabilidade em fornecer acompanhamento psicológico ao Beneficiário, visando a redução de estresse porventura adquirido do fato violento objeto de seu testemunho, durante a sua permanência no PROVITA, assim como acompanhamento psicológico familiar, acompanhamento do rendimento escolar das crianças e adolescentes sob proteção e acompanhamento e avaliação das atividades de capacitação profissional (documento interno PROVITA/ES, termo de compromisso datado de outubro de 2007).

Será que a convocação do psicólogo a atuar desta maneira realmente está preocupada com a testemunha? Ainda que essa forma de atuação fosse justificada pelo interesse de um testemunho qualificado, como fazer a separação daquele que testemunha – a pessoa com sua história, suas marcas, as inscrições em seu corpo – do fato testemunhado?

São algumas das questões que atravessam a atuação do psicólogo e que convocam ao desafio de trair as expectativas. E, embora as pontuações aqui colocadas se voltem especificamente para o PROVITA, é importante dizer que não é somente na política de proteção que o discurso neutro e competente é convocado a falar. Percebe-se o chamado desses dominadores da verdade a cada assunto elencado como importante, por exemplo, pela grande mídia.

Há a afirmação de uma série de modos de pensar, se vestir, se comportar e de identidades-modelo propagadas em escalas assustadoras em cada âmbito da vida: aqueles que ensinam a educar os filhos, os que ensinam a se alimentar, os que ensinam a se vestir, a maneira adequada para se

encontrar emprego, a forma ideal de amar, etc. Sempre rotulando e universalizando as formas de amar, vestir, pensar e se comportar, e segregando entre adequadas e inadequadas de acordo com um padrão estabelecido.

As questões levantadas, como explanamos, são encontradas na história e, portanto, não se limitam ao PROVITA. Mas aí está o papel da desnaturalização: compor novas práticas, desnutrir as essências, criar outros modos de conduzir a política de proteção.

Os discursos moralizantes atravessam e constituem uma série de saberes e perpassam, também, as práticas do programa de proteção.

O perigoso discurso de que as normas de segurança são aplicadas para o bem dos usuários, bem como de uma reforma moral com a imposição de limites que essas pessoas supostamente nunca tiveram, ou, ainda, da entrada no programa como a única alternativa para salvar a vida de alguém, produz uma relação de onipotência da equipe frente a um usuário impotente.

Esse usuário impotente, vítima de condições precárias de sobrevivência e indivíduo faltoso, precisará do amparo e tutela dos profissionais da política de proteção para ter sua vida resgatada de algum estágio inferior, rumo a um progresso do homem, a uma evolução.

A representação do PROTEGE¹⁶ para essas pessoas se aproxima a um 'chamado da fada madrinha', pois os resgata do risco de morte, lhes fornece alimentos, vestuário, casa e mobília para seu bem estar, possuem acompanhamento médico e psicológico. Essa nova realidade, torna-se conflituosa, pois a grande maioria dessas pessoas nunca teve o que o Programa fornece, o que não é muito, é o mínimo da dignidade humana . [...]. A 'vida entre parênteses', experienciada pelas testemunhas protegidas, nos faz perceber a grande diferença de pensamentos que elas desenvolvem desde sua chegada a sua saída do Programa, elas redescobrem ou descobrem seu valor como cidadãos, se sentem seguras e acolhidas, assistidas em suas necessidades básicas e tornam-se mais confiáveis em si e passam a confiar e respeitar os outros (VARGAS, 2008, p.118).

Ou seja, a ideia de que a pobreza não é digna e que a felicidade está diretamente ligada a padrões burgueses de existência perpassa as nossas

¹⁶ Embora a citação tenha sido retirada de uma dissertação de mestrado elaborada por uma assistente social do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas – PROTEGE –, que também faz parte do Sistema Nacional de Proteção, seu conteúdo em nada se distancia do que aqui queremos afirmar em relação aos discursos que perpassam e constituem o PROVITA.

práticas enquanto profissionais dos programas de proteção. Associar o programa a um “chamado da fada madrinha” é uma forma de acolher o discurso da onipotência da equipe que precisa tutelar esses seres menos humanos e iluminá-los, rumo a uma submissão que os tornaria mais respeitáveis e respeitados. Novos bárbaros?

É preciso estar permanentemente à espreita ao que nossas práticas têm legitimado, a que e a quem têm servido os lugares de saber-poder por nós ocupados. E é preciso estar atento, pois os profissionais do psiquismo (BAPTISTA, 1999) não se restringem aos psicólogos.

Segundo Baptista (1999), esses profissionais amolam seus discursos como facas, e com seu saber, cortam e enfraquecem a vida através de estratégias sutilmente dissolvidas no cotidiano, pequenas posturas que microscopicamente se colocam de modo a definir os desviantes, prescrever e palestrar por modos aceitáveis de ser e existir no mundo, despolitizando as situações e colocando-as no terreno das particularidades.

Com ares de neutralidade e sem qualquer aparência cruel ou assustadora – muito pelo contrário – esses profissionais amolam suas facas e se aliam a práticas que contribuem para a intimização¹⁷ da vida e a materialização de preconceitos e violências.

Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva (BAPTISTA, 1999, p.46).

E quem são os amoladores de facas? Onde eles habitam?

Esses profissionais do psiquismo, esses amoladores de facas podem ser encontrados em textos, falas, discursos, modos de pensar e viver que permeiam escolas, advogados, psicólogos, assistentes sociais, padres, programas de proteção, famílias, prefeitos (BAPTISTA, 1999). Eles podem nos habitar timidamente, em posturas microscópicas que disseminam os fascismos incrustados em nosso comportamento.

E podem ser essas as posturas convocadas a falarem em nome dos outros, por detrás de seus jalecos e lupas muito bem afiados. Cada vez mais

¹⁷ “Intimizar a vida quer dizer colocá-la para dentro, destituí-la da história das práticas humanas, esvaziando sua multiplicidade de formas e conexões.” (BAPTISTA, 1999, p.34).

especialistas têm sido convidados a explicarem a realidade a partir de dados objetivos validados como científicos, pois, como vimos, foi produzida a ideia de que com essas figuras está o saber e que são eles, os especialistas, os detentores de uma verdade válida dentro de um estatuto que os torna competentes e no encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Há como escapar dessas posturas autoritárias? Como recusar qualquer tentativa de falar no lugar do outro, nos rastros de Deleuze (1992)?

Talvez precisemos questionar a partir de quais discursos temos fundamentado nossas práticas. O que temos legitimado? Temos usado nossos lugares para matar a vida ou afirmar outros modos? Temos validado o discurso científico em detrimento do saber do usuário do PROVITA, do saber não-acadêmico, dos saberes que se fazem nos vãos das ruas, nas bocas de fumo, nas vielas, nas beiras de estrada? E Foucault (2010) nos alerta:

[...] que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem 'é uma ciência?' Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem 'menorizar' quando dizem: 'Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista'? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? (FOUCAULT, 2010, p.172).

Em qualquer espaço que se ocupe, é preciso incessantemente problematizar nossas práticas e recusar qualquer tentativa de tornar a vida miserável, de fazer a vida submissa, de reforçar os preconceitos. Não é fácil, não há fim para esse tipo de luta. Trata-se de afirmar uma postura combativa. Postura diante da vida e do próprio saber de modo a tentar combater com nossas práticas os efeitos de poder próprios a um discurso considerado científico, como nos afirmou Foucault (2010).

Combater esse tipo de efeito de poder é rever, por exemplo, como temos considerado o que nos falam os *protegidos*, como temos utilizado o que sentem a partir das experiências que nos são colocadas do que é passar pelo programa de proteção, para avaliar e construir a própria política. Será que o usuário tem efetivamente sido considerado nos projetos daquilo que se almeja para a política de proteção? Trata-se, como colocou Foucault (2010),

[...] de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquiza-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (p.171).

Em meio às regras que tentam uniformizar os *protegidos*, homogeneizar e enquadrá-los em modos de viver, sentir e se comportar desejáveis para o padrão burguês que sustenta as normas de ingresso e permanência no PROVITA, talvez o principal papel da equipe seja o de tentar afirmar a vida em sua multiplicidade, especialmente nos momentos em que os escapes acontecem.

Seguimos com Deleuze (1976), quando diz que “afirmar é aliviar: não carregar a vida com o peso dos valores superiores, mas criar valores novos que sejam os da vida, que façam a vida leve e ativa” (p. 20). É preciso afirmar a potência da vida de escapar a toda forma de uniformização e recusar a violência que significa tentar fazer com que todas as formas de vida se encaixem nas mesmas e universais regras.

Apesar das tantas durezas que compõem as discussões e as formas de condução das situações no programa, é importante ressaltar que pequenos escapes são também produzidos pela equipe, quando consegue deslocar o pensamento acostumado para caminhos que se arrisquem a questionar as práticas naturalizadas.

Ela havia recebido as filhas em casa e isso era uma quebra de norma – das gravíssimas. Eram filhas degeneradas as dela. Traficantes. Namoravam meninos que usavam armas, foram presas pela vida afora. Tinham antecedentes criminais aos montes – para outras vidas até. E veio o medo de, após o desligamento dessa mulher, ela, que nunca roubou um pão, mas que se acreditava na sua intelectualidade para criar filhas criminosas, pudesse perseguir a equipe do programa para se vingar da exclusão. Foi sugerido que trocássemos os telefones por medida de segurança. A colega interrogou: “mas nós não deveríamos trocar os telefones para que os acusados não encontrassem as testemunhas?”. O nosso medo era da testemunha.

(Diário de campo, 20 de novembro de 2012).

O questionamento da colega delicadamente recolocou o programa em uma função diferente daquela que ele estava se prestando. E fazer esse tipo de movimento numa política em que leis e práticas com contornos fortemente

endurecidos e naturalizados são muito bem amarradas, é uma tarefa muito importante e urgente.

Sobre o preenchimento do requisito fundamental para ingresso da testemunha no PROVITA, que disparou toda a discussão lançada nesse ponto, a equipe psicossocial (assistentes sociais e psicólogas) tem preenchido este item sempre afirmando a disposição e interesse que os próprios encaminhados dizem ter em ingressar no programa.

Ao mesmo tempo, tem-se colocado a impossibilidade de a equipe prever a condução das normas de segurança, já que não há elementos que legitimem qualquer afirmação nesse sentido. Se há a obrigatoriedade no preenchimento deste requisito, que a forma como as páginas são escritas procure combater o seu próprio objetivo, qual seja, prever comportamentos e escolher um perfil específico de testemunha a ser inserido no PROVITA.

Sempre há escapes. Lentos escapes, poucos escapes, mas que delicadamente afirmam outras práticas possíveis. Quando não é possível encontrá-los, que nos esforcemos para criá-los.

3.3. Modulando testemunhas: a triagem, o ingresso e as normas de segurança

A segunda etapa para o ingresso chama-se triagem, e tem como objetivo:

[...] subsidiar a equipe, conjuntamente com a análise jurídica do caso, na confecção do parecer técnico interdisciplinar, que será submetido ao Conselho Deliberativo do Programa, como também trazer as necessidades e possibilidades daquele núcleo familiar, norteadas a escolha do local de proteção e o plano de trabalho da equipe interdisciplinar (PROVITA/SP, 2008, p.49).

Com os requisitos preenchidos e o parecer preparado a partir dos encontros da triagem, o relatório é submetido à avaliação do conselho deliberativo – CONDEL –, que pode decidir contrariamente ao entendimento da equipe.

Do encaminhamento até a decisão do conselho deliberativo, o PROVITA não dispõe de local para acolher provisoriamente os encaminhados. Tal incumbência seria dos meios convencionais de segurança pública, mas, na prática, este serviço não é ofertado de acordo com a necessidade, tampouco com a intensidade da demanda por *proteção*. Assim, grande parte dos encaminhados acaba por buscar acolhimento da casa de familiares e, não raro, relatam passarem dias e até semanas sem saírem de casa, por medo, aguardando a resposta do conselho deliberativo acerca do ingresso.

Apesar de senhora de mais de quarenta anos, a mãe sempre acompanhava os nossos encontros. Perguntava, questionava. "Meu coração fica quase pela boca, *fias*, mas sei que lá onde vocês colocarem ela, ela vai dormir e ter a vidinha dela outra vez" - Dizia com olhos-de-mãe, daqueles que as mães copiam umas das outras. E a conversa seguia. Logo mais, vinha a voz orgulhosa: "Ela limpa uma casa como ninguém, vocês vão ver! E a comida dela é muito boa! Ela é muito caprichosa com tudo!". O último encontro havia encerrado e só precisaríamos aguardar o retorno da reunião do conselho deliberativo. E a mãe, então, disse que aqueles calos em seus joelhos eram de rezas firmes ao chão para que Deus permitisse que a filha passasse nesse programa. Que com a fé do Deus que tem poder, ela conseguiria alcançar essa graça. Alcançar essa graça. Alcançar essa graça! Essa confissão feita a mim, que nem tenho o poder daquele Deus, fez-me sentir um patrão atrás do balcão de empregos, prestes a pendurar a placa: "Não há vagas". Temos facas nas línguas. E os encaminhados pedem ao Deus que nossas navalhas ceguem. A reza-de-mãe fez crer que precisamos apostar em navalhas que cortem coisas mais amargas do que o simples direito de acesso ao programa de proteção. A prece dela não é vã. E ninguém reza de joelhos por acaso.

(Triando angústias. Diário de Campo. 24 de março de 2011.)

Com a deliberação positiva do Conselho, a pessoa torna-se usuário¹⁸ do programa de proteção e no dia de sua mudança para uma nova residência, é assinado um termo de compromisso que estabelece os limites de atuação do programa e compromete os usuários ao cumprimento das normas por ele prescritas.

¹⁸ No passado, o termo *beneficiário* era utilizado, referindo-se aos *protegidos*. Não somente uma mudança de nome, mas a mudança do termo para *usuário* parece ter indicado um esforço para reconhecer o acesso ao programa como direito e o *protegido* como usuário deste serviço que lhe é de direito. Uma tentativa sutil, mas importante, de começar a retirar a entrada no PROVITA do território do *benefício*, do *ganho*, do *privilegio*, como se ingressar na política tivesse sempre o peso de uma troca por condições mínimas de sobrevivência.

Sobre o modelo de *proteção* a ser aplicado, segundo a lei, podem ser aplicadas medidas de acordo com a gravidade e as circunstâncias de cada caso. A lei compreende as seguintes medidas em seu art.7º:

- I – segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;
- II – escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;
- III – transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;
- IV – preservação da identidade, imagem e dados pessoais;
- V – ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desenvolver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;
- VI – suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar;
- VII – apoio e assistência social, médica e psicológica;
- VIII – sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;
- IX – apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal (BRASIL, 1999).

Adaptando a lei para a forma como é aplicada pelo programa, a medida de segurança básica para qualquer pessoa que ingresse no PROVITA é a mudança de residência para um local com o qual ela não possua qualquer tipo de ligação, e que só saberá qual é no dia de sua mudança. Os familiares ou qualquer outra pessoa que fique na cidade, não têm acesso à informação do novo estado ou município de alocação dos *protegidos*.

Além disto, torna-se obrigatório para permanência no programa o comparecimento para prestar depoimentos e esclarecimentos sempre que a testemunha for intimada pelas autoridades. Esse deslocamento para as audiências é realizado com escolta policial. Sobre as obrigações eleitorais, as testemunhas *protegidas* pelo PROVITA têm seus votos justificados pelo programa, ou seja, não exercem o direito ao voto.

Caso a pessoa recuse-se a prestar o depoimento ou retire, durante a audiência, o conteúdo que subsidiou a denúncia, ou seja, retire o depoimento perante o juiz, também pode ser excluída do programa.

Era dia de audiência. Toda a tensão de uma audiência, e eu acompanhei a testemunha com a escolta da polícia federal. Caso gravíssimo. Policiais fortemente armados, observando tudo ao redor,

preparados para qualquer movimentação que pudesse representar perigo para a testemunha. Ela se colocou de frente pra o juiz, que leu os depoimentos prestados anteriormente, solicitando que os confirmasse. Ela não confirmou. Mais: ela retirou o que havia dito. O juiz se irritou, disse que poderia responder por falso testemunho. Ela deu os ombros. O juiz se irritou ainda mais, disse que ela estava no programa de proteção e perguntou se tinha medo. Ela disse que não. O juiz, bravo, perguntou por que ela estava no programa de Proteção. Os advogados de defesa me olhando, com sorriso no canto da boca. A escolta com uma interrogação na testa, como se me perguntasse o que estava fazendo ali. Eu pensando: “Ela tem medo. Ela tem medo”.

(Diário de campo. Setembro de 2010.)

Em situações como esta, fica claro que apesar do distanciamento geográfico do local onde o crime aconteceu e de todas as normas de segurança, o modelo de *proteção* proposto não foi suficiente para que o testemunho fosse garantido. A preocupação, contudo, está voltada para a testemunha: as rígidas normas de segurança, além de garantirem que as testemunhas não sofram atentados devido às denúncias realizadas, têm conseguido produzir nestas pessoas o sentimento de estarem *protegidas*?

Sobre as normas de segurança, inicialmente, não é permitido o uso de telefone fixo ou móvel ou acesso à internet. Em relação aos contatos telefônicos, eles são garantidos esporadicamente, com pessoas muito próximas dos *protegidos*, e são realizados com o acompanhamento da equipe. No PROTEGE, é fixado tempo para a sua duração.

Quando entrei no PROVITA/ES, a orientação era de que o técnico ficasse atento às falas do usuário durante o contato, para atestar que ele não dissesse ao interlocutor qualquer informação que pudesse localizá-lo. Contudo, nas reuniões de equipe, acabavam por serem expostas situações mencionadas na conversa entre o *protegido* e seu familiar e especulações sobre os diálogos realizados, que em nada diziam respeito ao local de *proteção* ou a situações que pudessem fragilizar sua segurança.

Hoje ouvi como se faz o repasse, em reunião, de um contato telefônico. Ensinaram-me que proteção é muito maior do que eu possa imaginar. O que se relatava na reunião era a avaliação sobre o que as pessoas falaram ao telefone. Se demoraram a terminar a ligação, se disseram amenidades, se estavam descontraídos ou tímidos. Se o assunto era importante para o técnico ou não. Sei lá. Proteção ainda é muito maior do que eu posso imaginar. Vou aprendendo.

(Diário de campo. 17 de novembro de 2008.)

A atenção aqui deve ser dada, principalmente, aos elementos que compõem a chamada *proteção*: julgar o tempo de uma chamada ou a importância de seu conteúdo a partir dos próprios referenciais é considerado *proteção*. O que é estar *protegido*? *Protegido* de que ou de quem?

Nesse exemplo, bem simples, pode-se pontuar que o programa tem em seu modo de funcionamento uma postura constante de fiscalização em relação às normas de segurança e infantilização do protegido.

“– Como ela pediu roupas do programa porque precisava, se eu contei, e ela tem quinze calças?” E alguém completou: “– E o marido antes de entrar no programa fumava Derby, agora resolveu fumar Carlton”. Outro finalizou: “– Comeram cinco sacos de arroz esse mês, devem estar usando comida para fazer dinheiro, só pode!” – Estou no auge da minha angústia: onde está mesmo o interesse do programa de proteção?

(*Fazendo tricô*. Diário de Campo. 13 de janeiro de 2010)

Já os presentes a serem enviados pelos usuários, são verificados pela equipe. Etiquetas atentamente observadas, embrulhos desfeitos e remendados. Assim acontece com qualquer embrulho que chegue para os usuários por seus familiares ou amigos ou vice-versa.

Ele chegou de outro estado e era apaixonado por futebol. Tinha uniformes de times e agora, as lembranças de cada história ficaram grudadas nas camisas. Na bolsa de viagem onde guardava os uniformes, o estado de onde viera estava estampado com orgulho. Não lhe foi permitido seguir com a bolsa de viagem, porque identificava seu estado de origem. Foi orientado que tirasse as logomarcas dos uniformes. Descosturasse os emblemas das camisas e calças. Que graça teria a camisa do time do coração sem o escudo? As memórias – por sorte – não há procedimento de segurança que as impeça de seguir.

(Diário de Campo. 05 de setembro de 2011.)

Em relação às cartas, elas passam pela leitura da equipe antes de serem entregues aos seus destinatários. Para a realização desse procedimento, semelhante ao que acontece nos presídios, a equipe é orientada a ficar atenta a qualquer informação que possa dar indícios para a localização dos *protegidos*. Há situações em que o usuário é orientado a modificar trechos da carta considerados arriscados.

Diz o termo de compromisso assinado no momento de ingresso no programa:

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Fica autorizada, pelo (a) Usuário (a), a abertura de toda e qualquer correspondência a ser enviada ou recebida, pela Equipe Técnica, estando cientes que este ato se justifica pela preservação da segurança da família, da Equipe que atende e da rede de proteção que estão inseridos. Considere-se também que devido à autorização, o ato praticado não contraria o artigo 5º, XII DA CF/88 e artigo 151 do CP (documento interno do PROVITA/ES, termo de compromisso. Acessado em 10 de agosto de 2011).

Esse procedimento de leitura das cartas teria surgido da necessidade de controle das informações que os *protegidos* passam para seus familiares, que podem identificar o lugar onde passaram a residir com a entrada no programa. Contudo, se essa informação é controlada pela equipe, qual seria o objetivo de se fiscalizar as cartas e presentes enviados pelos familiares e amigos para os *protegidos*?

O objetivo, segundo os profissionais que atuam desde o surgimento do programa no Espírito Santo, estaria relacionado à preocupação da equipe em prever e ter o controle das reações dos *protegidos* a partir das informações que seriam repassadas. A inserção deste procedimento teria se dado devido ao fato de um protegido ter desmaiado ao ler uma carta enviada por um familiar, em que continha a notícia do falecimento de um ente querido. A equipe entendeu que se soubesse antecipadamente das notícias a serem repassadas pelos familiares através das cartas, poderia preparar o *protegido* para recebê-la.

Nessa mescla de caridade e controle excessivo de tudo aquilo que envolva a vida de quem entra no programa, nessa necessidade de *proteger* os *protegidos* dos sentimentos que compõem a vida (e a morte), onde fica a dignidade de passar mal ao ler sobre o falecimento de um familiar, com a atenção devida que o autor da carta teve ao repassar a notícia? Onde fica o direito da família – que não assinou termo permitindo a leitura de cartas e presentes como os *protegidos* fizeram – de repassar informações que não gostaria de compartilhar com o programa?

A que se submete a vida quando se considera necessário que para a *proteção* seja fundamental ler as cartas, vasculhar os presentes e submetê-los a um olhar especialista? Antes: o que se quer do *protegido* quando se pede que ele assine um termo, sem o qual não entra no programa, permitindo a leitura das cartas pelos técnicos?

Que fique claro: a questão colocada não se direciona a eficácia desse tipo de procedimento, embora ela seja também discutível. A preocupação é com a vida e os procedimentos aos quais ela é submetida em nome desta forma de *proteção*.

Vale colocar que os *protegidos* não podem utilizar o correio para o envio das cartas e presentes, pois o envio identificaria o endereço, que é sigiloso. Todas as correspondências são repassadas para a equipe, que distribui para os destinatários. Da mesma maneira o programa lida com as correspondências dos familiares para os *protegidos*. PROVITA-correio, técnico-carteiro.

Para a equipe, realizar esses procedimentos não é simples. O sentimento que os usuários do programa colocam de se sentirem invadidos, muitas vezes, para os técnicos, é sentido do lado de quem está invadindo, além da privacidade, a vida das pessoas. Os detalhes tão miúdos que falam de cada vida e que só dizem respeito àqueles com quem gostaríamos de dividir.

Ler uma carta pode ter para o técnico o peso de ler os segredinhos editados por quem os escreveu, porque o remetente sabe que antes do destinatário, a carta passará por outros olhos famintos por falhas, por quebras nos acordos feitos em relação às normas de segurança. O técnico acaba por saber das saudades, das dores, das alegrias e do que só as canetas conseguem fazer deslizar.

Estava eu, com aquelas mãos sujas e coração impróprio lendo mais uma carta que não foi escrita para mim. *Sujas* é modo de dizer, porque eu havia lavado as mãos. Mas eram mãos sujas e imundas as minhas, porque a carta tinha o cheirinho dela. De mãe verde no talo. De chorinho estalando o olhar e a ponta da caneta. E a dor de botar na balança o peito seco de leite e a saudade farta e o medo e a segurança que acreditávamos todos que ela tivesse lá, no fim do mundo onde passou a residir. Ou no começo de um mundo que não escolheu. Ou. É sempre pelos meios que se está. E era lá que ela estava: pelos meios, aos meios até. Como Deus ou o capeta, filtramos o céu ou a nuvem onde pousaria a moça que agora chora. Era o céu. Era por uma nuvem leve que todos torcíamos. Agora ela chove nas entrelinhas. Não nos escreveu, mas disse em cada olhar. E contou ao destinatário certo que seu destino incerto lhe matara noites de sono. Por segurança. E que ponderava a essa altura da vida jovem e filho recém-nascido, se era disso que a vida se tratava. E que avaliava se ganhar o abraço da avó que não viu o bisneto nascer seria mais arriscado do que aquela morte que lhe tocava a pele toda noite mal-dormida de lembranças vivas e choros de bebê em cólicas. Perguntava-se se valia a pena, se era assim que o Deus Pai Todo Poderoso preparava o futuro numa nuvem fofinha para os seus filhos. E dizia que orava por aqueles que não podia ver. E que não era feliz e que estava perto de custar o preço da própria vida a

proteção da vida. Da vida outra. Que selar a carne poderia lhe custar as alegrias todas. E me entregou a carta aberta, pois sabia que era meu o ofício de ler as cartas-navalha dos coraçõezinhos aos pedaços. Eu levei a carta aberta para que a mensagem respirasse e enquanto lia, a nuvem carregada de chuva passou por aqui.

(Diário de Campo. 07 de novembro de 2011.)

Com Maria do Socorro, em várias situações, esse desejo de controle do programa sob a égide da *proteção* ficará claro e também se mostrarão os escapes dos *protegidos* para burlarem toda essa rigidez imposta.

Com o passar do tempo e com as discussões nos seminários anuais que reúnem os profissionais, entidades e autoridades envolvidos na execução do programa, novas posturas têm sido possíveis, por exemplo, de permitir que o usuário fale ao telefone sem que a equipe ouça sua conversa, apostando nos acordos.

Contudo, no caso de os acordos serem quebrados e o *protegido* infringir alguma das normas de segurança, há a aplicação de termos de responsabilização, que influem negativamente sobre sua permanência no PROVITA. Há o esforço para que quem diga se quebrou ou não a maioria das normas de segurança seja o próprio usuário. Porém as lutas entre as versões das histórias ainda compõem desgastantes duelos onde o *protegido* geralmente é desfavorecido.

Minha função era dar a notícia de que ele sairia do estado. Que a equipe do Espírito Santo havia decidido que não prosseguiria com seu acompanhamento porque entendia que ele estava correndo perigo aqui. Ele havia dito para a própria equipe que fizera ligações para familiares que moram fora do estado e que havia enviado um presente para a filha, que mora no estado onde o crime denunciado aconteceu. Então eu disse que seu endereço estaria no embrulho, além do carimbo do correio, o que o localizaria. E que, por isso, a equipe havia entendido que ele não deveria continuar aqui. Que havíamos informado do acontecido para a equipe do estado de onde ele viera e que não sabíamos se decidiriam pela sua exclusão ou pela transferência de estado. Pela transferência para o quarto estado, em um ano e meio. A expressão foi de um espanto desesperado: “– Mas quem disse que eu enviei o presente daqui do Espírito Santo?”. Um buraco se abriu: “– Você não disse que enviou um presente para a sua filha?” – perguntei. “– Isso eu disse! Eu enviei mesmo. Mas não foi daqui. Liguei para o meu primo, que mora em outro estado, e pedi que ele mandasse, porque não sei o endereço de cabeça e nem tinha dinheiro para comprar e mandar o presente!”. “– É, dessa parte a gente não sabia...” – respondi. “– Eu não falei porque ninguém me perguntou” – deu o xequi-mate. Quem foi que disse que ele havia mandado um presente daqui do Espírito Santo? Foi a equipe. E por que a equipe não perguntou a ele?

(Diário de Campo. 25 de agosto de 2012)

Buscando orientar os programas com diretrizes, normas e referências para os programas estaduais e federal, a portaria nº 1.772 de 16 de agosto de 2011, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicou o Manual de Procedimentos do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

O documento foi redigido com a participação dos atores do programa, através de suas instâncias de representação e, apesar das críticas à uniformização das práticas em estados com tantas diferenças culturais e conveniais, o manual de procedimentos tem se colocado como importante instrumento na potencialização de discussões que apontem para outras posturas no modelo de *proteção* hoje executado.

Através dele, foi possível pautar com maior força discussões sobre o atendimento aos usuários de drogas, pensando-se na redução de danos como estratégia de cuidado, por exemplo, diferente da abstinência e dos termos de responsabilização, que eram as posturas adotadas – sim, houve o tempo em que termos eram aplicados pelo fato de pessoas usarem drogas no programa de proteção.

Outro ponto importantíssimo foi a obrigatoriedade de, no caso de exclusão por parte do conselho deliberativo, o usuário ser informado de tal decisão, de modo a ser garantido o exercício da ampla defesa e do contraditório, que nada mais é do que uma possibilidade legítima de o *protegido* ir de encontro a decisão do conselho e requerer a sua permanência no programa.

O PROVITA/ES teve sua primeira experiência neste sentido em maio de 2012, quando, depois de passar por dois estados com sequenciadas quebras de normas, um usuário entrou em processo de exclusão. A garantia do direito ao contraditório contou com elaboração de parecer da equipe técnica e defesa tecida pelo advogado do usuário, que foram apresentados em reunião do conselho deliberativo do PROVITA/ES. A deliberação do conselho deliberativo – CONDEL – foi, ao contrário do parecer da equipe, pela permanência do usuário no PROVITA.

A própria equipe do PROVITA/ES, a partir da experiência relatada, começou a esboçar uma série de críticas em relação à forma como a garantia

do contraditório tem se dado, por exemplo, pela instância que decide a favor ou contra a permanência do usuário no PROVITA ser o próprio conselho dos programas, que tem proximidade com a rotina do PROVITA e da equipe.

Além disto, a forma de gestão desses espaços tem sido de tensão para ambas as partes. De um lado, a acusação por parte da equipe, que tenta provar através de fatos as quebras de norma do usuário e justificar o pedido de exclusão. E, do outro lado, a defesa por parte do usuário, que expõe minúcias de sua vida na tentativa de continuar *protegido*. Novos tribunais se fazem dentro do espaço do PROVITA, quando poderia ser mais um espaço de conversa e novos acordos.

No caso da experiência mencionada do Espírito Santo, o conselho deliberativo afirmou para o usuário que ele não teria mais direito ao contraditório caso sua exclusão fosse apontada pela equipe e decidida pelo conselho. Ou seja, decidida a exclusão pela segunda vez, que é solicitada ao conselho a partir da avaliação da equipe, o usuário não teria mais o direito de solicitar a sua permanência no PROVITA/ES. Isso quer dizer que, apesar da construção desse espaço, a decisão em última instância acaba sendo unilateral.

Uma interrogação mancha a folha: o que diferencia o primeiro momento, que pôde contar com a garantia do direito ao contraditório, do segundo, já que seria um novo momento, com outros apontamentos ou justificativas para o pedido de exclusão do usuário? Será que há uma estigmatização do usuário que já tenha quebrado normas, que impede que ele seja ouvido sobre a motivação de suas quebras ao longo do programa, nos diferentes momentos de sua vida?

Apesar das críticas, porém, considero importante a conquista desse espaço, embora precário, e que precisa, sim, ser repensado, mas que possibilita que as vozes dos usuários também sejam ouvidas no ato da exclusão, que até pouco tempo era realizado desde o início de maneira unilateral por parte do programa.

Muito embora o manual de procedimentos tenha trazido consideráveis avanços, podemos notar em seu art. 39, que versa acerca “Do Compromisso com a Segurança” por parte do usuário, que as condutas exigidas podem ser extremamente violentas por se infiltrarem, inclusive, no que de mais sutil

compõe a vida das pessoas, de qualquer pessoa – ameaçada ou não. Versa o referido artigo:

Art. 39 – O usuário é co-responsável pela segurança, devendo assumir os seguintes compromissos considerados como basilares a sua condição de protegido:

I – Firmar Termo de Compromisso com o programa, anuindo com as medidas adotadas para a sua proteção;

II – Manter sigilo sobre a sua história e, sobretudo, quanto se refira à sua condição de protegido;

III – Adotar postura discreta de forma a evitar a notoriedade e a exposição, sendo-lhe vedado conceder entrevista e de aparecer nos Meios de Comunicação Social;

IV – Não retornar ao lugar que residia antes do ingresso no Programa, salvo se acompanhado da equipe e de escolta policial;

V – Comprometer-se em prestar depoimento, sempre que solicitada a sua cooperação pelas autoridades competentes;

VI – Cumprir as orientações da equipe técnica, referentes ao cumprimento das medidas, imprescindíveis para a garantia da sua segurança;

VII – Realizar comunicações telefônicas, radiofônicas, eletrônica, escrita ou pessoal, de acordo com orientação da equipe técnica como forma de evitar a sua localização;

VIII – Comprometer-se a não contrair dívidas em nome próprio ou de terceiros e evitar a realização de quaisquer transações econômico-financeiras, durante a sua permanência no programa, salvo autorização e acompanhamento da equipe técnica e do conselho deliberativo;

IX – Ausentar-se do local de proteção apenas com a autorização da equipe;

X – Comunicar à equipe técnica, qualquer fato relevante que implique em prejuízos à sua saúde e segurança;

XI – Restringir-se a frequentar lugares e ambientes que não comprometam a sua segurança;

XII – Evitar o uso excessivo e imoderado de bebidas alcoólicas, ou outras substâncias psicoativas, a fim de evitar riscos à saúde e a quebra do sigilo sobre a sua condição de usuário protegido e

XIII – Comprometer-se em fazer bom uso dos bens e do recurso público, destinado à manutenção de suas necessidades básicas.

Parágrafo Único – O não cumprimento dos compromissos pactuados é considerado quebra de normas, podendo ensejar aplicação de termos de responsabilização, repactuação ou exclusão (BRASIL, 2011).

Qual modelo de homem-testemunha o programa tem idealizado? Em nossas práticas, há arraigado o perverso discurso de que *protegemos* testemunhas *desde que...* E esse *desde que*, grande parte das vezes, é exatamente o que faz com que essas pessoas tenham sido produzidas como humanos inferiores e existências matáveis. O que esse tipo de discurso reafirma? Não seria contraditório, para uma política firmada na defesa dos direitos humanos, reafirmar existências que merecem a *proteção* a partir de padrões estabelecidos e, diga-se de passagem, padrões burgueses? Para

quais humanos o direito de permanecer e ingressar no PROVITA tem sido garantido?

Em relação à exclusão, o art.10 da lei no 9.807/99 permite que ocorra a qualquer tempo, dadas as seguintes motivações:

- I – por solicitação do próprio interessado;
- II – por decisão do Conselho Deliberativo, em consequência de:
Cessaçã dos motivos que ensejaram a proteçã;o;
Conduta incompatível do protegido. (BRASIL, 1999).

A cessaçã dos motivos que ensejaram a *proteçã;o* seria a finalizaçã;o do processo, que pode ser entendida como arquivamento, condenaçã;o ou absolviçã;o dos acusados. No entendimento do programa, finalizando o processo nã;o hã;o mais motivo para se *proteger* a testemunha e seus familiares, pois hã;o a reduçã;o do risco em relaçã;o à denúncia efetuada.

Com a cessaçã;o dos motivos, observa-se, entã;o, se a família já conseguiu se inserir no novo local, onde passou a morar a partir do ingresso no programa, e se é capaz de manter suas necessidades básicas por meios próprios. Caso ainda nã;o consiga, geralmente o conselho deliberativo estabelece um tempo para isso acontecer, de alguns meses. A equipe pode sugerir ao conselho o período a ser estipulado.

Em um parecer para o ingresso de uma testemunha indireta de homicídio com sua família no PROVITA/ES, encontramos:

Opino, destarte, pela inclusã;o, da testemunha e sua família, após a manifestaçã;o, urgente, favorável do Ministério Público, de [nome do encaminhado] e sua família, no PROVITA/ES, e ainda, sugerimos que sua permanência no PROVITA/ES, seja por seis meses, período que, pelas características da família em tela, será suficiente para a reconstruçã;o da nova vida, e por atender, desta forma, os requisitos da Lei 9.807/99 (documento interno do PROVITA/ES, datado de setembro de 2000).

Hã;o famílias que mesmo com o término do prazo estabelecido ainda nã;o conseguem arcar com as próprias despesas. Nesses casos, geralmente hã;o novo prazo estipulado ou a família acaba decidindo retornar para o local dos fatos ou para outro local onde tenha ajuda de familiares ou amigos.

Uma pergunta se faz necessária: a partir de quais critérios e parâmetros torna-se possível estipular ou até mesmo sugerir um prazo para que uma família consiga arcar com suas despesas básicas? O que são *despesas básicas* e o que significa *conseguir arcar com elas*?

O programa entende as despesas com alimentação, transporte, aluguel, energia elétrica, gás e água como básicas, que são aquelas arcadas pelo PROVITA para manutenção das famílias que nele ingressam. Mas esse esclarecimento não é suficiente para responder aos questionamentos lançados acima, que não passam por definições universais do que seja *básico* ou suficiente para cada família.

Há casos de as famílias conseguirem sua manutenção no novo local e ficarem dependentes do programa em relação ao processo, para serem acompanhadas nas audiências ainda pendentes. Dessa forma, não há a cessação dos motivos que ensejaram a *proteção*, mas o processo muitas vezes se arrasta por anos sem conclusão¹⁹ e as famílias já possuem uma rotina estabelecida que impede as visitas regulares da equipe.

Nesses casos, há possibilidade de aplicação do que se chama de *medida isolada*, que, muito rapidamente, seria uma modalidade de *proteção* onde programa e usuários estão vinculados, principalmente, em relação à necessidade de apresentação nas audiências.

O outro motivo (*conduta incompatível do protegido*) refere-se ao acúmulo de termos de responsabilização aplicados, que pode culminar na exclusão.

A equipe elabora um relatório que apresenta indícios, evidências, suspeitas e avaliações que procurem justificar a exclusão ou a permanência do *protegido*, apesar do acúmulo de termos de responsabilização. Segundo Vargas (2008), “a decisão do CONDEL é subjetiva, mesmo se baseada

¹⁹ Em 08 de setembro de 2011 foi acrescido à lei no 9.807/99 o art. 19-A, que diz: “Terão prioridade na tramitação o inquérito e o processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegidas pelos programas de que trata esta Lei. Parágrafo único: Qualquer que seja o rito processual criminal, o juiz, após a citação, tomará antecipadamente o depoimento das pessoas incluídas nos programas de proteção previstos nesta Lei, devendo justificar a eventual impossibilidade de fazê-lo no caso concreto ou o possível prejuízo que a oitiva antecipada traria para a instrução criminal” (BRASIL, 2011). Apesar do novo artigo, os resultados ainda não começaram a se esboçar.

naqueles relatórios e pareceres. Trata-se da produção do convencimento da consciência de cada conselheiro” (p.42).



Luara Monteiro

Passo 3: Sobre o gingado

I.

Maria do Socorro acordou de encontrar a equipe novamente, para continuarem a conversa. A equipe chamava isso de triagem e disse que os encontros, caso Maria desejasse ingressar no PROVITA, resultariam num relatório a ser apresentado ao conselho deliberativo do PROVITA/ES.

Maria torceu o nariz perguntando quem era esse conselho e se mesmo depois de tudo feito, toda a conversa documentada, os planejamentos acerca das mudanças em sua vida traçados, ela poderia não ser aceita no programa. É, o *sim* do conselho era mesmo decisivo.

Maria nada disse, mas sabia que só teria para aonde ir com o destino incerto aprovado pelo conselho. Se dissesse não, estaria com o destino acertado: a casa onde sempre morou.

Antes de dormir, já com a língua gasta e os olhos pregados, Maria do Socorro resolveu visitar o caderno de poesias, que dizia:

Vi um prego do Século XIII, enterrado até o meio numa parede 3X4, branca, na XXIII Bienal de Artes Plásticas de São Paulo, em 1994.
 Meditei um pouco sobre o prego.
 O que restou por decidir foi: se o objeto enferrujado seria mesmo do Século XIII ou do XII?
 Era um prego sozinho e indiscutível.
 Podia ser um anúncio de solidão.
 Pregos é uma coisa indiscutível.
 Manoel de Barros.
 (BARROS, 1996, p.59).

De tudo, ela entendeu que algumas coisas não se discutem. Dormiu abraçando o caderno a Maria-prego.

Quando ela teve alta no hospital, o PROVITA lhe orientou que fosse morar com uma amiga até que a triagem terminasse, pois o programa não tinha como oferecer um lugar onde aguardasse o ingresso.

E ela foi. Mas a amizade não cobre um estômago a mais para ferrar. No frio, as ovelhas dormem abraçadas: Maria-ovelha e a amiga.

Aristeu foi até lá visitá-la. Uma flor e outra maçã. Nem sabia se Maria gostava, mas era a crença de que maçã era a fruta mais romântica. Olhou os ferimentos, leu poesia. Pediu que ligasse, dizendo que a alegria da terça-feira era receber sua ligação, a voz de saudade. A dor passou naquela tarde.

Maria das Dores precisou voltar a trabalhar. Três turnos, tudo outra vez. Tinha medo, muito medo. Mas fome dói como tiro. Era preciso continuar. Limpava mais rápido uma das casas e corria para prestar socorro à filha Maria. Trocava curativo, lavava ferida, enxugava lágrima. Dizia que tudo ficaria bem. Que esse programa iria ajudá-la e ela viveria feliz, com um pouco de medo e de fome. Porque sem fome e sem medo a vida murcha. “– Dormir no quentinho acostuma os destinos.” – Dizia Das Dores.

O novo encontro com a equipe do PROVITA foi marcado com as Marias. Num local. N’algum lugar. Para falarem e ouvirem. Para trocarem o que as moedas permitissem. E foram.

Maria chegou de vestido e esparadrapos. Brincos de argola, flor no cabelo. Creme nos cachos e boca trêmula. Das Dores também estava lá, com saia florida e olhos apertados. A equipe chegou com braços abertos e protocolos a cumprir.

Era preciso preencher uma ficha, ouvir as histórias das Marias, entender se as duas gostariam de tentar o ingresso no programa de proteção.

Aceitar ingressar no PROVITA era também acordar em seguir uma série de *normas de segurança*.

Com a notícia de não assinar carteira de trabalho, não acessar a rede pública de saúde, não poder renovar a carteira de habilitação, não poder utilizar telefone celular, não poder acessar a internet, não poder entrar em contato com os amigos, não saber sequer qual o novo local de moradia, Maria das Dores disse não. Não seria possível, naquele momento, deixar a Flora, as folhas no quintal, a doutora que cuidava das suas varizes na unidade de saúde, as amigas da igreja e as outras Marias paridas de seu ventre sem saberem do seu paradeiro. Deveria estar disposta a mudar de bairro, município ou estado. E não estava. Apesar do amor. Apesar do medo. Apesar de.

Maria do Socorro não escondeu a lágrima e o silêncio que urravam, de forma que nenhuma palavra cobriria o sentimento daquela decisão. Quem ajudaria Maria das Dores a pagar as contas? Quem a lembraria de desligar a

água do café no fogo? Quem diria que se aproximava o dia de pegar o remédio na unidade de saúde? Quem faria massagem quando as pernas estivessem inchadas? Maria respirou fundo e disse sim, como se estivesse se casando com um marido sem dedos nem aliança.

Não era bem uma escolha. Era o que tinha. Como não era escolha comer somente angu quando a despensa gritava por arroz com feijão. Era desespero, era falta de dinheiro, era angústia, era saudade, era falta de um destino para aonde pudesse fugir. Era medo da morte.

E passou a preencher os dados da ficha de triagem:

FICHA DE ATENDIMENTO

TRIAGEM PROVITA/ES²⁰

Data do atendimento: 23 de março de 2011.

Testemunha: Maria do Socorro Pereira da Silva.

Familiar/parentesco: não desejou ingressar.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Sexo: () masculino (X) feminino

Cor: () Branco (X) Negro

() Amarelo () Pardo

Nascimento: 23/07/1984

Estado Civil: (X) Solteiro () Casado () Viúvo () Amasiado

() Divorciado () Separado

²⁰ Modelo extraído do documento de triagem do PROVITA/ES, 2011. Documento interno do PROVITA/ES.

Filiação: Maria das Dores Pereira da Silva e Sebastião da Silva

Profissão/ocupação: empregada doméstica

Grau de escolaridade: () analfabeto () 1º grau completo

() 2º grau completo () alfabetizado (a)

() 1º grau incompleto (X) 2º grau incompleto

Cursos realizados: biscuit, bricolagem

Observações Complementares: Parou de estudar desde o início das ameaças, há aproximadamente 02 meses. Histórico escolar pendente.

II. SOBRE A FAMÍLIA

II.1

Reside com a família? (X) Sim () Não

Quantas pessoas moram na casa? 02

Qual o parentesco? ~~genitora~~/mãe.

Quando Maria das Dores viu o advogado escrevendo *genitora*, ajeitou as ancas na cadeira e disse com voz doce: “ – Filho, eu sou a **mãe** da Maria, você não confundiu, não, dizendo que sou essa tal de *genitora*?”. O advogado riu, com olhos também doces, e ajeitou o dado: Maria do Socorro morava com sua mãe, não com sua *genitora*.

E continuaram a conversa.

A equipe explicou que mesmo para quem não entrasse no programa, era importante saber acerca da situação de saúde, para que sempre a equipe e a família que não ingressasse no PROVITA mantivessem contato. Se algo acontecesse com alguém da família, Maria ficaria sabendo através da Equipe e vice-versa.

“– Doutora, mas se acontecer algum acidente com a Maria ou coisa que não sei o nome agora para te falar...vocês avisam a gente? E se alguma outra fia Maria minha tiver alguma doença ou filho ou emprego novo, vocês avisam a

Maria do Socorro para a gente?” – Perguntou afoita Maria, com a mente a mil, tentando dar nomes aos *piripagues* de uma das filhas, a Maria José.

A assistente social riu-se. Disse que era somente um ponto para comunicação, mas que tudo poderia ser conversado. Maria das Dores acalmou o coração.

II.2 SOBRE OS PAIS

Possuem algum problema de saúde? Mãe hipertensa, cardíaca e diabética

Observações complementares: Pai falecido.

III. SOBRE IRMÃOS

Tem irmãos? (X) Sim () Não

Quantos por sexo: (0) masculino (07) feminino

Algum com alguma questão de saúde? A irmã Maria José tem “piripagues”. Não soube informar sobre a situação de saúde do restante das irmãs.

II.4 SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA

A psicóloga explicou: “– Maria do Socorro, a pessoa de referência é alguém com quem você poderá contar para resolver pendências cuja distância e as normas de segurança não permitirão, quando da sua entrada no programa. É a pessoa com quem a equipe poderá conversar, pois saberá que você está no programa e como ele funciona. Mas não saberá onde você estará morando. Saberá somente como você está e se precisa resolver alguma questão na cidade de onde você saiu.”

Maria-preocupada. Como pedir para que a mãe ficasse com essa responsabilidade, tão idosa e frágil? Mas... quem mais poderia assumir o papel de pessoa de referência se não fosse sua mãe? Maria pensou em Aristeu, homem estudado, bom moço e que lhe tinha amor. Mas não. Não queria contar da sua história de amor para a equipe. Pediu à mãe, e Das Dores deu os ombros, como se dissesse: “– Quem mais seria, minha *fia*?”.

É familiar: (X) sim () não

Qual o parentesco/vínculo: mãe

Tem esposa (o)? () sim (X) não

Maria das Dores travou a garganta quando viu o *não* marcado. Para sempre Tião seria seu par. Em carne ou amor eterno. “– *Essas objetividades que reduzem a gente.*” – Pensou silenciosa.

Nome: Maria das Dores

Data de Nascimento: 15/04/1947

Escolaridade: magistério

Profissão/ocupação: empregada doméstica

Já está ciente das condições/orientações do Programa? sim

Aceitou ser a pessoa de referência? sim

Está com procuração? não

A psicóloga perguntou se havia alguma pendência no *local de origem*, que era a cidade de onde sairia. Maria torceu o nariz para a psicóloga. Se sua origem estava ali, naquele local... onde estariam os fins-de-Maria? Maria contorcia-se pelos meios. Disse que não poderia sair sem pagar quinze reais que devia à Dona Benta costureira e pegar 75 reais que havia emprestado ao Sr Jorge da sapataria. A casa ficaria com a mãe.

II.4 SOBRE OS FILHOS

Possui filhos? () sim (X) não

II.5 SOBRE O RELACIONAMENTO FAMILIAR

Como considera o seu ambiente/relacionamento familiar?

(X) Excelente () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por quê?

Enquanto a psicóloga terminava de perguntar, Maria do Socorro sorria e pensava: “–Existem as brigas, os tapas, os choros, as fomes, os domingos no trabalho. Os medos, saudades. As birras. Mas há as maçãs, os sambas, as cachaças, os cigarrinhos de acalmar os ânimos, as alegrias de fim de tarde...”. E respondeu: “–É, pode marcar como excelente. Por quê? Porque a gente tem na vida toda a graça e desalinho que todo mundo tem!”.

III. INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

A casa onde você reside é: Própria () Alugada () Dos familiares

Quantos cômodos possui? três

A casa é de: () alvenaria () madeira outros

Quando o advogado perguntou do que era feita sua casa, o pensamento de Maria decolou. O barraco, afinal, não era de alvenaria. Mas tinha lá seus muros de cimento erguidos por Sebastião, inacabados. A casa também não era de madeira, mas os muros muitas vezes se juntavam aos madeirites que encontravam no lixo.

A cada chuva forte, o barraco mudava de formato. E de cor. A cada achado de madeira maior, mudava de tamanho. A cada dia de sol, a claridade pelas frestas obrigava a acordar mais cedo. O morro olhado de longe, depois da tempestade, tinha outras cores. Os telhados refeitos, os restos de alguns barracos cobrindo os buracos de outros. O formato do morro muda.

O morro é inclinado: para cima, para baixo, para os lados. Vem sempre acompanhado de música e rende-se ao cambaleio da dança, porque o morro é bêbado, e isso hora alguma é maldizê-lo. Morro faz ziguezague para manter-se em pé, ou mais, para manter-se vivo. O morro é o próprio ziguezague. Passistas nos sobrados, pandeiros nas vielas, cavaquinhos nas ruelas mantendo a dança, o choro e o samba – chorinho; o repique, o corisco da bala que come; o coro de gente cantando, sambando e aplaudindo; o couro da gente suando, subindo e descendo pelos labirintos que se fazem entre as casas e os becos, entre as gentes e os guetos, entre os passos e as danças: morro em movimento (PARTICHELLI; GORZA, 2008. p.08).

Os moradores precisam lidar com o gingado do tempo, como quem dança samba cotidianamente para manter o morro em pé. A inclinação do morro fala de sua postura, para muito além das suas subidas. Morar no morro e mantê-lo erguido exige atitude. Diante do sol, da chuva, da chegada da polícia, do vento forte, da procura por matéria-prima para terminar o barraco que está sempre inacabado.

Num curso oferecido para a comunidade, Maria aprendeu a *bricolar*. A bricolagem era como utilizar no que se compõe – uma obra de arte, uma casa ou um texto – o que se tem ao alcance das mãos e dos afetos. “A construção com pedaços de todas as proveniências, a bricolagem, será, portanto, uma arquitetura do acaso, do lance de dados, uma arquitetura sem projeto” (JACQUES, 2003. p.25).

No morro, os *moradores-bricoleurs* arranjam e rearranjam suas casas de acordo com os instrumentos que lhes são apresentados. Por necessidade. Para o *bricoleur*,

[...] seu universo é fechado, e a regra de seu jogo é de sempre se arranjar com os ‘instrumentos de bordo’, isto é, com um conjunto a cada instante acabado de ferramentas e materiais, heteróclitos ao extremo, porque a composição do conjunto não se relaciona com o projeto do momento, e muito menos com algum projeto particular: ela é o resultado contingente de todas as ocasiões que se apresentaram para renovar ou enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos das construções ou demolições anteriores (LÉVI-STRAUSS, 1992, *apud* JACQUES, 2003. p.25).

Maria hesitou em explicar as técnicas-de-favelado ao doutor, e marcou a opção *outros*. Sua casa era feita de *outros*. E por outros tantos.

E continuaram:

A casa possui energia elétrica? (X) sim () não

Era *gato de energia*, aqueles arranjos onde se pega a energia do vizinho, sem pedir. Mas já que o advogado só havia perguntado se havia ou não, respondeu um *sim* bem firme e ponto.

Possui água encanada? (X) sim () não

Possui rede de esgoto? (X) sim () não

A rua é calçada? () sim (X) não

Tem ponto de ônibus próximo? (X) sim () não

Para chegar ao ponto é necessário descer toda a ladeira. Maria do Socorro não achava longe. Maria das Dores, sim.

Tem iluminação na rua? () sim (X) não

Quais tipos de serviços de saúde e comércio existem próximos à sua residência?

Mercearia, bar, igreja, sapataria e Unidade de Saúde.

Possui telefone? (X) sim () não

Possui carro? () sim (X) não

Possui conta em banco?(X) sim () não Qual agência? Banco do Brasil.

Possui cartão de crédito? (X) sim () não Qual? Master e Visa.

Possui assistência médica privada? () sim (X) não

Paga INSS? (X) sim () não

Renda familiar: () < 1 salário mínimo (X) 1 a 2 salários mínimos () 3 a 5 salários mínimos () 6 a 10 salários mínimos () > 10 salários mínimos

Quem e quantos contribuem com as despesas da casa? Dois. A encaminhada e sua mãe.

O (a) encaminhado (a) tem acesso a recursos provindos de Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria, pensão, Programa Bolsa Família, etc? () sim (X) não.

IV. ATIVIDADES SOCIAIS E RELIGIOSAS

Você tem religião? () sim (X) não

Se sim, qual? _____.

É praticante? (X) sim () não

Tem envolvimento em atividades em sua comunidade religiosa? (X) sim () não

A assistente social não entendeu. “– Maria, como você não tem religião mas é praticante e participa da comunidade religiosa?” – Perguntou, com uma interrogação na testa. Maria sorriu e clareou: “– Eu ofereço caruru para Cosme e Damião, vou à missa aos domingos, acompanho minha mãe até a igreja ou o terreiro. A gente vai onde a música está: às vezes é clarim, tambor; às vezes é violão e moça de voz afinada. Entendeu?”. A assistente social ganhou um novo mundo de presente naquela fala. E continuou:

Participa de atividades sociais em seu bairro? (X) sim () não

Se sim, quais? Samba, bar, igreja, ficar na rua com os amigos.

Quais suas atividades de lazer preferidas? Bar e samba.

V. SAÚDE

Tem alguma doença crônica? () sim (X) não

Faz algum tipo de tratamento? () sim (X) não

Faz uso de alguma medicação de uso controlado? () sim (X) não

Tem alguma alergia? () sim (X) não

Faz alguma dieta alimentar? () sim (X) não

Você bebe? (X) sim () não

Qual a frequência de consumo? socialmente.

Maria pensou bem antes de dizer que bebia, receosa de que isso pudesse impedi-la de conseguir passar no processo seletivo para entrada no PROVITA. Processo seletivo? Era assim que se sentia.

Você fuma? () sim (X) não

Maria das Dores olhou no grão dos olhos de Maria do Socorro quando ela disse *não*. Maria piscou os olhos, como se soubesse o que estava fazendo. “– São três ou quatro cigarrinhos por semana, não quero que saibam...” – Pensou. E prosseguiram:

Já fez/faz uso de algum tipo de substância psicoativa de consumo ilícito?

() sim (X) não

A assistente social explicou que uso de álcool e outras drogas era considerado como questão de saúde pela equipe do programa. Maria disse que já havia tomado antidepressivo. Olhou para a mãe ao lado, e pensou em dizer que fumava maconha quando sentia insônia. A técnica continuou, dizendo que caso usasse algum tipo de droga, a equipe poderia encaminhá-la para um tratamento. Maria torceu o nariz com o tal tratamento: “– Consideram uma questão de saúde, mas vão mandar eu me tratar? O que se trata não é doença? Hum... Mas eu fumo maconha e não me sinto doente...”.

O advogado explicou que o acesso à droga na boca de fumo poderia colocá-la em risco. Um risco diferente do que a fez entrar no programa, mas que poderia fragilizar sua segurança no novo local. Então, não seria possível utilizar qualquer substância ilícita no programa de proteção.

Maria do Socorro ficou pensativa... Não comprava maconha num lugar sujo e fedorento, com pessoas desfalecidas usando drogas ininterruptamente e com um monstro armado traficando a substância. Comprava com rapaz elegante, cheiroso, bom amigo, educado. Conhecia, sim, gente que virava fiasco usando droga. Mas sabia que droga se vendia e usava em lugares como a casa da patroa rica ou no barraco do amigo do morro. Maria desconfiada, decidiu dizer que não usava nada.

A psicóloga continuou a conversa perguntando se, caso seu ingresso fosse aceito pelo conselho deliberativo, teria mudança para levar consigo. Maria sorrindo, disse, com orgulho, a listagem de seus móveis:

VI. INVENTÁRIO

01 cadeira de balanço:

01 geladeira sem porta (estante):

01 mesa de macanilha:

01 arca de madeira maciça:

01 árvore de natal:

01 sofá de três lugares:

02 cadeiras sem forro:

01 cachorro castrado:

08 canários cantadores:

06 gaiolas.

A equipe disse que, a depender do local para onde Maria se mudasse, o programa não teria disponibilidade financeira para levar sua mudança. Os olhos de Maria marejaram: cada item valia em moedas de afeto. Impagáveis.

O advogado ensinou as leis: “– Maria, não temos rubrica para levar seu cachorro no avião. Caso realmente queira, precisará arcar com as despesas da casinha de levar no avião e regularizar as vacinas. Sobre seus canários, não poderemos levá-los de maneira alguma, porque é preciso registro para transportá-los. É proibido levá-los assim. Terão de ficar com sua mãe, temos certeza que ela cuidará bem deles”. Maria começou a dar um jeito de pensar em como conseguir dinheiro para levar seu cachorro: medo maior do que andar pela primeira vez de avião. Maria-canário pensou em desistir de ir para o lugar incerto sem seus pássaros. Sentiu suas asas podadas.

O advogado, com cuidado, pediu que não se preocupasse no caso de a mudança não ser levada para a nova cidade, pois o programa lhe emprestaria móveis até que adquirisse os seus próprios e fosse, aos poucos, devolvendo os do programa para que outras pessoas pudessem usar. Passou um filme na frente dos olhos de Maria do Socorro, desde quando o pai Tião comprou a geladeira e ela tinha porta. Maria compreendeu, mas não se sentiu confortada.

Maria das Dores perguntou se poderia falar com a filha depois que ela tivesse se mudado. A assistente social disse que preferencialmente por cartas.

E que as cartas que Maria do Socorro enviasse para a mãe seriam lidas pela equipe, para evitar que alguma pista que identifique onde ela está escape. “– Isto é pela segurança de todos, dos que ficam no local de origem e dos que entram no programa” – disse.

As Marias sentiram-se invadidas em seus poemas. Maria do Socorro perguntou se corrigiriam os erros de português. E a equipe disse que o foco era somente a segurança, não se interessavam pelo conteúdo da carta propriamente dito. Maria fez sinal de positivo com a cabeça, mas sabia que se alguém lia suas cartas, precisaria pensar melhor no que escrever – vergonha dos seus vacilos gramaticais e a sensação de que destinatários não convidados travariam os deslizes de seu lápis.

A conversa terminou. A equipe disse que já tinha dados suficientes para concluir o relatório que seria apresentado para o conselho deliberativo. E que no próximo mês haveria reunião para decidir sobre sua entrada no programa. Era somente aguardar o retorno, que pediria para arrumar as malas e a mudança. Ou não.

Durante a espera pelo resultado do ingresso ou não, o sono não batia à porta das pálpebras de Maria. De olhos pesados, o corpo ficava mais leve às quintas-feiras, quinzenalmente, quando ainda encontrava com Aristeu. Apesar de lhe guardar amor, Maria não lhe contou seu segredo: que poderia ingressar no PROVITA. Deixou para o último encontro, quando fizesse o bolo de cenoura que ele gostava e deixasse a saudade como recheio. No coração de Maria, que batia apaixonado, havia um aperto a cada compasso. Aristeu falava de amor: aquele amor de rosas e poemas e mãos deslizando nas pernas. Rap do Sabotage tocando ao fundo, sorrisos no ar.

A reunião com o conselho deliberativo – CONDEL – demorou um mês após o último encontro de Maria com a equipe do PROVITA. O celular tocou em tom diferente, e a equipe sinalizou que o ingresso fora aprovado. Em breve seria avisada de quando partir, pois precisariam alugar uma casa e preparar a mudança de Maria. “– Mudança? Mas...e os meus móveis? E meu cachorro?” – Perguntou afoita. A equipe disse que a mudança sairia onerosa demais, que não haveria possibilidade de mandar através do programa. Que na nova casa haveria móveis emprestados, que deveriam ser devolvidos a medida que fosse comprando os seus.

Maria do Socorro desligou o telefone com olhos baixos. A mudança valia em quilates de amor e saudade do pai e da vida que compôs, sem possibilidade de traduzir em dinheiro. Macanaíba pesa. Saudade também. Mas levantou a cabeça e sentiu o coração suave, pois sabia que dormiria sem medo a partir dali.

Entre visitas de Aristeu, Flora e Maria das Dores, mais quinze dias se passaram. Numa segunda-feira à noite, o celular de Maria tocou para nunca mais. A equipe pediu que arrumasse as malas, pois no dia seguinte, bem cedo, seguiriam rumo à nova cidade ou estado.

Das Dores foi até Maria do Socorro para ajudá-la com as malas. Flora estava dormindo, nem pôde se despedir. Como era segunda-feira, causaria problemas se ligasse para Aristeu.

Mal sabia Maria que aquele encontro seria o seu último: uma despedida sem adeus. Mal sabia Aristeu que o próximo botão de rosa secaria dentro do novo caderno de poemas com o qual presentearia Maria. O presente ocupou a gaveta. A saudade ficou de fora. Nem bolo nem recheio. Só saudade sem lugar. Por toda a parte.

II.

No outro dia bem cedo estava um senhor de cabeça branca, sorriso faceiro e carro desconhecido dizendo ser apoio da equipe do PROVITA e pedindo para que Maria entrasse no carro. Maria torceu o nariz: “– Será mesmo este senhor integrante do programa? Apoio da equipe? Apoio é nome de profissão? Será como um auxiliar de serviços gerais? Será um segurança? Ele apoia a equipe ou apoia quem entra no programa? Será uma emboscada? Será um comparsa dos homens que mataram Neguim? Não...não é possível! Ele é tão sorridente, tão gentil! Mas se fosse uma emboscada ele teria mesmo que ser gentil e sorridente para que eu não desconfiasse...”. Maria sacudiu as ancas. Pediu uma lambida do cachorro, um canto dos pássaros e a benção de Maria das Dores: entrou no carro e seguiu rumo ao destino desconhecido.

Maria das Dores foi até a janela do carro e beijou a testa de Socorro: “– Filha, se comporta direitinho! Obedece o pessoal do programa, não decepciona sua mãe-Maria. Reza e não esquece da mãe aqui. Não esquece que sua

mãezinha perde um lado do coração com esse seu adeus. Nunca pensei criar filho para isso, Senhor!”. Olhos inchados mirados para o céu, saía florida assuando o nariz que escorria amor pelas mucosas: assim Maria das Dores acenou seu adeus.

Foi embora sem conseguir avisar Aristeu. Nem bilhete deixou, pois não havia a quem deixar. Restou o perfume de maçã.

Ao entrar no carro, o senhor de cabelos brancos pediu que Maria do Socorro desligasse o celular. A partir daquele momento não faria mais contato com qualquer pessoa sem a presença da equipe. Maria encarou bem os seus olhos e viu que estavam marejados, mas o senhor logo deu jeito de respirar bem fundo e ficar sério, como se o abraço da mãe Maria não tivesse apertado também o seu peito peludo. “– A minha mãe é mulher rara, não é mesmo?” – Disse Maria do Socorro, recebendo como resposta um novo marejo no olhar do tal apoio da equipe. Eles estavam entendidos.

A cada quilômetro passado, Aristeu ficava mais distante. Perguntou onde moraria e o senhor disse que mais tarde ficaria sabendo, quando a equipe os encontrasse. Maria remexeu as ancas na poltrona: como contaria o segredo se já estava distante de casa e com o celular desligado? Maria duvidou que o apoio não soubesse do destino, afinal, ele dirigiria até lá. Maria enrugou a testa.

Quando encontrou com a equipe, a polícia estava ao lado. Maria de olhos arregalados e pelos arrepiados, não conseguiu esconder o medo. O advogado perguntou se estava tudo bem e Maria de canto-de-boca sussurrou: “–Tenho medo da polícia. Quem sabe o que é baculejo tem medo também. Os ovos amassados a procura do delito. Ou os peitos. O que eles querem comigo?” – Disse Maria com expressão séria e suor na testa. A psicóloga olhou para o advogado pálido e pensativo e perguntou o que houve: “– Cada fala é muita coisa” – Disse ele. “ – Cada fala, fala mais que a própria fala” – Concluiu como quem tivesse levado um soco na boca do estômago. De fato levava. A polícia, dessa vez, não tinha os alvos apontados para Maria.

Somente seguindo viagem, Maria soube qual seria o destino. Foram de carro, não de avião como haviam cogitado. O lugar era longe e ainda desconhecido, inimaginável. Não conseguia colocar palavras no que sentia, nem avaliar se era bom ou ruim. Deixou os julgamentos para Deus e tentou se

distrair olhando o céu, porque parecia maior que seu destino incerto. Só sabia pensar que estava indo para um lugar distante e novo e estranho. E as mãos tremendo, pensando em trabalho e renda e móveis e o estouro dos tiros que mataram Neguim e o barulho do cristal quebrando e o abraço quente da mãe e o cachorro e suas pulgas e o canto dos pássaros. E Aristeu e as maçãs e os poemas e o relógio batendo meio-dia e o celular desligado.

O advogado pediu que Maria do Socorro o entregasse o celular e o carregador. Ficariam guardados até que o programa decidisse por liberar o uso. Ou quando Maria fosse desligada do PROVITA. Maria se sentiu assaltada! Invasa! “– Mas eu não vou usar! Pediram para desligar, pois não poderei fazer ligações, então, eu não farei! Não precisam ficar com meu aparelho! Ainda nem terminei de pagar!” – disse.

A equipe colocou que era para a sua segurança. Que com o celular na mão, ficaria mais fácil de quebrar as normas de segurança quando a saudade batesse. Que quebrar norma de segurança, neste caso, seria fazer ligações sem a autorização do programa. Pessoas da antiga cidade, amigos, familiares, amores. Que era procedimento retirar o aparelho, para o seu bem. “– São mais seguros das minhas vontades do que eu mesma!” – Retrucou. Teve raiva, sentiu-se desconfiada, mas ouviu a prece da mãe e obedeceu: de bico grande e beijo torcido, entregou o aparelho aos técnicos.

A psicóloga disse: “–Você pode escrever cartas. Escreva quantas quiser! Elas serão entregues aos destinatários através de nós. A equipe lerá as cartas por motivo de segurança antes de entregá-las. Para não passar despercebido nenhum indicativo da nova cidade, Maria. É pela sua *proteção*”. As palavras da psicóloga por um momento fizeram secar as tintas das canetas de Maria.

Maria sentou-se com a equipe. Que sorria. Socorro sorria, ainda de lado. Só conhecia a nova cidade de *ouvir dizer*. Como os bosques dos livros de estórias infantis que só se tem idéia de como seriam, mas nunca se viu um. Pois bem. Maria do Socorro sentiu-se perdida num desses bosques, mas ainda sem o encanto das estórias para crianças. Quando percebeu, a polícia não estava mais por perto. Havia os abandonado em algum lugar no meio do caminho. Também não sabiam do seu esconderijo meio-secreto.

A equipe disse que aquela seria a nova cidade de Maria. Que a casa estava pronta para recebê-la e que torciam para que ali fosse, com o tempo, a

sua nova cidade. A assistente social disse que gostaria que criasse raízes. Maria desejou quebrar com uma reza as raízes desejadas em seu nome. Orou por raízes móveis. Para não passar a vida como planta no vaso.

No carro, pela cidade, Maria do Socorro olhava a calçada e as gentes e as lojas, e não conhecia um só ser que passava por ela. Uma farmácia, um mercado, uma padaria... nada. Um vizinho, um cachorro caído de uma mudança qualquer. Nem. Estavam ela e o medo e a ansiedade e a vontade de ver a casa de morar. Casa-de-morar, aliás. Naquele momento, era isso que sentia da casa preparada pela equipe para a sua chegada. Os olhos ardidos de fome e cansaço e. Era vontade de chorar mesmo. A equipe de olhos ardidos de cansaço e fome e. Era torcida para que Maria do Socorro gostasse da cidade e da casa e pudesse ali construir outros vínculos e compor alegrias. E viver longe do local onde denunciou o crime que disparou todo o processo de entrada no programa.

A equipe anunciou que era o momento de assinar o termo de compromisso e formalizar o seu ingresso. No termo estavam as cláusulas que a contratante e a contratada deveriam cumprir. Maria torceu o nariz para a contratante e a contratada. Com nó na garganta e ainda tentando compreender como funcionava o programa de proteção, Maria do Socorro afinou os tímpanos para o advogado que lia.

Assinou o termo com mãos trêmulas e corpo cansado pelas horas de viagem. Assinar o termo de compromisso foi como casar com um noivo sem rosto e morar sozinha numa casa emprestada, numa vida criada com traços de suas memórias ou não. Era o que sentia naquele momento, engasgada que estava com a conversa que tivera sobre o que não estaria autorizada a fazer a partir daquela assinatura na folha.

A assistente social disse à Maria: “–Maria do Socorro, a partir de agora vamos chamá-la somente de Socorro, e é assim que você deverá se apresentar a quem conhecer. Como era conhecida como Maria, é interessante que a chamemos de Socorro. É para sua segurança”. Maria sentiu-se rasgada. Desgraçada. Perdida na história das tantas Marias da sua vida. Uma vida que já não poderia mais dizer, pois agora tinha uma *estória cobertura*.

Maria torceu o nariz, pois a cidade de onde veio, segundo sua *estória cobertura*, ela sequer conhecia bem. Foi orientada a não dar muitas

justificativas para quem fosse conhecendo. “– Como querem que eu faça amigos, crie raízes, more e viva numa cidade, se não poderei falar de mim? Amigos falam de si, pessoas falam de si...” – Pensava ela, entre interrogações e sulcos na testa.

Socorro foi orientada a não utilizar a rede pública de saúde. Quando precisasse de algum atendimento, deveria fazer orçamentos dos valores das consultas e solicitar autorização para efetuá-las. Somente após a autorização da equipe e a avaliação dos orçamentos, poderia marcar a consulta. Da mesma forma deveria fazer a solicitação por medicamento, já que não poderia pegar na unidade de saúde.

Socorro achou um absurdo! Sempre foi acompanhada pelas agentes de saúde do seu bairro e elas sabiam de toda sua situação de saúde, ajudavam nos encaminhamentos junto à unidade! Todos na unidade de saúde a conheciam. Ela já chegava sorrindo, perguntando se o remédio de pressão que sua mãe usava estava com estoque na farmacinha, se a consulta com a ginecologista estava confirmada... A unidade de saúde não era para Socorro um local somente de ir e voltar das consultas.

“– Bom, se não poderei utilizar o Sistema Único de Saúde, não vejo a hora de conseguir trabalho e eu mesma pagar as minhas consultas!” – Disse Socorro à equipe, recebendo o retorno: “– Pois então, Socorro. Infelizmente você não está autorizada a trabalhar com registro na carteira de trabalho. Poderá trabalhar por contrato, mas não com carteira assinada. É pela sua segurança.” – disse a equipe.

Socorro pulou da cadeira e vociferou: “–Como vocês dizem que querem que eu faça amigos se não posso falar do que mais dói em meu coração, do que me fez chegar até aqui? Como me dizem que querem que eu fique bem se para fazer um preventivo dependerei da autorização de vocês? Como falam em me estabelecer nessa cidade se terei meus direitos de trabalhadora violados? E se eu me acidentar no trabalho? E o FGTS, as férias, e as referências comprovadas em carteira, a aposentadoria para quando não estiver mais no programa? Em quais condições me mantereí viva?!”

“– São restrições necessárias, em nome do seu direito de viver, Maria.” – Disse a equipe.

A equipe falava muito de relação de confiança: que era necessário se confiarem para que o trabalho em parceria fosse interessante. Que Socorro poderia dizer para a equipe das suas saudades, da vontade de ligar para a família ou, até mesmo, se tivesse feito alguma ligação ou quebrado alguma norma de segurança. Que era melhor dizer, do que aguardar as conseqüências para só descobrirem a partir de então. Maria teve medo, mas achou mesmo que a única maneira de terem uma boa relação seria através da confiança e da parceria.

Maria não via a hora de ficar a sós com as paredes geladas e os vizinhos desconhecidos. A equipe informou que voltaria em breve à casa de Socorro, muitas vezes, sem conseguir avisá-la. Quando bateram a porta de saída, Maria só queria que voltassem depressa com um poema ou um beijo de Maçã. Com um cachinho de Flora ou uma reza de mãe. Pensou em descer correndo as escadas e discar do orelhão o número de Aristeu. Sabia de cor, não precisava do celular confiscado pela equipe. Mas a cláusula do termo pesou seus dedos.

Chorou de saudade de Aristeu. Apanhou uma caneta e fez o amor escorrer feito tinta pelas linhas, que diziam assim:

Teteu,

Eu não fui de repente. Eu era cigana desde lá, do tempo que não conseguia ser discreta. Mas não pude ler minha própria mão. O destino mudou os traços e a mão não os acompanhou. E me vou, como faz o vento. Como faz cachorro quando cai da mudança. Perdido, os olhinhos baixos. Logo ergo a cabeça como serpente. Aqui na pele ficou o cheiro de Maçã. E de amor. Maçã-do-amor, Aristeu. Melando tudo. O doce na boca, o amargo da saudade que a toda carne não se compara. E seu suor forte. A poesia sem delicadeza. Virou tudo vontade de sumir mundo afóra e voltar para aquele terminal onde tudo começou e não deu jeito de acabar. Carrego comigo seu caderno. Dos versos que mal entendo, aprendi que muito não se discute. Como os preços do Manoel. É seu amigo, ele? Se for, diga que tenho me entendido com os preços e as coisas mijadas de orvalho. Como ele. Fico por aqui deixando o adeus que não consegui lhe dar. Desejando que você saia logo de dentro de mim, porque meu coração está doendo de saudade.

Sua Mariazinha.

A carta serviu para forrar a gaveta. Não poderia mandar para a mãe, que não sabia da existência do amado. E principalmente, não gostaria de expor para a equipe uma carta de amor assim tão triste. Nem se alegre fosse.

De olhos abertos, viu a noite cair. De olhos fechados fez oração, contou cada canto da casa. Tirou os lençóis dos pacotes, com cheirinho de novos e estendeu na cama. Encheu o filtro com água fresca e agradeceu ao Deus da vida por tê-la permitido estar ali, com toda dor e mesmo sem a autorização de continuar com a Maria grudada em seu nome. As panelas e talheres eram usados. Limpou e tentou não se importar.

Olhando para o céu, tirou da mala o caderno de poemas, seu companheiro de ninar. Escolheu um poema tirando na sorte:

A grande coberta

O governador, perguntado por mim sobre o que seria necessário
Para socorrer os que têm frio em nossa cidade
Respondeu: Uma coberta, comprida de dez mil pés
Que cubra simplesmente todo o subúrbio.

Bertolt Brecht.

(BRECHT, 2000, p.147).

Contando estrelinhas, Maria do Socorro puxou a coberta, cobriu seus pés e dormiu. “– Menos um par de pés para a coberta do governador precisar aquecer”, pensou. Sono leve, cabeça a mil. Um novo dia viria, de tantos outros que acordariam para recebê-la.

III.

Quando a manhã se abriu para Socorro, já passava da hora que sempre acordava. Abriu os olhos que logo arregalaram. Levou alguns segundos para se lembrar que deveria acordar chamando-se Socorro. Mas não valeu: era Maria acordando. E logo lá estava ela, lavando o piso da sala, fazendo arrumação da casa que ainda não sentia como sua. “– Vamos devagar, Maria! Digo, Socorro! Vamos devagar, senão a gente desliza no sabão!” – Dizia ela, entre cigarros e vassouras.

Casa brilhando, esperou a patroa que elogiasse a faxina. Não havia patroa. Estava ela, com a televisão ligada e o repórter anunciando a morte de algum outro Neguim. Maria sentiu um aperto e abriu a janela. Pôs-se a olhar as casas ao redor, a vizinha que levava a criança para a escola, o vendedor de

verduras que passava com um carrinho, o ponto de ônibus convidando a ir para algum lugar. Já não parecia um lugar tão distante assim.

Viu uma senhora olhar para os lados e tirar do gancho o telefone do orelhão. Maria-temerosa: “– Será que ela está quebrando normas enquanto faz aquela ligação? Será que ela também está no PROVITA? Será que a equipe vai descobrir? Será que a equipe está testando se eu ficarei tentada a ligar também? Será que ela é somente uma senhora ligando para a filha, dizendo que está com saudade, que logo chegará o Natal e ela vai visitá-la com um peru assado e uvas num prato decorado? Hum... agora ela sorri... A filha deve estar dizendo que ela não precisa se preocupar com o peru assado, pois a ceia está garantida, afinal, conseguiu um novo emprego com salário melhor. Os filhos sempre dizem para as mães não se preocuparem. E elas nunca ouvem! Nossa! Agora ela está séria! E está olhando desconfiada para trás! Por que será que me olhou? Será que ela achou estranho uma moça a olhando falar ao telefone? E se não estiver falando com a filha? E se ela me seguiu e está passando para alguém que me encontrou e que moro nessa casinha dentre tantas para me acharem? Não, não pode ser. Deve ser a filha contando que brigou com o marido e ele não passará o Natal com a família. Senhoras olham para os lados enquanto falam sobre brigas de casal, pois pensam que casais devem jurar amor eterno e cumprir mesmo que só nas palavras. Nas palavras ditas. Aos outros. Caramba! Quanto tempo no telefone! O cartão não acabou não?! Deve ter ligado para número fixo, senão o cartão já teria acabado... Opa! Olha! Ela vai desligar! Desligou, ela desligou!” – Pensava, olhando a rua pela fresta da janela.

Calçou as sandálias de dedo e foi olhar a rua de perto. Na caminhada pela cidade, o cheiro quente de asfalto entrava pelas narinas. Eram outros caminhos que Socorro percorria. Conheceu a farmácia, a unidade de saúde que não era autorizada a entrar, a praça do bairro. Ganhou assovios enquanto desfilava sem rumo, sacudiu as ancas e comprou verduras com o moço do carrinho de mão que passava na rua. Não deixou nada fiado, como sempre fazia. Nem conseguiria, ninguém a conhecia por ali para dizer que era boa cliente. Passou no mercado e comprou um creme para o cabelo. Era Socorro respirando na nova cidade.

4. SOBRE OS PASSOS E OS PASSISTAS: O PROVITA/ES

Em 1998, o Espírito Santo, através de convênio firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR – e a Secretaria da Justiça, assumiu, através da entidade não governamental, sem fins lucrativos, filiada ao Movimento Nacional de Direito Humanos – MNDH –, Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos (*Léo*) – CADH – a execução do PROVITA/ES.

O nome dado ao Centro de Apoio foi sugestão do militante Isaías Santana e traz em si parte da história capixaba: Valdício Barbosa dos Santos, conhecido como *Léo*, foi sindicalista e liderança no meio religioso, atuando no apoio às lutas sociais, especialmente na região norte do Espírito Santo. Foi assassinado em 12 de setembro de 1989²¹, no município de Pedro Canário e seu processo só foi concluído depois de 22 anos. Depois de 20 anos de impunidade no caso de Valdício, o dia 12 de setembro foi instituído o Dia Estadual de Combate à Impunidade, em sua homenagem.

O Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos possui sede na capital, Vitória, atendendo aos 78 municípios do Espírito Santo. Além do PROVITA, é também o órgão executor, desde 1995, do Programa de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçado de Morte do Espírito Santo – PPCAAM/ES.

Apesar das boas intenções e seriedade na execução dos mencionados programas de proteção, o papel do Centro de Apoio aos Direitos Humanos a cada ano tem se restringido mais ao universo dos programas. Seu papel político enquanto entidade ligada à defesa e promoção dos direitos humanos no Espírito Santo tem estado inteiramente ligado aos profissionais dos programas e suas atuações nos variados espaços que ocupam.

Talvez esse cenário seja consequência da frequente tendência de desresponsabilização do Estado e transferência da responsabilidade para a

²¹ Segundo Bezerra (2009), ainda em 1989, outros militantes capixabas de direitos humanos foram assassinados, dentre eles, Paulo Damião Tristão (sindicalista), Maria Nilce Magalhães (jornalista), Verino Sossai (sindicalista) e Gabriel Félix Roger Maire (padre).

sociedade civil, sobretudo nas áreas que não são consideradas como prioritárias. Segundo ALMEIDA (2001),

[...] enfrentam tais organizações [não governamentais] o risco de representarem menos uma força política, enquanto 'conjunto plural dos sujeitos políticos coletivos' (Coutinho, 2000:27), que introduzem na esfera pública interesses organizados, e de se tornarem, antes, gestoras de recursos escassos pelos quais precisam lutar periodicamente, além de reforçarem a fragmentação das diversas ações e projetos que poderiam integrar, de fato, uma política social (p.11).

No âmbito estadual, o convênio desde 2011 é firmado entre o CADH e a Secretaria de Assistência e Direitos Humanos – SEADH –. Ainda no referido ano, o recurso federal repassado para a execução do PROVITA foi de R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais), somado ao recurso estadual de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). O referido convênio foi celebrado com a meta de 60 pessoas *protegidas*, tendo ultrapassado esta expectativa antes mesmo do término de 2012.

A partir de 2012, a equipe psicossocial foi duplicada, bem como a equipe de apoio, que lida com a gestão administrativa do programa. Assim, a equipe do PROVITA\ES conta hoje com 02 psicólogos, 02 assistentes sociais, 02 apoios técnico-operacionais, 01 gestora administrativa, 01 apoio técnico-administrativo e 02 coordenadores.

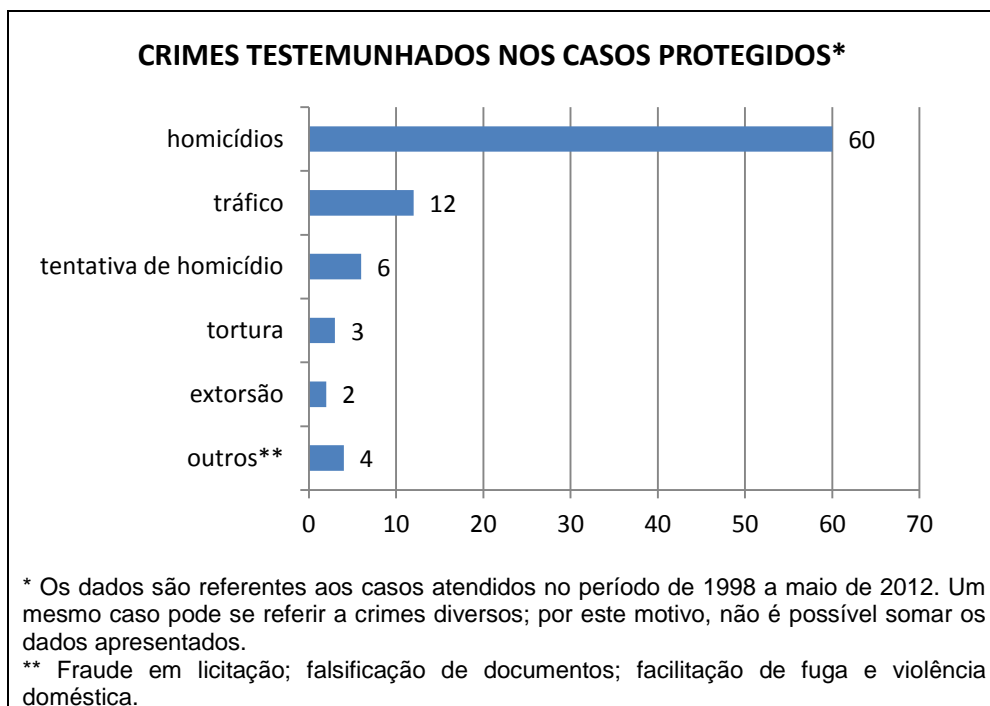
Para termos mais clara noção das questões que atravessam o entendimento que se tem do que vem a ser o programa de proteção, partiremos para alguns dados jurídicos referentes aos acusados e seus grupos de atuação e, posteriormente, apresentaremos dados que dão indícios do público atendido pelo PROVITA/ES.

4.1. Os processos acompanhados pelo PROVITA/ES e seus acusados

Em relação aos crimes denunciados por usuários do PROVITA/ES, tráfico e homicídio lideram as estatísticas, seguidos de tentativa de homicídio e tortura. De acordo com o Mapa da Violência 2011 (WAISELFISZ, 2011),

Espírito Santo e Pernambuco possuem o segundo maior índice de homicídios, atrás de Alagoas, o que é confirmado pelo maior número dentre os crimes testemunhados nos casos protegidos, conforme gráfico a seguir:

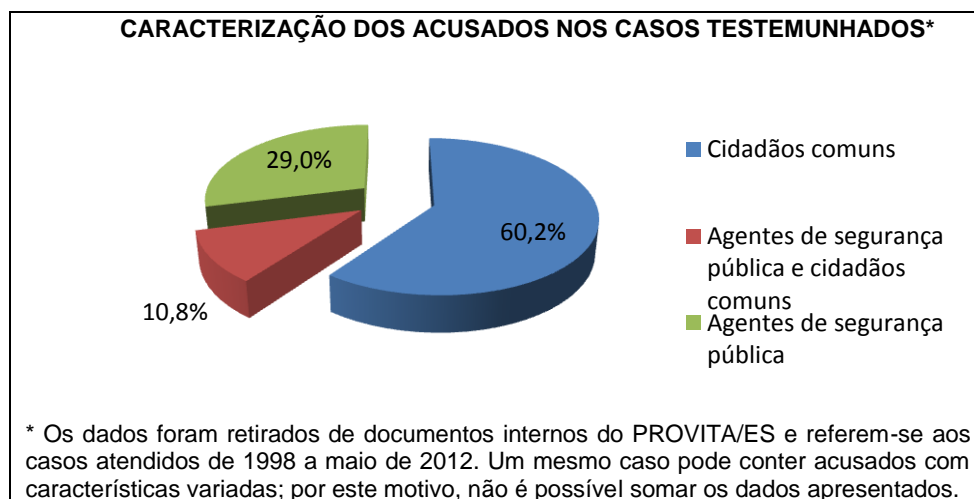
Gráfico 1: Crimes testemunhados nos casos *protegidos* pelo PROVITA/ES (1998-2012)



Fonte: documentos internos do PROVITA/ES (1998-2012).

Sobre a caracterização dos acusados no estado do Espírito Santo, percebemos que atualmente é diferente daquela que motivou o surgimento do programa de proteção, especialmente voltado para a denúncia de crimes efetuados por agentes do Estado. Veja o gráfico:

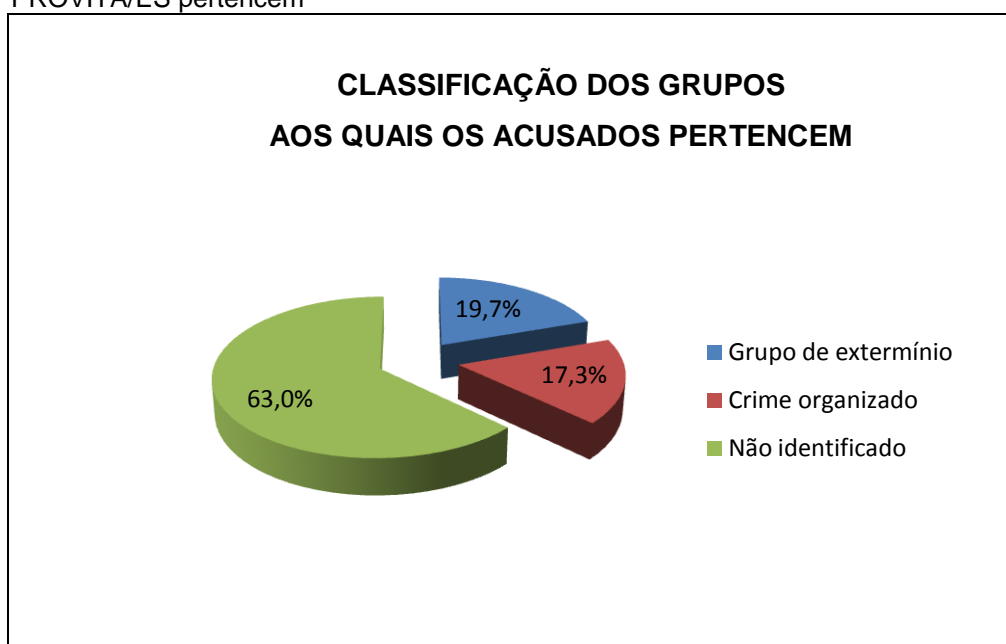
Gráfico 2: Caracterização dos acusados nos casos atendidos pelo PROVITA/ES



Fonte: documentos internos do PROVITA/ES (1998-2012).

Ainda em relação aos acusados, há a classificação do grupo ao qual eles pertencem. Segundo os relatórios jurídicos de arquivos internos do programa capixaba (2010), “a identificação desse dado permite que conheçamos a potencialidade do grupo, e ainda a possibilidade de mobilidade e acesso para encontrar a pessoa protegida” (p.05)²². O gráfico abaixo permite o acesso a essas estatísticas:

Gráfico 3: Classificação dos grupos aos quais os acusados dos casos atendidos pelo PROVITA/ES pertencem



Fonte: documentos internos do PROVITA/ES (1998-2012).

A classificação é preenchida segundo os seguintes entendimentos:

São considerados *grupos de extermínio* aqueles cuja análise da forma de atuação do grupo, local e histórico dos agentes possibilita sua identificação, se assemelhando à pistolagem.

Como *crime organizado*, a definição utilizada é aquela adotada pela Convenção de Palermo, através do Decreto nº 5.015 de 12 de março de 2004:

[...] grupo organizado de três ou mais pessoas, existente já há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material (BRASIL, 2004).

²² Trecho retirado de documento interno do PROVITA/ES. Relatório de atividades jurídicas do ano de 2010, redigido pela técnica jurídica Verônica Bezerra.

Já os tarjados como *não identificados* são aqueles cujas características reunidas não permitem afirmar que pertencem ao crime organizado, nem a grupo de extermínio.

Segundo Bezerra (2009), nos dez primeiros anos de atuação do PROVITA/ES (1998-2008), foram acompanhados 53 processos, dos quais 45% se mantiveram em andamento até o ano pesquisado (2009), 34% tiveram sentenças condenatórias, 15% sentenças absolutórias e 6% de arquivamento. Bezerra ressalta, ainda, que o PROVITA/ES é um dos únicos programas do Brasil que continuam a acompanhar os processos mesmo após o desligamento do caso.

A partir de tais informações, percebemos que o PROVITA/ES atende em maior quantidade casos de testemunhas que denunciaram crimes cometidos por cidadãos comuns e que possivelmente não fazem parte de organizações criminosas ou grupos de extermínio. Ao longo dos anos, este quadro não foi consideravelmente modificado.

Segundo Bezerra (2009), a efetividade jurídica do PROVITA/ES é baixa, e os resultados jurídicos, precários: “[...] percebe-se que o PROVITA, embora já com uma estrada percorrida, ainda não alcançou o seu objetivo primeiro de combate à impunidade e criminalidade” (p.39).

Então o PROVITA, um programa que surgiu com o objetivo de colaborar para que testemunhas pudessem denunciar crimes, sobretudo, cometidos por agentes do Estado, até o momento, no Espírito Santo, não atingiu nem o público alvo, nem os resultados jurídicos esperados.

Pontuações como esta, contudo, não têm o objetivo de desqualificar o programa de proteção – a questão é outra. O PROVITA tem sua importância no acompanhamento dos casos, apesar de as estatísticas nem sempre darem conta de expressá-la.

Ainda assim, a preocupação aqui é de outra ordem e permaneceria mesmo que os resultados jurídicos fossem os mais satisfatórios possíveis: muito antes de medirmos os efeitos das punições dos denunciados na diminuição da impunidade e criminalidade, a pesquisa vem para investigar os efeitos da política de proteção na vida das testemunhas. A preocupação é com a testemunha, não com o efeito do testemunho.

4.2. Das testemunhas-passistas atendidas pelo PROVITA/ES

De 1998 a 2011, foram encaminhados ao PROVITA/ES 291 casos, dos quais 77 ingressaram. Destes 77 casos, que totalizam 257 pessoas, 108 são testemunhas e 149, familiares.

De acordo com Bezerra (2009),

Dos casos encaminhados ao PROVITA/ES ao longo desses anos [1998-2008] a grande maioria são casos de homicídios. Em sua grande maioria as testemunhas presenciaram o crime, sendo desta forma, oculares. Também se observa a ligação direta ou indireta com vítima ou acusado, representando, desta forma, que a testemunha fazia parte da realidade em que o crime ocorreu. As variações das ligações desses homicídios têm muito haver como a conjuntura sócio-político-criminal do momento. Atualmente, a grande maioria dos casos encaminhados tem ligação direta ou indireta com o tráfico de entorpecentes (p.37).

Segundo arquivos internos do programa do Espírito Santo, a prevalência, desde o início, sempre foi de testemunhas do sexo masculino, com idades entre 20 e 30 anos, que denunciaram crimes cometidos, em sua maioria, na região metropolitana do estado.

De acordo com os documentos que tive acesso e a partir da experiência com os casos atendidos, em relação à escolaridade, as pessoas que ingressaram no programa possuíam, em geral, o ensino fundamental incompleto, sendo que grande parte havia abandonado os estudos. A renda média das famílias era entre um e três salários mínimos.

Mas existe um dado que precisa ser destacado: tão importante quanto o número de casos que ingressou no programa, é o número de pessoas que não ingressou. Que, aliás, é estridente.

Para termos alguns elementos que nos possibilitem pensar estes casos que não ingressaram no programa de proteção, fizemos o seguinte recorte, possível para o tempo de construção desta pesquisa:

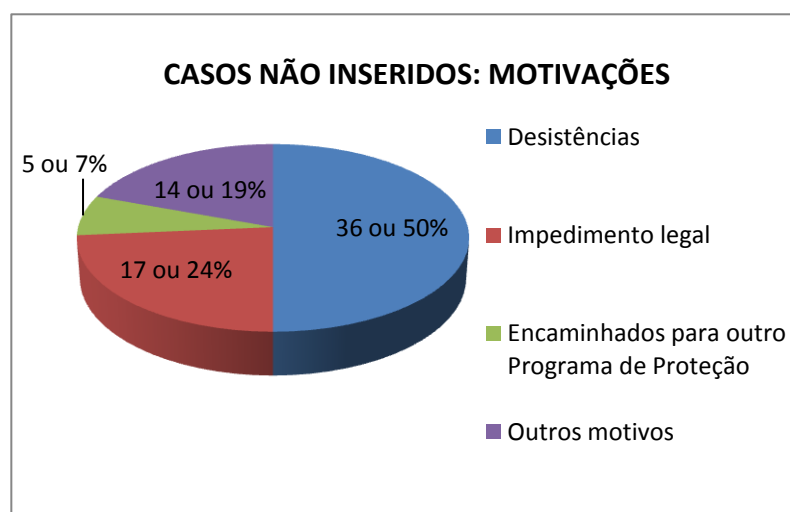
Tabela 3: Casos atendidos pelo PROVITA/ES (2001-2007)

Período	Casos encaminhados ¹	Casos inseridos ²	Casos de Apoio ³	Casos não inseridos ⁴
2001 – 2007	114	32	10	72

¹ Casos encaminhados pelas autoridades ou pelo próprio interessado, independente da aprovação pelo ingresso.
² Casos que efetivamente ingressaram na política de proteção.
³ Os casos de apoio são aqueles cujos encaminhados solicitaram somente um apoio do programa, geralmente financeiro, para saírem do local da ameaça.
⁴ Casos que não ingressaram na política de proteção.

Fonte: documentos internos do PROVITA/ES (2001-2007)

Dos 72 casos que não foram inseridos no programa neste período, buscamos obter, caso a caso, as motivações que levaram os encaminhados ao não ingresso. Podemos dividi-las da seguinte maneira:

Gráfico 4: Casos *não inseridos* no PROVITA/ES (2001-2007): motivações

Fonte: documentos internos do PROVITA/ES (2001-2007)

No gráfico acima, foram considerados como *Impedimento legal* os casos em que a testemunha não preencheu os critérios legais de ingresso, o que também é um ponto a ser destacado: o que significa, para um caso cujo programa é colocado como última alternativa de *proteção*, não ser incluído por não preencher os requisitos legais?

Em relação aos casos *Encaminhados para outro programa de proteção*, foram considerados os encaminhamentos que não correspondiam ao público atendido pelo PROVITA, sendo necessário reencaminhar, de acordo com a análise do caso, para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes

Ameaçados de Morte – PPCAAM – ou para o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH²³.

O grupo denominado *Outros motivos* refere-se às situações onde os requisitos foram preenchidos e a triagem já havia iniciado, mas alguma situação impediu sua conclusão. Por exemplo, houve a prisão dos encaminhados devido a mandado de prisão em aberto ou prisão em flagrante durante o processo de triagem; a testemunha conseguiu ajuda e dispensou o ingresso no programa ou; a testemunha, em juízo, regrediu no depoimento e, como figurava como réu-colaborador, foi presa.

O percentual referente às *Desistências* chama a atenção: metade dos casos estudados (72) desistiu do programa. As motivações que levaram à desistência foram:

Tabela 4: Casos de desistência atendidos entre 2001-2007: motivações

DESISTÊNCIAS		
MOTIVAÇÕES	Casos	%
A testemunha estava em abrigo/albergue/pouso aguardando triagem e evadiu do local ou pediu para ir embora.	6	16,6%
Não houve justificativa para as ausências no decorrer do processo de triagem.	3	8,3%
A testemunha não compareceu a entrevista de pré-triagem e não justificou.	2	5,5%
Colocou que não conseguiria se submeter às normas do programa, por exemplo, permanecer longe da família e sem contato com a mesma.	14	38,9%
Não manifestou desejo de entrar no programa apesar do encaminhamento da autoridade.	5	13,9%
Mudou de ideia sobre o ingresso no decorrer da triagem.	5	13,9%
A testemunha desistiu, pois sua família não se propôs a acompanhá-la no programa.	1	2,8%
TOTAL:	36	100%

Fonte: documentos interno do PROVITA/ES (2001-2007)

Como exibe a tabela, a maior parte das pessoas que desistiram de ingressar no programa colocou a impossibilidade de se submeter às normas de segurança, representando 38,9% dos casos estudados.

²³ O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Espírito Santo – PPDDH/ES – é executado desde ano de 2007 pelo Centro de Defesa aos Direitos Humanos – CDDH –, localizado no município da Serra, Espírito Santo.

O que pode nos apontar este expressivo número de desistências relacionadas à submissão às normas de segurança? Será que estas normas são tão rígidas a ponto de os encaminhados desistirem do ingresso no PROVITA, mesmo cientes da notícia de que os meios convencionais de segurança reconhecem-se como insuficientes para garantirem sua *proteção*?— Não temos respostas imediatas para todas as questões, mas é necessário colocá-las de modo que o tensionamento já comece a produzir outros movimentos que deem abertura a novos pensamentos, novas práticas.

E quando o ingresso acontece, como têm sido tratadas as quebras de normas? De que forma o programa tem conseguido responder a estas situações? Antes das quebras se consumarem, como o programa tem conseguido, juntamente com os usuários, trabalhar as normas de segurança? O que o programa tem considerado como norma e como *quebra de norma*?

Os diários de campo a seguir trazem uma situação que pode colaborar com nossa análise:

Era o dia do encontro familiar. Filha-*protegida* e mãe com saudades de mais de um ano. As filhas da *protegida* não puderam comparecer porque não permitimos. Uma delas, porque já namorou o acusado do crime denunciado. As outras porque eram supostamente envolvidas com o tráfico. Não confiávamos que mantivessem o sigilo daquele encontro exatamente pelos motivos expostos. Como dizer para uma mãe que o programa não permitiria que visse suas filhas? – Pois eu disse. Com todo o jeito que não existe. Desde quando a encontrei pela primeira vez, essa mãe dizia: “—Peçam o que for, mas não me peçam para abrir mão das minhas meninas. São minhas filhas e eu não vou desistir delas”. Durante o encontro familiar, não existia outro procedimento aprovado pelo programa a não ser continuar reafirmando para aquela mãe que ela não deveria receber as filhas em casa, mesmo quando ela não estivesse mais no PROVITA, como reza o termo de compromisso no momento do ingresso. Que era para encontrá-las em outro município, longe dali. Ela dizia que entendia, com a cabeça baixa. Todos sabiam que ela não deixaria a porta da casa fechada apesar do suposto tráfico, das cadeias, das medidas socioeducativas, das distâncias. Mas preferimos manter o manual com algo que não se enquadra no coração daquelas pessoas, em nome do inviolável procedimento. E cantamos as normas de segurança a serem seguidas num sonho qualquer – não ali.

(Diário de campo, 22 de outubro de 2012)

Foi descoberto que a mãe-*protegida* acolhia com frequência as filhas no local de *proteção*. Ela disse que não desistiria das meninas. Qual foi a descoberta?

(Diário de campo, 09 de novembro de 2012)

Na discussão do caso a culpa era dela. Era ela – ela – incapaz de dizer a verdade, apesar dos documentos que comprovavam que as filhas estariam morando em sua casa. A nossa revolta inflamou ao sabermos que ela havia ameaçado a diarista se contasse para o programa que recebia as filhas em sua casa. A diarista a achava louca: que programa? Que filhas? Que exclusão? – A que ponto o usuário é capaz de chegar para que a terrível quebra de norma não seja descoberta pela equipe? Para que não seja excluído do programa apesar da odiosa desobediência às regras? Para o programa era a pior das transgressões: era o risco porta adentro do local de *proteção*. Para ela, era a alegria das filhas dentro da própria casa. Em algum momento se discutiu se, numa ocasião dessas, a casa seria dela ou não: se poderíamos invadir com a escolta e dar um flagrante. Mas nós, darmos flagrante? Nós sugerimos a exclusão dela do programa. Ela disse que era tudo mentira. Que não havia ninguém lá. Que não, não, não. O conselho decidirá pela permanência ou exclusão no processo de garantia do contraditório. Sinuca sem bico nem taco.

(Diário de campo. 19 de novembro de 2012)

Diferentemente do caso daquela mãe que era profissional do sexo e deixou a criança dentro do quarto para ir ao bar, e por isso apresentou conduta incompatível com o programa de proteção²⁴, essa outra mãe quebrou norma de segurança ao receber as suas filhas em casa. Enquanto num exemplo, deixar o filho sozinho num hotel é considerado um comportamento incompatível com o PROVITA, no outro, conviver com as filhas é inadequado.

O primeiro exemplo, contudo, traz uma criança com ares de pureza e uma mãe que não apresenta boa índole, que não atende ao perfil da mãe-ideal. No segundo caso, as filhas eram degeneradas e é como se não precisassem ser cuidadas.

Em momento nenhum, no entanto, nos dois casos, levou-se em consideração o desejo de ficar ou não com as filhas, de compreender o que faz com que a primeira mãe deixe a criança no hotel e vá para o bar e a outra receba as filhas em casa. As decisões parecem ser tomadas acima do desejo: o que se faz é o que o programa entende ser o melhor a fazer com os filhos ou as mães ou as situações.

Não raro, pessoas que ingressam no programa solicitam o próprio desligamento. Um dos principais motivos da solicitação é a dificuldade de manterem as normas de segurança, o que não deve surpreender o leitor. Na solicitação a seguir, a testemunha assinou um termo de declaração onde dizia os motivos de seu pedido de desligamento:

²⁴ Trecho de documento interno do PROVITA/ES apresentado no capítulo 3, página 99.

[...] não deseja continuar sob a proteção do PROVITA/ES, por motivos de foro íntimos, tais como: saudade da família, não concordância em ficar longe e sem o contato com a família, requisito este último, primordial para a segurança necessária que o caso requer. (documento interno do PROVITA/ES. termo de declaração datado de 01 de novembro de 2000. Acessado em 10 de novembro de 2011. *Grifo meu*).

O documento considera de *foro íntimo* o que, na verdade é, para o PROVITA, norma de segurança imprescindível para permanência da testemunha no programa. Teria este pedido de desligamento sido motivado, de fato, por *motivos de foro íntimo* ou porque o *protegido* não mais suportava conviver com as normas impostas pelo programa? Será que ao controle do que se relaciona às questões de foro íntimo das pessoas o PROVITA tem chamado de *norma de segurança*?

Apesar da baixa eficácia jurídica atribuída ao PROVITA, discutida no ponto anterior, o programa tem sido considerado uma política de sucesso. Nacional e internacionalmente, esse *sucesso* da política de proteção tem sido relacionado à ausência de testemunhas que sofreram atentado durante a permanência nos programas.

Segundo Bakker (2008), o relatório de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), realizada em 2004, divulgou os dados obtidos com certa euforia:

Foi garantida a integridade física de mais de 1.200 pessoas desde o início do Programa em 1998, o que contribuiu para a elucidação de mais de 400 crimes de alto poder ofensivo e repercussão oficial. Ao mesmo tempo, não há registro de nenhuma morte de beneficiários por atentado, tendo ocorrido dois casos de suicídio e um de morte natural (cirrose hepática) (BAKKER, 2008, p.26).

Os dados que envolvem suicídio ou a chamada *morte natural* parecem não terem sido até aqui material de análise pelos programas.

Embora especificamente esses casos de morte não sejam objeto desta pesquisa, temos preocupação em dar visibilidade às produções desse modelo de *proteção* adotado e que sente euforia ao anunciar que nenhuma morte aconteceu por atentado ou ameaça até então.

Os atravessamentos de Maria do Socorro neste trabalho têm por objetivo exatamente trazer para a análise as miudezas e os detalhes que a lei

não possibilita tornar visíveis, pois elas são da ordem da experimentação desse programa do ângulo de quem dele necessita. Maria sabe em ato o que é ser *protegida* pelo PROVITA, e questionará, conosco, o que é o programa de proteção enquanto discurso e quais são seus efeitos no encontro com a vida.

Por isso pede passagem.



Luara Monteiro

Passo 4: Maria-cambaleante: o samba não pode parar

I.

Alguns dias se passaram e o assunto que Socorro trocava com o espelho era saudade. Do cheiro, da casa, do cachorro empesteando a almofada de pulgas. Dos canarinhos enraivecendo seu sono e despertando as manhãs. Do café da mãe esquentando no fogão. Dos segredos que podia ter. Dos segredos que podia escolher ter. Saudade do que teve de seu na vida.

A noite chegou chuvosa e a praça ficou vazia. Restava a televisão e um chá de cidreira. Enjeitou um poema. Queria, ela mesma, declamar suas linhas com rima ou não. Rimar saudade com abacate. Pegou uma caneta, ajeitou as ancas na cadeira e colocou ali, no papel que enfeitou com florzinhas, as saudades daquela Maria da qual norma de segurança alguma a desgrudaria. Deixou o envelope aberto para evitar que aquele que lesse, rasgasse e estragasse a decoração da folha. O correio ficava a duas quadras, mas deveria esperar o pombo treinado pelo PROVITA. Escreveu bem assim:

Algum lugar, 02 de maio de 2011

Mãezinha,

Coloquei os pés quentes no piso frio. A casa tem chão branco de azulejo e paredes de tijolos firmes, como os braços da senhora. Olhei para as paredes vazias e logo dei jeito de colocar nossa foto do Natal daquele tempo: eu, a senhora, o papai e seus bigodes. Agora dormem. Ainda os sinto coçando aqui, bem aqui nas minhas bochechas, como quando era miúda e ele os afogava na sopa e vinha me implicar. A senhora rindo, a panela de barro estalando no fogo. A colher de pau ora mexendo o pirão, ora espantando o cachorro. É tudo saudade, mãe. Até do que não vivi. Do abraço do seu Zé, da farinha encorpada com a gordura do frango frito. Depois de lavar, passar e desfazer as malas, chorei. Tirei da mala tudo que me pertencia, mas a vida não coube nos limites do zíper. Queria a senhora para trocar meus curativos, dizer que tudo vai ficar bem com essa voz de taquara-doce. Minha mãe, olho para este chão e quase me vejo nele, nem precisa encerrar. Mas não parece doce de abóbora como o nosso, depois de lustrar de joelhos. Quase-vejo, pois perdi o meu rosto: agora me chamo Socorro. Tiraram o Maria, mãe. Cortaram como quem corta um pulso e nem sabem que a gente carrega as Marias nas veias desde a aró mais-mais velha. Não chora, mãe, é pela proteção. A rua é de asfalto,

pretinho. Passa gente, carro, carroça e cachorros perdidos como eu, mas nem levanta o poeirão. Acho feio rua sem poeira vermelha fazendo fumaça. Mas aqui tem árvore no canteiro, praça movimentada de carros. É bom de se morar. Só não sei se foi a vida que sacudiu tanto, mãe, mas pensar tem me doído as entradas. Comprei chinelos novos de borracha e já pisei na merda! Continuo desastrada por aqui, mãezinha. O vizinho da frente perguntou o que faz uma moça sozinha, alimentada por terceiros. Suspi de lado a audácia e disse a história de cobrir meus porquês: que vim à procura de uma vida melhor. Esqueci o melhor para trás, mãezinha. Aprendi a mentir sem ficar corada - o sangue correndo pro rosto. Tenho saudades que não quero dizer porque essas linhas são lidas pelos terceiros para que nada lhes escape e eu morra. Não se assuste, é pela segurança. A barriga anda cheia, os pés limpos fora do sereno, mas a vida anda minguada, mãe. Persisto. Fique tranqüila, lembre de pegar o remédio de pressão dia quinze na unidade de saúde. Vou pedir um contato telefônico para ouvir sua voz. Disseram que só pode em datas comemorativas, mas direi que é urgente celebrar a sua vida. Quero saber se a Flora tem saudade da amiga aqui. Vou ligar para saber se é longe o caminho do céu, apesar de eles ouvirem as coordenadas enquanto acompanham nossa conversa. Mas é pela proteção, não fique acuada. Pela proteção, mãe, sinto-me violada do direito de me arriscar. Que sobra da vida quando controlam seus riscos? É como se morasse numa casa sem portas com a boca escancarada: tudo aqui me engole e muito pouco me pede licença. Ao mesmo tempo, é como se morasse numa prisão sem grades de se encostar, mas de se viver. É não é o sentimento da classe média quando diz "estamos presos e os bandidos soltos". Essa é outra prisão. Da qual se pode sair a qualquer tempo, depois de ter deixado emprego, escola, família e história noutro canto. Estou protegida-de-mim. É insegura-de-mim. A vida escapa, mãezinha. Como naquela linha ali que vão fazer voltas com lupas, mas sei que só a senhora vai entender. Às vezes peço um Socorro que meu santo nome não empresta. Restam as Dores, mamãe. Termino dizendo que o coração aperta e afrouxa todos os dias, e isso não é do domínio das ciências que definem nosso corpo. É amor. Desse nosso, que a senhora sabe como é que é. Rabisca um desenho para mim, mãe. Um as letras soltas, algumas sílabas, se suas palavras estiverem cansadas. Mas não me deixa voando baixo nesse vale de lágrimas. Dor misericórdia.

Com amor,
 Maria do Socorro.

No outro dia, Maria, digo, Socorro, fez almoço e comeu. Deixou as panelas para depois. Colocou um pijama folgado e foi massagear os cabelos para sair em busca de emprego. Rodelas de pepinos nos olhos e pernas para o ar. De repente, a campainha tocou. Maria sapateou pela sala: “- Quem será a

essa hora? Mas eu não deveria estar esperando ninguém!” No olho mágico os sorrisos da equipe pedindo para entrar.

Socorro-tonta pela casa com creme no cabelo, casa desarrumada. Não era assim que costumava receber visitas. Mas a equipe era visita? Suas visitas costumavam avisar. E lá estava ela, abrindo a porta para os técnicos, com as bochechas coradas, comendo a tal rodela de pepino, e sem jeito: “– Entrem, a casa é de vocês. Aliás, a casa é mesmo de vocês. Desculpem pela casa desarrumada, resolvi dar massagem no cabelo para procurar trabalho mais tarde...”. A equipe riu. Queria saber como estava, como havia passado os primeiros dias na nova cidade.

A conversa foi boa. Socorro contou dos passeios pela cidade, de quando se perdeu pela rua, da vizinha que a ajudou com as compras. Disse da insônia, do fluxo da menstruação intensificado, da cárie dolorida. Falou da saudade da mãe, entregou o envelope da carta aberto, fez cara feia para a psicóloga que apanhou a carta. Sorriu, contando dos sonhos que teve, do tombo quando lavava a sala, da casa bonita que alugaram para que ela morasse. Percebeu que estava com visita de estranhos, a quem tudo deveria contar. Doeu. Um pouco. Às vezes, as interrogações sobre tudo lhe pareciam cuidado. Outras, elas soavam como um controle tão desconfiado e infantilizador, como se devesse prestar contas de seus atos a um pai que castiga ou parabeniza pela obediência alcançada.

Toda as vezes que nos encontrava, ele dizia que não gostava de nos ver. Não era conosco, não era isso. Dizia que não dormia nem comia antes das visitas da equipe. Que não gostava das nossas perguntas, que se sentia vigiado e controlado. Que quando a vida começava a andar – o trabalho, a faculdade, os amigos –, era como se a nossa presença sussurrasse: “– Ei! Espere aí! Essa vida não é sua, ela é nossa! Você não pode caminhar sozinho!” – nos disse ele, num encontro. Apesar disso, por procedimento, o acompanhamento deveria ser feito. E estávamos lá, sempre que possível. Se a equipe não fosse, seria cobrada por não cumprir o seu papel. Qual papel? – Estávamos lá para dizer que essa vida não era só dele.

(Diário de campo, 01 de dezembro de 2012)

Durante a visita, Socorro foi orientada a pedir os orçamentos para o dentista e um clínico geral. Isto feito, a equipe se reuniria para autorizar ou não as consultas.

A técnica anotava tudo que conversavam no *diário de campo*, que era como um resumo das demandas e assuntos tratados. Ao final da visita, todos assinavam. Uma *visita documentada*: Socorro definia assim. E foi percebendo que alguns encaminhamentos eram dados já na conversa, mas muito do que conversaram deveria ser discutido depois com toda a equipe. Socorro sentiu que a equipe também precisava de respaldo, mesmo que entre si, para tudo aquilo que fosse decidir. Medo de dar errado? – Não sabia. Pois suas noções de certo ou errado pareciam distorcer, em alguns momentos, daquelas orientadas pelo programa. O errado parecia tão vivo aos olhos de Socorro...

Dias depois, a carta de Socorro estava debaixo dos olhos de Maria das Dores. O apoio agora era um carteiro peludo e de cabelos grisalhos. E foi com sorriso e carta entregar a mensagem da filha pessoalmente. Das Dores saltitava e abraçava o senhor de cabeça branca, como se agradecesse a ele as linhas redigidas pela filha. E saiu portão adentro, abrindo envelope e esticando as folhas.

Nessas horas a mãe chora. O colo vazio, a raiva coçando os pés. “– Mundo-cão! Por que os homens da lei não prendem aqueles covardes?” – gritava Das Dores perambulando pela casa.

No dia seguinte, enquanto Flora brincava pela sala, Das Dores assumiu um lápis com ponta grossa e decidiu responder a carta da filha. Horas e horas, e linhas escritas com toda saudade e as dores de Maria. Ligou para o programa, que se comprometeu em buscar a carta até a casa de Das Dores, já que estava sem dinheiro para mandar pelo correio.

Enquanto isso, na nova cidade, Maria foi procurar trabalho. Pediram número para contato, mas não tinha. Deixou o telefone da equipe como número de recado. Mas como a equipe a avisaria se ligassem? – Passou a ligar todos os dias para saber notícias. Pediram referências de lugares onde trabalhou, mas a equipe não autorizou que fossem repassadas, pois o novo empregador diria ao ex-patrão onde Socorro trabalharia. Como conseguir trabalho? Socorro-desempregada.

Chegou o dia da próxima visita da equipe. Dessa vez, informada com antecedência. Socorro disse que encontrar trabalho sem ter um telefone para contato, um email ou referências era muito complicado, pois não havia qualquer pessoa conhecida na cidade para ajudá-la. A equipe não tinha

solução. Pediu que continuasse tentando. Que assim que fizesse amizades pelo bairro, na igreja, na praça, na vizinhança, teria alguém para apresentá-la na cidade.

A equipe se despediu e deixou a carta de Marias das Dores. Socorro abriu o envelope com cuidado e o coração disparado foi tomado pelas palavras:

Cariacica, 07 de junho de 2011

Fia,

Ontem, quando recebi sua carta, aqui chovia. A Flora disse que era Deus chorando de saudade - eu acreditei. O chão nem alumia tanto mais, as cadeiras da sua vóia doem. A mãezinha entrevou as juntas. Na mesa o seu lugar continua guardado. E o do seu pai. No almoço de família eu puxo as cadeiras e coloco o prato de plástico que você dava pro Tião para ele não quebrar a louça naquela pressa de comer, lembra? Da família de nosso sangue eu fui a sobra, Maria. Ao menos o pai, eu acho que está no céu e tenho uma direção para olhar enquanto rezo. Não se preocupa, fia, eu continuo levando flores sempre que dá, enfeitando a placa com o nome dele gravado para sempre. Mas e você, onde está? As suas flores eu comprei de plástico, para durarem até quando você voltar. E guardei no armário. Enfeitar a sala com elas deixaria Deus bravo de tanto chorar. Será que você volta um dia? Eu vou rezar olhando para que lado, fia, com esse Brasilzão de meu Deus? Um moço chamado Arísteu esteve aqui. Disse que era vendedor de maçã e deixou uma para você, mas já comi. Mandou dizer que não consegue te ligar e que desse jeito vai desistir de lhe entregar as maçãs-do-amor. Eu falei que você não ia querer mais maçã coisa nenhuma e que ele podia encerrar as vendas sim, que você tinha mandado dizer. Fiz cara de turrona e ele saiu quase chorando. Acho que foi de medo! Fiz bem, filha? Acho que despistei e que esse daí não volta mais. A agente de saúde também perguntou por você. Pediram

para falar que se mudou. Eu falei que foi embora com medo dos tiros que você tomou. Ela pediu se podia te visitar e onde você morava. Eu engasguei, né. Falei que nem tinha o endereço porque a gente tinha brigado e te espantei feito um cachorro. Ela riu de canto de boca, acho que não convenceu. Esqueci de pegar o remédio de pressão na unidade de saúde dia quinze. O seu lembrete chegou tarde. Cadê você aqui para me avisar, Maria? Faz uma ligação para mim, faz? Fala que é aniversário da Dona Chica do mercadinho de cima: é uma data comemorativa, né não? A mãe chorou quando você disse que levaram a Maria de você. Que dor, fia. Que dor! Quando eu vi seus óim esprimidim de nascer, aquela cara de quem daria trabalho pro Tião, pensei: “Essa é digna de Maria”. Dessas nossas que desvirginam as manhãs. Como dizer para tia Maria D’Ajuda que tiraram sua herança, fia? Mas eu deixo trovão cair e num arredo o pé de encher a boca e dizer: “Minha fia de nome Maria”. Igualzinha as sete, como ensinou Jesus Cristo interpretado pelo pastor: “todos fii tem que ganhar o mesmo tanto de amor”. Se mudar o nome eu me confundo no sentimento, fia. Ai eu peço. Você vai ser sempre a minha Maria, desprotegida-em-nome-de-Jesus. Essa sua segurança custa quanto, Maria? Tá trabaiaando para pagar? Outro dia liguei para a moça dos direitos humanos e perguntei dos direitos da gente. Ela disse que pode ser da gente se ver depois de um ano de proteção, num tal de encontro familiar. Cuspí de lado a proteção: onde já se viu dizer para uma mãe-Maria que só depois de criada a fia tá protegida? Eu heim, fia, achei que a gente está faltoso desses tal direitos humanos. Deve ser culpa dessa natureza-Maria, que empurra a gente pros meios das leis. Um ano: tempo que a Terra gira quantas vezes, Maria? Falaram que se acontecer, você escolhe duas pessoas da família e viaja para longe, a família também. Ai lá longe a gente mata a saudade. Em dois dias. Dois dias, fia! Faz resumo do amor, em nome de Jesus! Se a gente não economiza no abraço, acaba o tempo e nem posso te falar dos porquês de te abraçar. Perguntei por que tão

pouco e falaram que é suficiente, o assunto acaba, a saudade morre. Essa gente tem fia-Maria não, minha fia? O amor de assunto sério vale mais de que nós peidando e rindo debaixo do cobertor? Disseram também que é caro, muito caro. Coitados, vão furar os bolsos em nome do nosso amor. Achei bondoso. E chorei quando bati o orelhão no gancho porque sei que depois que você não tiver mais esses direitos humanos, não vamos ter dinheiro para ir para bem longe outra vez. Aí ou nós arrisca matar a vida ou a saudade: tem diferença no seu sentir, fia? Olha eu, falando como se não fosse Maria! Eu bem sei que depois a gente encontra um jeito bem mais fácil de se encontrar e só matar a saudade. Enquanto isso, comprei um calendário para marcar os dias. Que a tinta da caneta não seque antes de nós se abraçar. Coloquei as palavras de perna para cima, para escreverem descansadas para você, Maria. As juntas duras e o coração molinho. Para falar que enquanto tiver força, você pode chorar na folha e fingir que é o colo da sua mãezinha.

Maria das Dores.

Com os olhos apertados e coração pequeno, Socorro sentiu saudade de ser Maria como a mãe: forte e grande. Grandiosa. Arretada, como costumava dizer.

II.

Todo início de mês, lá estava o apoio e seus cabelos brancos levando o recurso para manter as despesas de Socorro por mais um mês. Para isso, era preciso que prestasse contas de todo o dinheiro repassado no mês anterior, com notas fiscais. Se alguma nota não tivesse valor fiscal, o valor seria descontado daquele repassado para o próximo mês. Se algum valor sobrasse, deveria ser devolvido.

Ela suava frio, mas não sabia como dizer. Pareceria desculpa esfarrapada. Pareceria desleixo, descuido com suas obrigações. Como é que uma conta de energia some assim, dessa maneira? De joelhos ao chão e lembrança no termo de compromisso, pensou em ligar três vezes e avisar, ofegante, que foi assaltada por homens cruéis que levaram somente a conta de luz. Quando, de fato, não havia sido assaltada. Os inimigos estavam ali, roncando e dando gargalhadas na sua frente. Imundos de lama, sapateando e sujando seu vestido enquanto tentava recuperar o que restava do documento. Ela puxava de um lado, exausta, e os inimigos da ordem daquela casa passavam a folha entre os dentes afiados e roncavam ou balbuciavam, num verdadeiro banquete sem justificativa. Não se perdoaria de assinar um termo de responsabilização pelo ocorrido. Ela chorava tentando imaginar como é que aquele senhor de cabelos brancos diria aos engravatados que controlam os usos do recurso público que a conta de energia sumira daquela forma. E então pensariam que ele perdeu o documento por incompetência e vociferariam: “–Como é que tem coragem de justificar a perda de um documento importante dessa maneira?”. Ela tremia quando a campainha tocou e, então, percebeu que já não havia mais tempo de inventar um por quê: “–Moço, meu bebê e o porco do quintal comeram a conta de luz!”.

(Diário de Campo. 13 de maio de 2011.)

Quando o apoio se foi, Socorro saiu de casa determinada a conseguir um trabalho. De certo, já havia saído de casa por tantos outros dias com o mesmo objetivo, mas, naquele dia, o coração bateu mais forte. E foi. Pediu ajuda na igreja, aos vizinhos, entrou no comércio da cidade, pediu para ser ajudante de pedreiro em obra. Deixou um papel por onde passava com seu endereço, o telefone da equipe para recado e habilidades profissionais que possuía. Não, não e não. Só ouvia não.

Um dia a esperança cintilou: uma vizinha disse que ouviu de uma colega da igreja que precisava de empregada doméstica. Socorro foi até lá: cabelos com creme, roupa bem passada, saltos e flor no cabelo. As mãos, de tanto que tremiam, bateram por si sós à porta da senhora.

Três batidas e uma mulher com voz grossa e jeito doce perguntou o que queria. Socorro entrou, sentou no sofá e disse que precisava muito daquele trabalho. Gaguejou ao falar de si, pois tinha receio de que algo escapasse da vida que compôs. Que escorregasse um porquê e não conseguisse o trabalho.

A senhora disse que precisava de alguém todos os dias. Tinha a saúde frágil e já não podia se agachar como antes. Socorro pediu para fazerem um contrato, que não tinha interesse por carteira assinada. A senhora desconfiou: “– Como não tem interesse em assinar carteira? É arriscado para você e para

mim, Socorro!” – Socorro sabia. Mas teria outros riscos anunciados se registrasse o trabalho em carteira.

A senhora perguntou se Socorro sabia da importância de assinar carteira, e, com os olhos marejados, ela disse que sim. Enquanto respondia, se lembrava de uma colega do morro que trabalhava mais de quatorze horas por dia e que era chamada de vassala pela patroa. Arrepiou. E de pelos arrepiados, se questionava acerca de quais critérios o programa utilizava ao escolher quais os riscos que se pode ou não correr. Como se o controle fosse uma caixinha com botões de selecionar ou não. Como se fosse possível selecionar os riscos da vida, os riscos de viver.

Socorro sentiu-se com os perigos trocados: “– A intenção é de que eu não dependa mais financeiramente do PROVITA e permaneça nessa cidade. Para isso, precisarei trabalhar. Contudo, não posso assinar carteira. Mas trabalhar informalmente tem o risco de exploração, de acidente de trabalho, de não ter os meus direitos garantidos! Quais riscos são importantes para o programa? A lei do PROVITA está acima da lei dos patrões e dos empregados?” – Perguntava-se Socorro, com um único imperativo: “– *É preciso trabalhar*”.

A senhora tossiu e perguntou o motivo dos curativos pelo corpo. Socorro-amarela. “– Caí de moto, não gosto nem de lembrar!” – Disse ela, com olhos rasos e sorriso sem jeito.

Socorro pediu uns dias de teste à senhora, que, com a sobrançelha erguida, concordou. Fez um almoço-de-Maria, colocou preces e tempero no feijão. Esfregou o chão e espanou a poeira. Lavou e cantou. Passou roupa, fez chá de arnica e ofereceu: “– Bebe, é para a senhora sentir menos dor.”

Sete almoços e jantas, sete chãos brilhando, sete varais estendidos, e Socorro estava contratada. *De boca*, informalmente, como mandava a nova lei. Segura, como acreditava estar. Ganharia um salário mínimo. E fim.

No dia seguinte, indo para o supermercado, olhou no relógio e era tempo de ligar para Aristeu. O coração apertado avistou um telefone público. Trocaram olhares e, ao perceber, estava ela, com o gancho nas mãos, os dedos torcidos tentando penalizar o pensamento de discar os números que sabia de cor. “– Mas e se me encontrarem aqui por conta da ligação? Logo hoje que arrumei um trabalho! E se a equipe descobrir que liguei? Será que

assinarei um termo de responsabilização ou me excluirão do programa? E se me excluïrem, terei que voltar para o morro? Mas e minha vida? E o Aristeu?” – Telefone de volta no gancho, Socorro foi fazer suas compras e trocou as lágrimas por meio quilo de cebola.

À noite, ligou para a equipe para dizer que tudo estava bem. Que estava trabalhando, com o corpo de pé e o coração cheio de saudade. Pediu para conversar com a mãe pelo telefone, a técnica que estava de plantão disse que a equipe avaliaria se seria possível e na próxima visita daria o retorno.

Socorro-insone. Nunca havia pensado ser tão difícil falar com a mãe. Rolou na cama, tomou chá de cidreira. A bexiga cheia e o sono longe. Olhando a lua pela janela, avistou a vendedora da loja do centro da cidade acender um cigarro que lhe era familiar. Socorro conversou com o cheiro e fez um sinal para a moça. Por medo de ser vista, comprou o suficiente para usar seu cigarro de maconha em casa e dormir. A noite, enfim, havia chegado para Socorro.

III.

Para a próxima visita da equipe, Socorro precisou inventar uma desculpa para a patroa. Disse que iria ao cartório, a patroa não gostou. O rapaz da banca de revista, que já olhava de rabo-de-olho para Socorro, dizia sempre um *bom dia* animado quando ela passava. Amando Aristeu, Maria provou estrelas nos braços de Gilson, o vendedor da banca.

A equipe chegou informando que Socorro deveria comparecer a uma audiência, em duas semanas. Era júri. Não precisaria ficar na frente dos acusados, poderia pedir ao juiz para que eles se retirassem. Uma escolta policial faria sua segurança e a equipe estaria com ela.

Ela perguntou o que aconteceria se não fosse. A equipe disse que, se quisesse continuar no programa, deveria ir e dizer o que sabia. “– *Mas se eu não disser, serei excluída do programa? Como ficará o Gilson, a patroa, as amigas da igreja? Criei novos motivos para ter saudade!*” – pensava.

Socorro tinha medo. Medo de dizer. Medo de não conseguir dizer. Apesar dos meses, da nova casa, da nova cidade, das novas memórias, restava o medo de depor. A sala fria, o juramento da verdade perante a um

Deus que lhe causava espanto, os advogados de defesa interrogando sua vida e seus costumes: Socorro tinha medo.

Sobre o contato telefônico marcado com a mãe, Maria das Dores passou mal. A pressão subiu, precisou ser medicada. O contato ficou para outra ocasião. Socorro não conseguiu pedir sua benção antes da audiência.

Naquele dia, um novo envelope aberto foi entregue para a assistente social no momento da visita. Era uma carta para Das Dores:

Meu lugar, 13 de agosto de 2011

Amada Mãe,

Fala baixinho e cuidado para não espantar o amor. Encurta a voz, espicha os braços e alonga os sentidos, mãe. Esforça o amor para me sentir juntinho da senhora. Aceita as juntas, o espírito. Com azeite da oliva mais encorpada que o mundo já teve. Ensaboa o chão e a saudade. Toma pose de madrastra e cultiva esse coração de Gata Borracheira. Jogá estrume no jardim, deixa a grama alastrar como as alegrias da gente: a felicidade deu de aparecer para mim, mãe. Aceita as linhas vaidosas dessa néga que absorve na pele o brilho das estrelas soltas: sinto-me Maria. Maria! Com m maiúsculo de mulher-de-fragmentos. De histórias. Para juntar todos os cacos, careço de ter três vidas. De Marias-em-mim ou de outras pessoas, cabritas ou árvores. Ou coisa assim. Coisas e as gentes todas. Quem fala é a Socorro e quem sente é a Maria. Na luta para ser assim e assado, encontrei um emprego e um namorado. Limpo as casas de pessoas como se limpasse a minha própria. Limpo minha casa como se limpasse a dos outros. Não vejo a hora de devolver os móveis do programa, mãe. Não pude assinar a carteira de trabalho. A patroa teve medo, desses medos das patroas. Eu também tive medo, desses medos das moças trabalhadoras. Mas nos contratamos assim mesmo. Não sei por quanto tempo dura, mas botei o tempero-de-Maria no feijão e ela disse que carregou encanto nas mãos. Eu sorri e ela me encantou. Outro que gostou do meu tempero foi o Gilson. Para ele, é tempero-de-Socorro. Mas o sabor não nega a raiz-forte, não se preocupe. Ele disse que queria te conhecer, pedir minha mão em namoro para a senhora. Pedi para eu te ligar, mas eu disse que meu telefone está quebrado e você está viajando. Para sempre, mãe. Por mares distantes. Por céus de bênçãos e nuvens de algodão. Como quando a gente falou para a Flora que o avô dela tinha viajado para visitar papai do céu. Eu te dei um céu de mentira, mãezinha. Dela minha salvação. Dela proteção. Contra o termo de responsabilização. É que o Gilson não pode saber que estou no programa. Orientam assim para que se não der certo nosso namoro, ele não conte para

ninguém e eu não precise mudar de cidade ou estado ou. Às vezes eu me tomo de amor e quero tanto que ele saiba das vielas que eu corria aí no morro, da minha vida de menina na feira, do pai fedendo a peixe, da poeira vermelha da nossa rua, do dia que me ofereceram outra história e eu aceitei, como faria uma criança desobediente pegando doce de um estranho. Mas inventei outra rua, outra casa, outra cidade e o Gilson gosta assim. Mãezinha, será que ele me amaria se eu fosse quem eu sou, se viesse de onde eu vim, se soubesse dos meus caminhos? Eu estou na estrada, vamos caminhando. Eu sou a estrada, mãe? Que o caminho seja longo. Amém.

Dois bem. O Gilson tem mãos grandes e olhos pretos. Tive que reescrever essa parte porque os terceiros pediram para apagar. Eu tinha falado do sotaque do meu amor, que a senhora ia rir e tremer a barriga quando imaginasse. Mas pediram para apagar porque falei das pronúncias dele, mãe. Mas saiba que é lindo e suave. E ele ri com todos os dentes, gargalha bem alto e soluça. Queria que a senhora sentasse no sofá da sala com ele, vendo jornal das seis e obrigando te ouvir contar tudo, tudo outra vez do dia em que o papai morreu. Do repórter dizendo que assim a cidade estaria mais segura. Será essa a segurança na qual o programa acredita, mamãe? Por aqui também morre gente como o papai. Digo como o papai, porque o papai era tão igual ao mundo todo! Era semelhante a tudo, você lembra? Tinha hora que eu não sabia quem era o peixe e quem era ele na feira, de tanto que ele se vendia naquela banca. Que saudade, Dona Maria das Dores! Que saudade de me apresentar como Maria! Outro dia pensava: "Voltarei a ser Maria quando encontrar o céu onde está o papai". Lá não terá termo porque são os anjos que respondem pela gente. Não é assim que funciona? A placa de eternizar meu nome dirá orgulhosa: "Aqui jaz Maria do Socorro". E então o Gilson vai saber que eu não menti tanto assim. O Gilson leva jeito de ser bom pai também, você precisava de ver. Brinca com os sobrinhos e fica bobo alisando minha barriga. Quem sabe um dia a senhora não ganha um netinho? Enquanto a vida pede proteção, a gente rebola para proteger os acasos, mãe. Tenho vivido de sambar. Mas o batuque agora tem algum molejo. Mande um beijo nas minhas irmãs e na Flora. E ora para que a minha vida seja sempre mais do que parar em pé, mainha.

Amor,

Socorro.

Nos dias que antecederam a audiência, Socorro ouviu o barulho dos tiros, das taças de cristal quebrando, sentiu o aperto no peito, o ardido dos tiros e saudade da casa que viu o pai reconstruir a cada chuva forte. Ficou com medo de não conseguir dizer das botinas e suas armas, dos coturnos e dos disparos que mataram Neguim, e habitar o mesmo céu que ele, caso fosse excluída do programa.

Pensou duas ou três vezes em desistir. Sentia que a equipe do PROVITA se irritava quando ela titubeava em não depor. “– Eu deveria estar me sentindo segura...” – pensava Socorro. A voz de Maria das Dores ecoou, pedindo que não desobedecesse. Com medo e por medo, obedeceu.

No dia da audiência, eram muitos homens armados e o coração hasteando uma bandeira branca. O advogado do PROVITA estava tenso. Socorro suava frio. O colete à prova de balas pesava menos que o desespero de saber que ele serviria para o caso de alguém querer matá-la durante o júri. Um filme passava em sua cabeça, e era esse o filme que o júri gostaria de assistir.

Era dia de audiência e estávamos com a testemunha numa sala, com a escolta da polícia federal. Distraídos, falávamos da vida e das mortes pela cidade. O rapaz ali, sentado, atento a tudo. Nós também. Entre as conversas, os policiais falavam das ações que eram chamados a fazer para manter a ordem em terras indígenas, Brasil afora. “-Aquele bando de marginais, cachaceiros, vagabundos!” – falavam. Tinham a solução na ponta da língua: exterminá-los ou mandá-los para terras distantes, como que em ilhas. Diziam que eles bebiam cachaça, e que negociavam “melhor do que gente”. O rapaz que acompanhavam naquela audiência foi vítima de tortura praticada por policiais. O rapaz ria de canto de boca, ouvindo os policiais fabricarem seus alvos. Ele é mais um índio. Mas naquele dia, seu cocar valia preço de humano.

(Diário de campo, 08 de novembro de 2012)

Socorro não viu os acusados. Os advogados de defesa prepararam um longo repertório de perguntas com e sem respostas.

Os ternos engomados. As colunas eretas. Os sapatos brilhando. Assim o show começou: “– A senhora usa drogas? A senhora toma remédio controlado! A senhora teve um quadro de depressão! A senhora namorou um traficante? A senhora já vendeu drogas? A senhora tem medo? A senhora já foi presa? A senhora já cumpriu medida sócioeducativa!” – assim tentaram mostrar que a tal senhora não poderia dizer a verdade. Ninguém perguntou se ela era cega, surda ou muda: os sentidos bastavam para repetir o assassinato do amigo querido. O coração aos trapos: “– Doutor, eu não matei ninguém” – ela disse.

(Diário de campo. 07 de março de 2010)

Saindo da audiência, Socorro pensou que não suportaria. Queria o colo da mãe, o abraço do pai que hoje mora com Neguim. Queria a maçã do novo amor. Pediu à equipe para falar com Das Dores, mas não permitiram porque o

contato não estava marcado. Precisariam de hora e data. Demoraria quinze dias, até a próxima visita.

Naquela noite, Socorro não dormiu. Sentia medo, sentia raiva, sentiu-se humilhada durante a audiência. Não podia contar para Gilson sobre o seu medo, sobre sua memória, sobre o peso de ser uma testemunha. Não podia dividir a carga de ser uma testemunha *protegida* com as amigas da igreja. Não queria, naquele dia, conversar com a equipe. Noutros dias sim, mas naquele, naquele dia específico, ela queria um braço gordo e macio de uma Maria que pudesse lhe abraçar.

Desceu correndo as escadas e, quando se deu conta, já ouvia a voz quentinha da mãe ao telefone, pedindo para ter calma, dizendo que tudo ficaria bem. Das Dores chorou. Como chora toda mãe-Maria quando não tem um colo por perto para acalmar o coração das Mariazinhas tristonhas. Das Dores fez uma reza, pediu aos deuses forças que brotam da terra e do ventre das mulheres fortes. Socorro desligou o telefone mais leve. Mas não dormiu, porque agora o medo que sentia estava somado ao medo de descobrirem que havia ligado para a mãe.

Pela manhã, pensou em ligar para a equipe e falar o que havia acontecido. Que não viu saída senão ligar para a mãe. Que era aquela voz, aquela reza, aquele carinho que precisava e que não conseguiria esperar os quinze dias. Que não queria falar na frente da equipe da sua raiva e do seu medo, como as Marias conversam entre si. Que era conversa de mãe para filha, que era carinho de mãe e cria. Mas algo lhe dizia que era melhor nada dizer à equipe. E deixar os medos crescerem: o medo dos acusados lhe encontrarem, o medo de ter testemunhado, o medo de o programa descobrir sua quebra de norma.

Estou tão assustada. O medo passou para o lado de cá. Não bastasse o fato de não podermos distribuir a lei 9807/99 para os usuários, que é pública e acessível para qualquer um, com o argumento de que se tornariam questionadores demais, surgiu uma nova orientação: de nunca dizermos que não possuímos meios para descobrir as quebras de norma. Se os *protegidos* não contassem, nós não ficaríamos sabendo, a menos que o acaso permitisse, ou, claro, as pessoas fossem encontradas pelo grupo. Mas os usuários não poderiam saber disso. Eles deveriam achar que controlávamos todos os seus passos: “–Existem câmeras que vigiam vocês quando não estamos por perto! Se quebrarem normas vamos descobrir!” – assim a equipe falava nas visitas. Um Big Brother fictício. Uma prática de

terror real. Esse tipo de fala era feito, apavorando as pessoas e era encarado com certo ar de satisfação pelos profissionais, como se dissessem: “- Conseguimos vigiá-los, estaremos permanentemente em suas casas! Eles estão *protegidos!*”. O PROVITA se nutre da ameaça para exercer a *proteção?* Alguns profissionais se colocaram contra esse tipo de prática. Não está tudo dominado. Por sorte.

(Diário de campo. 03 de fevereiro de 2009)

Na semana seguinte Das Dores entrou em contato com a equipe pelo plantão. Disse que queria um contato com a filha, que estava preocupada com ela depois da audiência.

“– E como é que a senhora sabe da audiência?” – perguntaram.

“– Ela me ligou, *fia*. Pobrezinha, estava apavorada. Chorava igual quando era menina e o pai demorava a voltar do trabalho na feira. O meu coração apertou! Tem como adiantar aquela ligação para eu ouvir a voz da Maria outra vez?” – disse Maria das Dores, na inocência de fazer as palavras escorregarem. Das Dores falava amor, preocupação. A equipe ouvia quebra de norma, desobediência.

A quebra de norma estava descoberta. E, sem condições de precisar se a ligação poderia ter fragilizado ou não a segurança de Socorro, a equipe precisaria agir. Agir: assinar um termo de responsabilização e mudar Maria do Socorro de cidade.

Começar tudo outra vez. Tudo, tudo, tudo outra vez. Afinal, a vida era mais importante. O trabalho, os amigos, o novo amor, nada, nada disso valia o preço da vida que precisava ser garantida. A vida?

A equipe foi de rompante até a casa de Socorro para retirá-la, naquele momento mesmo. Não havia tempo para despedidas! Não havia tempo para conversa! A vida estava em jogo! A *proteção* precisava ser garantida!

Ela cresceu como cresce uma águia para cima dos filhotes e abriu a voz que engasgava entre as forças que ganhava ali mesmo, enquanto dizia, e aquelas outras que já não tinha. Que se tornaram outras forças que mudam de forma a pele e a visão. E fazem outros mundos com os escombros de sua voz. Era um vozeirão que estremecia o manual de procedimentos e as pernas dos ouvintes. Se a avó lesse o manual, diria que era a *vara de bater pecado* dos letrados. Ela abriu a garganta e disse que era dor o que sentia quando via as filhas perdendo saúde. Perder saúde. Era assim que dizia, com suor preenchendo os sulcos da testa. Que queria de volta a liberdade falsa de quem nunca matou. Que queria, ela mesma, afogar nas lágrimas aquele que hoje ria da sua prisão forçada nesse mundo de portas abertas e desejos contidos sem-trancas-com-cláusulas. Ela urrou que vida não se doma com contratos. Que a vida

ferve no justo momento em que folgam as algemas. Que sua vida valia o preço de uma denúncia, de uma audiência, de um telefonema não dado. De um telefonema dado. E o preço que se paga pela parcela não cabida de saudade é outra mudança de estado ou cidade e tudo tudo tudo outra vez. De outra forma. A vida agora valia o preço de abrir a boca e falar de si. Que viveu lá onde os cafezais escondiam amores por debaixo das palhas. Que houve um dia em quase morreu de dor, em sangue. Que teve um mau marido e que era bom pai, como nos filmes e nas vidas dos tantos. A fera uivava uma vida que estraçalha os termos. No suor essa vida estava. No berro. Na força. Na dor. Essa vida que insiste apesar dos moldes de madeira maciça dos quadros dos artistas anônimos. Nem pode assinar a obra.

(Diário de campo, 07 de novembro de 2011)

5. POR NOVOS COMPASSOS: A VIDA PEDE PASSAGEM

“Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos” – versa a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Tanto quanto na declaração produzida no contexto da Revolução Francesa com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, domina ainda hoje a ideia de um humano cuja essência é imutável e universal.

Assim, a defesa e garantia dos direitos humanos não abarca a todos, especialmente quando se trata dos segmentos pauperizados. Afinal, tais segmentos, como mostramos, foram e continuam sendo produzidos como pertencentes a uma classe sub-humana, que não se enquadra no perfil do que tem sido forjado pelo capitalismo como parte do gênero humano. Conforme afirmam Coimbra, Lobo e Nascimento (2009),

Não há dúvida, portanto, que esses direitos [...] tenham construído subjetividades que definem para quais homens os direitos humanos devem dirigir-se. Os marginalizados de toda ordem nunca fizeram parte dos grupos que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, tiveram e continuam tendo sua humanidade e seus direitos garantidos. Ou seja, foram e continuam sendo defendidos certos tipos de direitos, dentro de certos modelos, que terão que estar e caber dentro de certos territórios bem marcados e delimitados por certos parâmetros que não poderão ser ultrapassados (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2009, p. 37).

Sobre estes segmentos sub-humanos, produz-se uma série de discursos e saberes que capacitarão especialistas de toda ordem a tentarem injetar-lhes a tal essência em algum momento perdida, resgatá-los da zona cinzenta onde se encontram ou matá-los definitivamente, em nome de uma determinada ordem social.

Foucault (2007) encontra esse tipo de funcionamento do poder através do investimento na vida, que se deu, num determinado momento histórico, não pela substituição, mas pela complementação do poder soberano com uma nova forma de poder que passava a se exercer ao longo do século XVIII e na virada para o século XIX : o *biopoder*.

No regime de soberania, o poder se exercia pelo direito de vida e de morte espetacular sobre os súditos, condicionado à defesa e à sobrevivência do soberano enquanto tal (FOUCAULT, 2007).

O poder do soberano consistia em mecanismos de apreensão de coisas, do tempo e, em última instância, da vida. Era o poder de *fazer morrer ou deixar viver*, de modo que o soberano só “[...] marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir” (FOUCAULT, 2007.p.148). O foco é a morte, e a vida só entra no discurso do poder pelo direito que o soberano tem de ceifa-la, em nome do seu poderio.

A passagem do poder soberano para o biopoder, que se ocupa do investimento da vida, se desenvolveu a partir do século XVII através de diferentes mecanismos de funcionamento, que se interligaram e se aliaram.

Primeiro, surgiram técnicas centradas no corpo individual, no corpo enquanto força de trabalho, de modo a distribuí-lo no espaço e no tempo com o objetivo de aumentar sua força útil e da maneira menos onerosa possível. Essa submissão, organização e individualização dos corpos se deu através de todo um sistema de vigilância, com mecanismos que diferiram daqueles das relações de soberania. Esse novo tipo de poder, chamado por Foucault (1976) de *poder disciplinar*, foi uma das grandes invenções da sociedade burguesa.

Já na segunda metade do século XVIII, embutiram-se a essas técnicas disciplinares mecanismos que se preocupavam com o homem enquanto ser vivo, enquanto espécie, com o objetivo estimar, prever e controlar os fenômenos que são pertinentes ao nível da massa, não mais ao nível individual, através das regulações da população. Segundo Foucault (2005),

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 2005, p.289).

O poder assume a tarefa de gerir a vida: incumbe-se da vida, investe-lhe nos mínimos detalhes, preocupa-se com a administração dos corpos e gestão calculista da vida.

Se na soberania a lei estava relacionada ao poder do gládio, da morte, nesse novo funcionamento do poder a lei funciona cada vez mais como norma, em sua função reguladora.

Para que se encarregue da vida, será preciso que o poder se muna não mais de leis, cuja transgressão é respondida pela ameaça de morte, mas através de mecanismos que se esparramarão pelo tecido social, e se exercerão de maneira contínua para regular e corrigir a população.

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. [...] Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2007, p.157).

Para exercer essa regulação, o saber médico, por exemplo, vai se preocupar com a higiene pública, com a medicalização da população e com a centralização da informação, com o intuito de aumentar a vida, exercendo através do discurso científico um poder político.

Se, antes, as preocupações se davam em relação às epidemias que devastavam a população de uma única vez, agora elas passaram a se direcionar para as endemias, cujos fatores estavam sempre presentes e correspondiam a um perigo permanente de morte (FOUCAULT, 2005). Conforme afirma Foucault (2005),

[...] o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, no 'como' da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências... (FOUCAULT, 2005, p.295).

Há, portanto, um deslocamento do poder soberano de *fazer morrer ou deixar viver*, para um poder de *fazer viver ou deixar morrer*, tendo a vida como foco do seu exercício.

Na incumbência de fazer viver a todo custo, os mecanismos centrados na vida articularão os efeitos individualizantes da disciplina (investimento no homem-corpo, homem-organismo) com os investimentos no homem-espécie, de modo que se garanta a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos (FOUCAULT, 2007). É com essa articulação em seus diferentes níveis que se exerce o biopoder.

E algumas questões precisam ser levantadas a respeito do biopoder: como é que no exercício de um poder que *faz viver*, continuam sendo percebidos – e mais do que nunca – a morte em massa e a violência? O que faz com que a morte seja possível num sistema político centrado no exercício de um poder que investe na vida?

Para que seja exercido o direito de matar no sistema político do biopoder, Foucault (2005) vai dizer que o racismo vai se inserir nos mecanismos do Estado. Racismo que não mais se dá no nível das raças, mas no interior da população: um racismo do tipo biológico, que fará uma cisão dentro da comunidade, das espécies consideradas inferiores e cuja eliminação significará o fortalecimento da própria espécie. Conforme afirma Foucault (2007): “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (p.150)

Para que se torne aceitável exercer o direito de matar, será necessário justificar a eliminação de alguns em nome da purificação e saúde geral da população. Ao longo do século XIX, o racismo será a forma pela qual o Estado poderá matar: racismo enquanto doutrina política estatal. Segundo Duarte (2008),

Num contexto biopolítico não há Estado que não se valha de formas amplas e variadas de racismo como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da preservação, intensificação e purificação da vida. O racismo justifica os mais diversos conservadorismos sociais na medida em que institui um corte no todo biológico da espécie humana, estabelecendo a partilha entre ‘o que deve viver e o que deve morrer’ (DUARTE, 2008, p.05).

O racismo funcionará, portanto, operando pela desqualificação de algumas vidas em detrimento de outras. Essa desqualificação se dará, por exemplo, fundada em um discurso biológico que, vinculado ao discurso do poder, permitirá matar os inimigos pelo bem da espécie.

No século XIX, como tratamos no capítulo 3, a vinculação do discurso biológico com o poder utilizou o evolucionismo de Charles Darwin como base para pensar a criminalidade e a diferença de classes, através de um certo entendimento acerca da hierarquia das espécies e da seleção que elimina os menos adaptados.

Atualmente, uma política de eliminação dos corpos populacionais exógenos (DUARTE, 2008) continua imperando. São *deixados morrer* os sub-humanos, os desvalidos, os que compõem os segmentos pauperizados da população, os que abarrotam as celas dos presídios capixabas e do país, os que ocupam as calçadas enquanto a cidade dorme.

A morte dessa massa humana é autorizada porque ela é produzida como germe social. E porque se acredita que a sua eliminação trará mais segurança para a população geral. Quando se trata da morte, aqui, de acordo com Foucault (2005), não se diz somente do assassinio direto, mas a exposição à morte, a morte política ou o fato de multiplicar para alguns o risco de morte.

Quando, no capítulo 3, estudamos o público majoritariamente atendido pelo Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, percebemos que ele é constituído exatamente por essa parcela da população produzida como sub-humana.

O público que chega até o programa de proteção é composto, sobretudo, por esse montante sub-humano produzido pelo capitalismo e que não tem seus direitos garantidos: são aqueles indivíduos produzidos como perigosos, os que arrepiam poros e narizes burgueses por onde passam, os que vivem sem deixar rastros. Os que são deixados morrer.

No entanto, quando se tornam testemunhas e o conteúdo daquilo que podem enunciar produz um valor de prova importante para o poder jurídico, a essas vidas é oferecida uma determinada forma de *proteção*.

Quando ingressam no programa de proteção, essas vidas passam a ser investidas a todo custo. Num imperativo ardiloso de fazer viver, elas são investidas de modo que delas seja afastado tudo aquilo que se supõe que poderá lhes causar a morte. Digo, a morte biológica. O corpo que definha.

Tal investimento na vida, encontrado também nas práticas que atravessam e constituem o PROVITA, utiliza-se de uma série de saberes que são forjados em diversos espaços com o intuito de garantir a saúde, a educação e a longevidade (ao menos durante a permanência no programa).

Essa determinada forma de *proteção*, para que seja garantida, requererá a submissão dessas pessoas a práticas que se interessarão pelo que se come, pelo que se veste, pela forma como se diverte, pela casa, pela família, pela

maneira como se ama ou se conversa, pautadas em discursos científicos que ordenarão especialistas a atuarem pelo bem dos *protegidos*. Segundo Vargas (2008), no trabalho executado pelo programa de proteção,

[...] existem algumas ações voltadas para a reflexão e consciência de si; algumas ações dessas de fundo pedagógico e social que instigam o indivíduo a pensar e se perceber num meio coletivo, sem que para isso tenha que perder suas características particulares. A dificuldade enfrentada pela Equipe Técnica do Programa é desenvolver, a partir de estímulos, os indivíduos que nunca sonharam com um ideal, diferente do que eles mantêm no momento real. Sua vida manteve-se numa história geracional empobrecida em todos os sentidos, e assim suas perspectivas em relação ao futuro tornam-se limitadas (VARGAS, 2008, p.107).

Como se pode perceber no trecho acima, a luz que se coloca sobre a vida quando se ingressa no PROVITA e que aparece na forma da *proteção*, apesar de todas as invasões e práticas de submissão, não aparece como uma repressão, mas como um investimento, como a oferta de um direito fundamental que não era garantido: o direito à vida.

E em nome desse direito, do direito à vida, é que se sustenta um discurso que diz que todas as privações e violações de outros direitos são consequência, porque, afinal, para que se possa morar, comer e dormir... deve-se estar vivo. É quase como dizer que se tem o direito de privar, porque é em defesa da vida que o programa existe.

Mas essa *proteção* tem um *rost*o. Ela só existe quando a forma como as pessoas conduzem as suas vidas está de acordo com padrões determinados: padrões burgueses, conservadores e que, como várias outras políticas, excluem e acabam por ser intolerantes com a população que nunca teve os direitos garantidos e que não deve ser incluída nos chamados direitos humanos. Ou seja, o *rost*o dos direitos humanos defendidos pelo PROVITA é compatível com o que se tem produzido enquanto humano pelos valores burgueses no modelo socioeconômico vigente.

Aqueles que escapam ao padrão exigido e a essas formas de ser e estar no mundo são novamente arremessados para a zona dos matáveis. Uma outra morte. E então, a ameaça indireta de serem produzidos desde o berço como figuras suspeitas, perigosas e potencialmente criminosas, soma-se à ameaça direta de poderem ter a vida ceifada devido ao testemunho prestado.

Não suportar moldar a vida de acordo com os padrões exigidos, muitas vezes é entendido pelo PROVITA como uma indisposição pessoal frente a decisões que, segundo o programa, tornariam a vida melhor. Como se pode perceber no trecho que segue:

Tivemos testemunhas que não conseguiram ficar no Programa pelo grau de dependência que se estabelece com o Programa, pois não lhes é fornecida grande quantidade de dinheiro nos primeiros meses de sua estada no PROTEGE, mas são fornecidas as condições para que se mantenham, essa estratégia é para que conheçamos melhor essas pessoas, suas necessidades e para uma elaboração de custo mensal [...] para num segundo momento poder lhe fornecer o valor exato, necessário para sua manutenção. Houve testemunhas que não se adaptaram a quebra de vínculos e pediram para sair, outras usuárias de drogas não aceitaram tratamento e colocavam-se em risco facilmente, quebrando normas de segurança e foram excluídas. E algumas apenas passaram pelo Programa, pois não possuíam disponibilidade e estrutura suficiente para repensar o passado e situar-se no momento atual, tendo o Programa como benefício pelo delato e não como um direito seu (VARGAS, 2008, p.119).

Quando se trata de não suportar a radicalidade que é exigida para que se permaneça *protegido*, parece haver em nós uma dificuldade de enxergar potência, de enxergar a vida pedindo passagem entre as durezas. De enxergar resistência. Enxergamos ingratidão. Desinteresse. O *eu* mais fundo gritando: o indivíduo - sem história, nem vontade, nem vida, nem perspectiva. Enxergamos a abstinência. Vemos a droga, a falta de estrutura. A falta, a falta, a falta. Vemos o abismo, o imenso abismo que separa a falta e o desejo de afirmar uma vida que vibra, que sacode e que, ao se afirmar, coloca abaixo todo o sistema de *proteção*.

Nós não suportamos a vida que grita. Nós: especialistas. Trabalhadores do PROVITA, do PROTEGE, de todos os programas de proteção e também de programas de assistência, saúde, segurança. Na ânsia de controlar – acreditando em nossa benevolência como *protetores* – esquecemo-nos de que a vida está para além da sobrevivência. Além do biológico. Vida é risco. E o que desejo, aqui, é convidar-nos ao risco. Não o risco de uma armadilha armada, de uma arma engatilhada, mas ao risco de viver apesar da arma engatilhada.

Lembro-me da história de um rapaz que foi internado numa comunidade terapêutica, numa tentativa desesperada para que não fosse morto. Dias

depois, ele nos chamou até lá, dizendo que queria voltar para a sua casa, no interior do estado. Que sentia saudade do pai e do cafezal. E disse que, apesar do medo e da ameaça, ao menos aproveitaria com quem amava seus últimos dias.

Ao acordar, viu-se cercado de gente vestida de branco. Mas não estava no céu. Munidos de pranchetas, lupas e rivotril, os letrados lhe prescreveram a cura para seus dias de cão. Bicho-acuado, molequedo-mato, carregava no corpo o açoite dos galhos de café durante a colheita, mas tinha medo de injeção. “-É preciso reformar os costumes!” – Ecoava a voz do sábio pelos corredores da casa que não era sua. Prometeram retirar a pedra do seu caminho por preço de ouro, em nome de Deus. Crackeiro, queria mesmo era fumar a pedra. Pastoreiro, sentiu-se membro de um rebanho de ovelhas-negras. Aos vinte, sua existência desafiava a nobreza dos velhos ditados: “saco vazio para em pé”. Seco como flor sem água no vaso, a única coisa que gritava era a magreza do osso encapado por pele, justo como que feito sob medida. Bizarro em si, franzino e banguelo, sorriu de beijo a pele de bochecha e encarou a morte como quem pede colo. O olho verde reluziu em vida e implorou céu azul. Traduziu cura em liberdade. Ameaçado, nem o medo da morte lhe travou de respirar seu ar puro da roça. A caravana fazendo figa para que ficasse e preservasse sua vida, e o guri-crackeiro-bicho-acuado-jumento-sem-pensa lambuzou os livros e diplomas dizendo que vida não é tempo, vida é pele. Apesar da erva verde, do farelo branco e da pedra marrom.

(Diário de Campo, 31 de maio de 2010)

Se procuramos reunir trechos de encontros, rastros e restos de documentos, prontuários e histórias costuradas ou afrouxadas ao longo dessa pesquisa, é exatamente porque o discurso que procuramos ouvir é aquele de quem sente os efeitos dessa forma de *proteção*.

É para combater um certo tipo de discurso que desqualifica determinados saberes que essa pesquisa se fez. É ao dar visibilidade a uma série de análises que cotidianamente se fazem acerca da política de proteção, que essa pesquisa afirma sua importância.

Através dos gestos de recusa, dos gritos, das quebras de norma, das obediências irreparáveis e dos sorrisos daqueles que utilizam esse serviço, é que procuramos fazer dessa pesquisa um convite. Um convite para pensarmos o PROVITA, para (re)pensarmos nossas práticas, para pensarmos a nós mesmos.

Trazer os diários de campo e as falas das pessoas que ingressaram no programa de proteção foi uma forma de compartilhar os saberes produzidos por elas acerca do PROVITA com o objetivo, acima de qualquer outro, de

convidar para uma conversa sobre os efeitos produzidos pelas práticas de um programa como este. Nossas práticas.

E para essa conversa, é preciso necessariamente inserir e participar os sujeitos que constroem *no ato* formas de suportar e de viver na política de proteção, apesar das normas que tentam aparar as arestas que compõem toda e qualquer vida.

Um convite: um convite para uma conversa. Mas uma conversa onde caibam os risos, as alegrias e as lágrimas dos usuários do PROVITA. E dos profissionais. Uma conversa que se dê, não pela retórica, pelo saber científico, pelos documentos e manuais que ensinam como proceder, mas uma conversa que se dê pela pele. Pelo toque: permitir-se tocar. Abrir os poros.

Uma conversa não entre testemunhas *protegidas* e técnicos do programa de proteção, mas entre sensações. Entre pessoas. Com suas peles, seus desejos, delicadezas e escrachos. Que extrapole os especialismos. Que recuse a assepsia. Uma conversa sobre qual vida temos conseguido *proteger*, em nome de quais interesses.

Um convite para os amores, os encontros, os afetos. Um convite a um samba com Maria, um samba com Socorro. Um samba. Um batuque que possa ecoar os ritmos diferentes da vida, de cada história, de cada olhar. Um samba arriscado pelas vielas da vida, nos barracões onde construímos e demolimos nossas práticas.



Luara Monteiro

Passo 5: O samba não pode morrer

Quando a equipe chegou Socorro almoçava. De olhos arregalados, perguntou o que estava acontecendo. A equipe disse que havia descoberto a ligação para a sua mãe e que isso era muito grave, uma quebra de norma. Portanto, naquele dia mesmo, sairia dali para um local que já estava articulado.

“– Sair daqui?! Mudar da minha casa? Começar tudo outra vez em outro lugar? Mas foi só uma ligação! Uma saudade apertada que não deu para segurar!” – dizia Socorro, aos prantos. A equipe pediu que arrumasse as suas coisas, para poderem partir.

Maria sapateava pela casa. “– Como avisarei a patroa que terei que sair de repente? Ela vai achar que não sou mulher de palavra! Como vou me despedir do Gilson? E os dias de trabalho que ainda não recebi?” – pensava Maria-tonta pela casa.

Nada disso era mais importante do que a sua vida. A vida que a equipe se preocupava. A vida que poderia cair-cambaleante com um tiro certo. O corpo de pé.

“– De que adianta o corpo de pé se a alma esvaziou, gente?! Eu estou morta, só falta cair!” – gritou Socorro, enquanto enfiava algumas peças de roupa na mala.

A equipe disse para pegar o essencial. Depois, voltaria para buscar os móveis e o restante dos pertences. Socorro se irritou: “– Esperem aí! Vocês mexerão na minha roupa, no meu sapateiro, no meu armário? Eu não aceito! Tem minha caixa de cartas, meu álbum de fotografias, meus discos, o caderno de poesias... nem minha mãe Maria eu permitia que mexesse nas minhas preciosidades!” – esbravejava, sem sucesso. Ela não poderia voltar nem para se despedir, nem para acertar as contas com a patroa, tampouco para dar o beijo de adeus no namorado. A equipe empacotaria suas coisas e mandaria para a nova casa, onde passasse a residir quando mudasse dali.

As pernas de Maria tremiam. O coração aos pedaços. O coração aos pulos. O cansaço de ver a vida agarrando, como um disco arranhado: música que repete enjoa. Afiou a garganta e disse que não sairia dali.

“– Daqui eu não saio!” – disse. A equipe informou que se não quisesse ir, seria excluída do programa. Afinal, era um procedimento de segurança e segurança não se discute.

Maria pediu para pensar. Trancou-se no banheiro, enquanto a equipe retirava alimentos perecíveis da geladeira e dos armários, para que não estragassem. Nessas horas não existe *com licença*: a vida é mais importante. A tal vida. Aquela que importa para o programa.

Socorro começou a pensar como seria voltar para a casa da mãe, no morro. Sentia saudade de lá, mas o tempo havia passado, os laços e os amigos estavam mais distantes. Além disso, tinha medo de voltar. E não tinha mais o emprego de antes. Como iria se manter? Na cidade onde passou a morar fez amigos, estava trabalhando. Se saísse do programa poderia assinar carteira: “–Mas e o risco?” – pensava. Ainda não tinha dinheiro para se manter, pois, diferente do morro, ali pagava aluguel. Se decidisse ficar na atual cidade, teria o namorado por perto. Os amigos do bar e os da igreja. “– Mas e o perigo de ser encontrada devido ao telefonema? E como falarei com a minha mãe, se ligar para ela é perigoso?” – tonteava. Se fosse para uma nova cidade, não poderia mais voltar para ver o Gilson. Nem os amigos do bar ou da igreja. Nem a patroa. E continuaria tendo auxílio de uma escolta quando fosse depor. E continuaria com a ajuda financeira do programa e a visita da equipe.

“– O que colocar na balança?” – perguntava-se.

Saiu de casa e foi com a equipe para uma casa onde ficaria provisoriamente, até mudar de cidade.

Era insuportável: sentia saudade, mas não sabia mais de que. De quem. Sentia medo, mas não sabia mais de onde ele vinha. Sentia raiva. Era dor. “– Se desobedei foi por amor” – pensava, na esperança de que a mãe lhe perdoasse.

Naquela noite, Socorro pegou um lápis e uma folha, e, pôs-se a escrever o que sentia. Não era a testemunha escrevendo. Tampouco era a Socorro. Era Maria do Socorro: com seus medos, suas histórias, seus sambas e interesses.

Pela manhã, a equipe foi até o local visitá-la, pois Socorro havia ligado para o plantão, dizendo que queria pedir o desligamento do programa. Quando a equipe chegou, entregou uma carta aberta e se despediu. Disse que era o seu pedido de desligamento. Dizia assim:

Escrevo para dizer que estou por um fio. Um fino-fio, que, se rompido, não sei o que levará de mim. Não sei o que restará de mim. Escrevo para dizer do que se tornou insuportável. O que essa carne-Maria não consegue mais digerir. Escrevo por não suportar mais uma vida assim: contida, discreta, morna. Se a vingança é um prato que se come frio, como diz o velho ditado, a liberdade é um prato que se come quente e eu tenho pressa. Não é desespero, irresponsabilidade. É zelo. É cuidado com essa vida que me contorce a cada samba descompassado. Essa vida: a nossa. A nossa vida, a vida de todos e de qualquer um. Sem muito protocolo. O samba de domingo à tarde, com cerveja gelada sobre a mesa, os pés no chão e o rebolado solto. Essa vida. De ligar para os amigos quando tem saudade ou está triste. E que se demorar, a saudade e a tristeza vão embora.

Escrevo com medo. O medo nunca saiu da porta da minha casa, mesmo a casa estando distante daquilo que me fez ser o que hoje eu me tornei: uma testemunha. Dia após dia eu ouvi o gatilho disparar. Porque quando você passa a viver em função de um testemunho que precisa dar, e muda toda a sua vida em nome da obrigação de dizer a verdade - essa verdade que é importante, e que não é qualquer verdade - você não consegue pensar em outra coisa a não ser o que te fez chegar até aqui.

Escrevo com a angústia de quem gostaria de não precisar dar satisfações do pão doce e bem quente que compra pela manhã. Quando você não pode tomar decisões simples sem ter que dividir isso com alguém, você passa a viver de uma forma que às vezes dói tão fundo que beira o insuportável. E beirar o insuportável é desafiar as belezinhas que preenchem a nossa vida. É ameaçar a vida-boba, aquela que fala de si sem medir as palavras. Mas quando você precisa viver medindo as palavras, você se sente como se fosse um pecado. Sua história de risos e sofrimento e alegria e situações de família, se torna uma ilicitude. E você sente medo de falar de si.

Quando você deixa para trás as pessoas que ama, você deixa de existir. O Estado te garante a vida, mas eu me pergunto: qual vida? Que vida é essa que se prende entre a balança e o manual?

A vida é muito mais miúda do que as cláusulas a cumprir. O peso da lei amassa as vontades. Amassa as vergonhas que todos sentimos, nos faz parecer ridículos se sentimos saudade, se depois dos 25 chamamos a nossa mãe de minha mamãezinha.

A lei é importante. É importante que nós, testemunhas, sejamos protegidas, mas para que nos sintamos protegidas não basta a polícia para nos defender. Ou a distância que nos isola de tudo. De tudo: aquilo que é importante para nós, aquilo que nos faz ser algo diferente de uma testemunha. Aquilo que não cabe no depoimento, no documento, no termo de compromisso, nos manuais. Aquilo que não nos responsabilizaria: acabamos sendo

responsáveis pela nossa incapacidade de suportar a saudade, a tristeza ou a felicidade.

A distância de quem amamos, aliás, nos torna frágeis. Faz da gente carne e osso. Mas somos mais do que isso: somos gente e por isso somos feitos de amor. De dor, de saudade. De samba e gafieira. De cachaça - não dá para ser sempre lícido.

E porque não dá para ser lícido todo o tempo, escapamos. Por sorte escapamos. É quando conseguimos amar, nos divertir, criar jeito de ver a vida sorrindo à nossa maneira, apesar da lei. Samba com a norma: arriscar-se na vida sem com isso precisar quebrar regra de segurança. Nem sempre é possível. Mas é possível.

Portanto eu, Maria, que por procedimento tornei-me Socorro, peço o desligamento do programa de proteção. Não porque eu não suportei o programa, não foi isso. Se eu peço desligamento é porque essa vida mirrada, essa vida morna e balanceada é que não suportou o chacoalhar do meu pandeiro. Porque ainda que o carnaval acabe, o samba não pode morrer.

Doendo,

Maria.

Nos arquivos do programa o desligamento dessa usuária ficou registrado: “*Maria do Socorro Pereira da Silva fez a solicitação do desligamento do programa de proteção de próprio punho, por motivos de foro íntimo*”.

Nunca mais a equipe teve notícias dela. O processo em que figura como testemunha permaneceu parado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. Ética e Institucionalidade. In: **Revista Direitos Humanos e Proteção a Testemunhas no Brasil**. Gajop, ano 3, número 7, janeiro a julho de 2001.

ARAGÃO, E. M.; BARROS, M. E. B.; OLIVEIRA, S. P. Falando em metodologia de pesquisa. **Estud.pesqui.psicol.**, dez. 2005, vol.5, no.2, p.18-28. ISSN 1808-4181

BAKKER, N. J. História da construção do PROVITA São Paulo. In: **PROVITA São Paulo: história de uma política pública de combate à impunidade, defesa dos direitos humanos e construção da cidadania** / Inácio da Silva, Nicolau João Bakker, Equipe Técnica do PROVITA/SP; Inácio da Silva, (coordenador). -- 1. ed. -- São Paulo: CDHEPCL, 2008.

BAPTISTA, L. A. **A Cidade dos Sábios e Outros Ensaios sobre a Subjetividade e o Cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Sumus, 1999.

BARROS, M. **Livro sobre nada**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

BAUMAN, S. **O mal-estar na pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELEZA, T. Bandido. **Literatura Experimental**, São Paul, 14 jul 2011. Disponível em: <http://literaturaexperimental.wordpress.com/2011/07/14/bandido/>. Acesso em: 20 de agosto de 2011.

BENEVIDES, R. D. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre:Sulina/Editora da UFRGS, 2007.

BEZERRA, V. C. **A contribuição efetiva dos programas de proteção no combate da impunidade**: um olhar a partir da experiência do PROVITA/ES: os aspectos jurídicos desta prática. (monografia). Curso de especialização em direitos humanos (virtual). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2009. (42p.).

BICALHO, P. P. G.; KASTRUP, V.; REISHOFFER, J. C. Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 24, n. 1, abr. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?scrip...7&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2012.

BRASIL, Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000. Regulamenta o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e dispõe sobre a atuação da

Polícia Federal nas hipóteses previstas nos arts. 2º, § 2º, 4º, § 2º, 5º, § 3º, e 15 da referida Lei. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 jun. de 2000. Seção 1, p.10.

_____, Decreto nº. 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5015.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____, Lei nº 9.807 de 13 de julho de 1999. Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou Condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 jul. de 1999. Seção 1, p.1.

_____. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos, Brasília, 1996. Disponível em: <http://unesp.br/observatorio_ses//mostra_arq_multi.php?arquivo=1684>. Acesso em: 07 de agosto de 2011

_____. Ministério Público Federal. **Ata da Oitava Sessão Ordinária de 2007**. Brasília, DF, 02 de out. 2007. Disponível em: <<http://csmpf.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/atas/ordinarias/2007/8aOrdi-2007.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2012

BRASIL, Portaria nº 1.772 de 16 de agosto de 2011. Dá publicidade ao Manual Geral de Procedimentos do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, ano CXLVIII. Nº158, Brasília-DF, 17 de agosto de 2011.

BRECHT, B., **Poemas 1913- 1956**. Seleção e tradução de Paulo César de Souza. São Paulo; Ed. 34, 2000. 360p.

CHAUÍ, M. O discurso competente. In: **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12 ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

COIMBRA, C. M. B. - Psicologia, Direitos Humanos e Neoliberalismo, in **Ensaio: Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade**, Amarante, Paulo (org.), Rio de Janeiro, RJ, Editora Fiocruz, 2000a.

_____. **Tortura no Brasil como Herança Cultural dos Períodos Autoritários**. Seminário Nacional sobre a Eficácia da Lei da Tortura, Brasília, 2000b. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/ceciliacoimbra/cecilia.html>>. Acesso em: 13 de setembro de 2012.

_____. **Operação Rio: O mito das classes perigosas.** Niterói/Rio de Janeiro: Intertexto, Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; LOBO, L. F.; NASCIMENTO, M. L. A invenção do homem como modo de assujeitamento. In: MENDONÇA FILHO, M., and NOBRE, MT., orgs. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa** [online]. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES, 2009. 368 p. ISBN 978-85-232-0624-6.

_____. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos.** vol.20 no.2, Psicol. Clin., Rio de Janeiro, 2008.

Curi, T.V.; Bicalho, P. P. G. (2009). Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania: a busca por possibilidades de encontros. In F. L. Fernandes (Org.), **Redes de valorização da vida** (pp. 111-127). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.

DELEUZE, G. **Conversações.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Diferença e repetição.** São Paulo: Graal, 1998.

_____. Espinosa e nós. In: DELEUZE, Gilles. **Espinosa.** Filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.p.127-135.

_____. **Nietzsche a e filosofia.** Trad. Ruth Joffily e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

DELEUZE, G, GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

_____. _____. São Paulo: Editora 34, 1996. v.3.

DELEUZE, G. e PARNET, C. **Diálogos.** São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DUARTE, André. Sobre a bio-política:de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, v. 1, p. 1-16, 2008.

ESCÓSSIA, L.; TESDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/orgs.** Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2009. 207p.

FOUCAULT, M. (1976) O retorno de Pierre Rivière. In: **Ditos e Escritos VII: Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina.** Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2011. Segunda edição (p. 75- 77).

_____. (1977) A vida dos homens infames. In: **Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber.** Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2010. Segunda edição (p. 203 – 222).

_____. (1988) **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. (impressão de 2007).

_____. (1997). **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes.

_____. (2002). A psicologia de 1850 a 1950. **Ditos e escritos I – Problematizações do sujeito**: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro; Forense Universitária.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. (Roberto C. de M. Machado & E. J. Morais, Trad.) Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (impressão de 2005).

_____. Introdução a vida não fascista. In: FOUCAULT, M. Anti-édipo: uma introdução à vida não fascista. In: ESCOBAR, C. H. (Org.) **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979c. (impressão de 2010)

_____. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b. (impressão de 2010)

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. (impressão de 2010) – p.68-78.

_____. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a. (impressão de 2010)

GABINETE de Assessoria Jurídica às Organizações Populares. Programa – Provita, Recife, 2009. Disponível em: <http://www.gajop.org.br/programas_provita_historia.php>. Acesso em: 13 de março de 2012.

GUATTARI, F. (1992) **Caosmose**. Rio de Janeiro: Ed.34.

JACQUES, P. B. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. 2. ed. Rio de Janeiro; Casa da Palavra, 2003.

JORGE, H. **Programa de Proteção às testemunhas**. Higor Jorge, São Paulo, 21 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.higorjorge.com.br/74/programa-de-protecao-as-testemunhas/>> Acesso em: Data de acesso.

JORGE, M.A.S. A violência e o processo de mundialização. In: MOURÃO, J.C. (org). **Clínica e política: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas**. Rio de Janeiro: Abaquare, 2009. p.259-265.

LEÃO, J; FERREIRA, R. **Os impactos e feitos subjetivos do Programa de Proteção às Testemunhas Ameaçadas – PROVITA**. In: CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2008. Maceió. Anais... Disponível em: <<http://www.nucleo.ufal.br/gepsojur/anais-connaspeixos/GSC-37.pdf> >. Acesso em: 11 de junho de 2011.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**, Petrópolis/RJ: Vozes, 1975.

MONTEIRO, Valdênia Brito. **Proteção a vítimas e testemunhas da violência, lei nº 9.807/99: um estudo de caso (dissertação de mestrado)**. Faculdade de Direito do Recife (UFPE). 131 p., 2002.

MORAES, M. O que é a psicologia? In: **Revista de psicologia da UnC**, vol 1. n.2, p. 69-73. ISSN 1806-6682. Disponível em WWW.nead.uncnet.br/revista/psicologia. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

MOURÃO, J.C.; MARCO, A.J.; FRANCISCO, S.A. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In: BENEVIDES, R.; PASSOS, E.; RAUTER, C. (org). **Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002. p.51-58.

NUCCI, Guilherme. de Souza. Proteção a vítimas e testemunhas (delação preeminada). In: **Leis penais e processuais penais comentadas**. 5ed. Ver.atual. e.ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

OAB-ES repudia ação do BME na desapropriação de terreno em Aracruz, Norte do Espírito Santo. **Gazeta Online**, Vitória, 19 mai. 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/a_gazeta/minuto_a_minuto/855932-oab-es-repudia-acao-do-bme-na-desapropriacao-de-terreno-em-aracruz-norte-do-espírito-santo.html>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PANNUNZIO, E. Os requisitos de ingresso nos programa de proteção a vítimas e testemunhas - Uma análise à luz da legislação e experiências internacionais. In: LIMA JR., Jayme Benvenuto. (Org.). **Direitos humanos internacionais: Avanços e desafios no início do século XXI**. Recife: Gajop, 2001, p. 169-193.

PARTICHELLI, Patrícia Peterli; GORZA, Anelise Nunes. Agentes do samba: uma prosa sobre a dança dos dias dos agentes de saúde. p.7-12. In: **Revista científica FAESA**, vol 4, número 1, ano 2008. ISSN: 1809-7367. Vitória, ES.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método da pesquisa-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade/orgs.** Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2009. 207p.)

PEREIRA, Alexandre Avelino. **Sistema Nacional de Assistência a vítimas e testemunhas: programas e legislação federal** – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2001.

PINHEIRO, Paulo S. Violência, direitos humanos e democracia no Brasil: o reino da impunidade. In: ARAÚJO, A.M.C. (org). **Trabalho, cultura e cidadania.** São Paulo, Scrita Ed, 1997, p.207-221.

PIOVESAN, FLÁVIA. A constituição brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. In: **Revista jurídica da faculdade de direito** – v.2 – n.1 – ano III. ISSN 1980-7430. (p. 20-33), 1998.

PRADO, Adélia. **Poesia reunida.** São Paulo: Arx, 1991.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar.** A utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, I. **O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Santa Úrsula/Amais, 1997.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental.** Porto Alegre: Sulina,2007.

RODRIGUES, H.B.C. Direitos Humanos e Intervenção clínica. In: SILVA, M.V.O. (org). **Psicologia, Ética e direitos humanos.** 2. Ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p.68-88.

SASSON, J. P. **Princesa Sultana: sua vida, sua luta.** Editora Best seller, 2004.

SILVA, R. L. Memórias para uso diário – indicações ao paciente. In: MOURÃO, J.C. (org). **Clínica e política: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas.** Rio de Janeiro: Abaquar, 2009. p.85-92.

VARGAS, M. A. **Vidas entre parênteses: a construção das identidades e o reconhecimento social das testemunhas protegidas do estado do Rio Grande do Sul – PROTEGE**”, Universidade de Vale dos Sinos – UNISINOS (dissertação de mestrado). São Leopoldo, 2008.130p.

WACQUANT, L. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. **Fractal**, Rev. Psicol. Vol.20 n1. Rio de Janeiro, Jan/June, 2008. Entrevista concedida a Fernanda Bocco, Maria Lívia Nascimento e Cecília Coimbra em 30 de setembro de 2005.

WACQUANT, L. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 3ª Ed. 2007.

WAISELFISZ, J. J.. Os Jovens do Brasil. **Instituto Sangari**, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/491_MapadaViolencia2011.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2012.

Fotografias:

Luara Monteiro. Ensaio **Negra Bruna**, 2008. Disponível em www.flickr.com/photos/luaramonteiro/

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO PROTEÇÃO

Termo de contrato que entre si firmam de um lado (nome da entidade gestora) na qualidade de entidade gestora do PROVITA - Programa de Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência, doravante denominado simplesmente Contratante, e do outro lado **(nome do usuário(a))**, (nacionalidade), (documentação pessoal), (figuração no processo), denominado simplesmente de Usuário (a), de acordo com o Convênio firmado (órgão convenente), e (entidade gestora), nos termos da Lei 9.807/99 de 13 de julho de 1999, **conforme deliberação de ingresso, em (data da deliberação de ingresso)**, e receberá assistência psicológica, social e jurídica, de acordo com os termos constantes das cláusulas seguintes:

Dos compromissos do Usuário

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Usuário se compromete a prestar as declarações e esclarecimentos referentes aos fatos delituosos que forem do seu conhecimento, sempre que solicitado pelas autoridades, tanto policiais quanto judiciárias, procurando contribuir para aplicação da lei penal ao referido caso. Cabe ressaltar que a recusa em prestar depoimento implica na exclusão do Usuário e de seus familiares, por ser considerada conduta incompatível com a permanência no PROVITA, de acordo com o Manual de Procedimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Usuário assume o compromisso de informar ao PROVITA sua situação sócio-econômica, a fim de subsidiar a análise para a adoção dos procedimentos adequados ao seu ingresso no Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - O Usuário se compromete a cumprir as normas de segurança que lhe forem orientadas pelo Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas da Violência, conforme o § 4º do Artigo 2º da Lei 9.807/99, com as quais concorda de pronto, submetendo-se a todas as restrições que lhe forem apresentadas, **sob pena de exclusão do Programa referido.**

CLÁUSULA QUARTA - O Usuário, à luz do disposto na cláusula anterior, fica orientado a não voltar ao local de sua moradia (ao tempo do delito

de que fora vítima ou testemunha), ou nas proximidades e no local do fato, sob qualquer pretexto, mesmo depois de já ter se desvinculado do PROVITA.

CLÁUSULA QUINTA - O Usuário se compromete a manter sigilo absoluto de tudo quanto se refira ao Programa, especialmente em relação aos integrantes da Rede de Proteção e aos locais de atendimento, jamais revelando os locais de acolhimento, assim como os nomes dos protetores, sob quaisquer circunstâncias e em qualquer época, mesmo após o desligamento do Programa. Da mesma forma, o PROVITA assegurará o sigilo da presença dos Usuários no Programa, não divulgando imagem, fotografias ou documentos, nos termos do § 5º do Artigo 2º da Lei 9.807/99, a não ser perante autoridades constituídas que estejam diretamente acompanhando os processos policiais ou judiciais.

CLÁUSULA SEXTA - O Usuário fica obrigado a realizar a manutenção do imóvel, móvel e utensílios domésticos que lhe forem cedidos durante o período de permanência no Programa, se comprometendo a devolvê-los no estado que em que os recebeu, quando da sua saída. A danificação de qualquer utensílio, eletrodomésticos ou móveis do Programa, deverá ser ressarcida pelo Usuário, salvo os casos de deterioração pelo uso e tempo.

CLÁUSULA SÉTIMA - Todos os contatos com familiares do usuário serão feitos através do PROVITA, a fim de preservar o sigilo da Rede de Proteção de local aonde o mesmo se encontra. **Não podendo o mesmo realizar ligações telefônicas sob qualquer justificativa. O descumprimento de tal regra poderá acarretar a exclusão imediata do Usuário. Bem como fica vedado ao Usuário o acesso a todos os mecanismos de comunicação da rede WEB: ORKUT, e-mail, MSN e outros da mesma natureza.**

CLÁUSULA OITAVA - É vedada ao Usuário exposição voluntária à mídia, podendo implicar em exclusão do mesmo, por ser considerada quebra de norma de segurança.

CLÁUSULA NONA - O Usuário se compromete a não contrair dívidas em nome próprio ou de terceiros e evitar a realização de quaisquer transações econômico-financeiras durante a sua permanência no programa, salvo autorização e acompanhamento da Equipe Técnica e do Conselho Deliberativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Usuário deve somente se ausentar do local de proteção apenas com a autorização da equipe.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Usuário deve comunicar a equipe técnica acerca de qualquer fato relevante que implique em prejuízos à sua saúde e segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O Usuário deve restringir-se a freqüentar somente lugares e ambientes que não comprometam a sua segurança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O Usuário deve evitar o uso excessivo e imoderado de bebidas alcoólicas, ou outras substâncias psicoativas, a fim de evitar riscos à saúde e a quebra do sigilo sobre a sua condição de Usuário protegida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O Usuário deve comprometer-se em fazer bom uso dos bens e do recurso público, destinado à manutenção de suas necessidades básicas.

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com o Manual de Procedimentos, bem como com a Lei 9.807/99, o não cumprimento dos compromissos acima pactuados é considerado quebra de normas, podendo ensejar aplicação de termos de **responsabilização, repactuação ou exclusão**.

Dos compromissos do PROVITA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O PROVITA se compromete a realizar a alocação do Usuário na Rede de Proteção, de acordo com o resultado

fornecido pela triagem psicossocial, seguida da aprovação do Conselho Deliberativo e da disponibilidade financeira no momento do atendimento.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - A alocação aqui referida compreende a mudança de residência do Usuário, caso o deseje e expresse, incluindo o transporte terrestre de seus pertences, aqui entendidos como móveis, eletrodomésticos, utensílios e ferramentas de trabalho de pequeno e médio porte, caso haja. Há que se ressaltar que o transporte será deferido após análise de risco e viabilidade da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O PROVITA se compromete a realizar a alocação do Usuário na Rede de Proteção, criado especialmente para este fim, de acordo com o resultado fornecido pela triagem psicossocial, seguida da aprovação do Conselho Deliberativo e da disponibilidade financeira no momento do atendimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O PROVITA se compromete a encaminhar o Usuário, ao atendimento preferencial na rede pública, sempre que se fizer necessário, em casos de necessidade de atendimento médico, hospitalar e odontológico, comprometendo-se em fornecer os medicamentos que forem prescritos, em caso de não haver o medicamento no Sistema Único de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O PROVITA assume a responsabilidade em articular acompanhamento psicológico para o Usuário, durante a sua permanência na rede de proteção, sempre que se fizer necessário, priorizando a rede pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O PROVITA assume a articulação com as redes de educação e saúde públicas, caso o Usuário não consiga inicialmente por meios próprios. Em casos específicos, cujos acessos fiquem vulneráveis

por motivo de segurança, o PROVITA se compromete a articular com as redes de maneira segura, se assim for possível, para que os Usuários tenham direito ao atendimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – a assistência psicossocial do PROVITA visa colaborar com o processo de inserção da família no novo “território”, percebendo através das visitas técnicas as principais necessidades do núcleo, e buscar, juntamente com o Usuário, as articulações possíveis para o engajamento em tal processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O PROVITA assume o compromisso de procurar inserir na rede pública de ensino as crianças e adolescentes Usuários do Programa, no menor espaço de tempo possível, assumindo ainda o compromisso de fornecer todo o material escolar que lhe for solicitado, enquanto perdurar a sua permanência na rede de proteção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O PROVITA proverá as necessidades básicas dos Usuários, na medida da possibilidade econômica do Convênio, durante a sua permanência na rede de proteção.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – O PROVITA assume o compromisso de promover capacitação da Usuária, na medida das possibilidades econômicas do Convênio e ajudar na inserção no mercado de trabalho, dentro das possibilidades estabelecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - A assistência jurídica, objeto do presente termo, constituirá no acompanhamento dos procedimentos criminais, referentes às denúncias causadoras das ameaças, objeto da proteção ora oferecida, junto aos órgãos do sistema de segurança e justiça, com o objetivo exclusivo de agilizar os procedimentos e manter os Usuários informados acerca dos mesmos. O PROVITA não prestará ao Usuário outro tipo de apoio jurídico, especialmente aqueles referentes à defesa penal, patrocínio cível, administrativo, trabalhista ou de qualquer outra natureza, distinto dos constantes das cláusulas anteriores. O PROVITA assegurará que o Usuário se

fará acompanhar de advogado sempre que tiver que comparecer perante órgãos do sistema de segurança e justiça para ser ouvido em depoimento ou procedimento pericial.

Disposições Finais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Fica autorizada, pelo Usuário, a abertura de toda e qualquer correspondência a ser enviada ou recebida, pela Equipe Técnica, estando ciente de que este ato se justifica pela preservação da segurança da família, da Equipe que atende e da rede de proteção que estão inseridos. Considere-se também que devido à autorização, o ato praticado não contraria o artigo 5º, XII DA CF/88 e artigo 151 do CP.

E por estarem justos e contratados assinam o presente, para um só efeito, ficando eleito o foro de Vitória para dirimir quaisquer dúvidas que venham a ocorrer do presente.

(local), (data).

Usuário _____

PROVITA/ES _____

ANEXO B - FICHA DE ATENDIMENTO**PROVITA/ES****Data do atendimento:** ____/____/____**Técnicos:** _____**Testemunha:**

Familiares/parentesco:

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**Nome:**

Sexo : () Masculino

() Feminino

Cor : () Branco () Negro

() Amarelo () Pardo

Idade: _____**Nasc:** ____/____/____**Estado Civil:** () Solteiro () Casado () Viúvo

() Amasiado () Divorciado () Separado

Filiação:

Profissão/Ocupação:

Grau de Escolaridade: () Analfabeto(a) () Alfabetizado

() 1º Grau Completo () 1º Grau Incompleto: _____ Série

() 2º Grau Completo () 2º Grau Incompleto: _____ Série

() 3º Grau Completo () 3º Grau Incompleto: _____ Série

() Pós Graduação

Outros cursos:

Documentos Pessoais:

Carteira de Identidade nº _____

Carteira Profissional nº _____

Título de Eleitor nº _____

CPF nº _____

Endereço:

Obs. Complementares:

II – SOBRE A FAMÍLIA**II.1 -**

Reside com a família? () Sim () Não

Quantas pessoas moram na casa?

Qual o parentesco?

II.2 - SOBRE OS PAIS

Problemas de saúde:

Obs. Complementares:

II.3 - SOBRE IRMÃOS

Tem irmãos? () Sim () Não

Quantos por sexo? () Masculino () Feminino

Problemas de saúde?

Obs. Complementares:

II.4 - SOBRE A PESSOA DE REFERÊNCIA

É familiar? () sim () não

Qual o parentesco/vínculo?

Tem esposa(o)? () sim () não

Nome?

Data de Nasc.: ____/____/____ Idade? _____

Escolaridade?

Profissão/Ocupação?

Problemas de saúde?

Já está ciente das condições/ orientações do Programa?

Aceitou ser a pessoa de referência?

Está com procuração? () sim () não

Números para contato:

Demandas a resolver:

II.4 - SOBRE FILHOS

Possui filhos? () sim () não

Quantos por sexo? () feminino () masculino

Nome? _____

Data de Nasc.: _____

Quantos estudam? _____

Escolaridade? _____

Quantos trabalham? _____

Profissão/Ocupação? _____

Outras habilidades? _____

Problemas de saúde? _____

Pensão? () sim () não

Guarda? () sim () não

II.5 - SOBRE O RELACIONAMENTO FAMILIAR

Como considera o seu ambiente/relacionamento familiar?

() Excelente () Ótimo () Bom () Regular () Ruim () Péssimo

Por que?

Obs. Complementares:

III - INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS

A casa onde você reside é? () Própria () Alugada () Cedida () dos familiares

Quantos cômodos possui sua casa?

A casa é de? () Alvenaria () Madeira () outros

Possui energia elétrica? () Sim () Não

Possui água encanada? () Sim () Não

Possui rede de esgoto? () Sim () Não

A rua é calçada? () Sim () Não

Tem ponto de ônibus próximo? () Sim () Não

Tem iluminação na rua? () Sim () Não

Que tipo de serviços de saúde e comércio existem próximo a sua residência?

Possui telefone? () Sim () Não

Possui carro? () Sim () Não

Possui conta em banco? () Sim () Não

Possui cartão de crédito? () Sim () Não **Qual?:** _____

Possui assistência médica? () Sim () Não **Qual?:** _____

Paga INSS? () Sim () Não

Renda familiar () < 1 S.M () 1 a 2 S.M () 3 a 5 S.M () 6 a 10 S.M

() > 10 S.M

Quem e quantos contribuem com as despesas da casa?

Algum encaminhado tem acesso a recursos provindos de BPC, aposentadoria, pensão, Bolsa-Família, etc? Se sim, qual? Qual a renda?

Obs. Complementares:

IV - ATIVIDADES SOCIAIS E RELIGIOSAS

Você tem religião? () Sim () Não

Se sim, qual?

É praticante? () Sim () Não

Tem envolvimento em atividades em sua comunidade religiosa?() Sim () Não

Se sim, de que tipo?

Participa de atividades sociais em seu bairro? () Sim () Não

Se sim, de que tipo?

Quais suas atividades de lazer preferidas?

Obs. Complementares:

V - SAÚDE

Tem alguma doença crônica? () Sim () Não

Se sim, qual(is)?

Que tipo de tratamento faz?

Faz/Fez uso de remédio controlado? () Sim () Não

Se sim, qual(is)?

Se sim ainda utiliza? () Sim () Não

Tem alguma alergia? () Sim () Não

Se sim, de que tipo?

Faz alguma dieta alimentar? () Sim () Não

Se sim, qual?

Você bebe? () Sim () Não

Qual a frequência de consumo?

Você fuma? () Sim () Não

Se sim, quantos cigarros por dia?

Já fez/faz uso de algum tipo de substância psicoativa? () Sim () Não

Se já fez, desde quando não faz mais uso?

Se sim, qual?

Se sim, ainda faz uso? () Sim () Não

Se sim, quais tipos de substâncias?

Qual a frequência de consumo?

Obs. Complementares:

VI - INVENTÁRIO
